

RELATÓRIO DE GESTÃO

JURÍDICO E PRERROGATIVAS



STF | SUPREMO
TRIBUNAL
FEDERAL

STJ | SUPERIOR
TRIBUNAL
DE JUSTIÇA

CNJ | CONSELHO
NACIONAL
DE JUSTIÇA

TCU | TRIBUNAL
DE CONTAS
DA UNIÃO

ATUAÇÃO | REGIONAL

2017/2019

DIRETORIA



PRESIDENTE:

Jayme Martins de Oliveira Neto – APAMAGIS/SP

VICE-PRESIDENTES:

Interiorização: Francisco Borges Ferreira Neto – AMERON/RO

Comunicação: Heyder Tavares da Silva Ferreira – AMEPA/PA

Assuntos Legislativos: Jerson Moacir Gubert – AJURIS/RS

Prerrogativas: José Arimatéa Neves Costa – AMAM/MT

Direitos Humanos: Julianne Freire Marques – ASMETO/TO

Administrativo: Maria Isabel da Silva – AMAGIS/DF

Assuntos Legislativos Trabalhistas: Maurício Paes Barreto Pizarro Drummond – juiz do trabalho/RJ

Planejamento Estratégico, Previdência e Assuntos Jurídicos: Nelson Missias de Moraes – AMAGIS/MG

Políticas Remuneratórias: Paulo César Alves das Neves – ASMEGO/GO

Cultural e Ambiental: Paulo Sérgio Barbosa de Oliveira – AMAB/BA

Institucional: Renata Gil de Alcantara Videira – AMAERJ/RJ

COORDENADORES:

Justiça Estadual: Frederico Mendes Júnior – AMAPAR/PR

Justiça do Trabalho: Diego Petacci – AMATRA 2/SP

Justiça Federal: Renata Lotufo – AJUFE/SP

Justiça Militar: Paulo Adib Casseb – AMAJME/SP

Aposentados: Alemer Ferraz Moulin – AMAGES/ES

CONSELHO FISCAL:

Helvécio de Brito Maia Neto – ASMETO/TO

José Anselmo de Oliveira – AMASE/SE

Maria de Fátima Muniz – APAMAGIS/SP

SECRETÁRIO-GERAL:

Átila Naves Amaral – ASMEGO/GO

SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO:

Ricardo Silveira Dourado – ASMEGO/GO

TESOUREIRO:

Márcio José Tokars – AMAPAR/PR

TESOUREIRA-ADJUNTA:

Maria Rita Manzarra de Moura Garcia – AMATRA 21/RN

SECRETARIA DE PRERROGATIVAS:

Secretário: Edmundo José Lavinias Jardim

Secretário-adjunto: Ariel Nicolai Dias

MEMBROS:

André Luiz Santos Britto

Andrey Magalhães Barbosa

Antônio Fernandes da Luz

Artur Cortez Bonifácio

Dalmo Luiz Silva Bueno

Diego Santos Teixeira

Flávio Bernardo Jeckel

Flávio Jabour Moulin

Hermance Gomes Pereira

João Dirceu Soares Moraes

Junia Araújo Ribeiro Dias

Líbio Araújo Moura

Maria Rita Manzarra de Moura Garcia

Patrícia Cerqueira Kertzman Szporer

Paulo César Almeida Ribeiro

Rita de Cássia Ramos de Carvalho

Wilka Pinto Vilela Domingues da Silva

APRESENTAÇÃO

Prezados (as) colegas,

Ao aproximar-se o final da gestão da diretoria eleita para o triênio 2017-2019, cumpre apresentar contas das atividades desenvolvidas até o momento pela área de Prerrogativas da AMB.

Este material revela parte do trabalho realizado junto ao STF, STJ, CNJ e demais tribunais. Indiscriminadamente, todas as decisões que, de uma maneira ou de outra, afetaram a independência dos magistrados ou do próprio Poder Judiciário foram objeto de impugnação pela entidade.

Nenhum associado que buscou a AMB ficou sem o necessário apoio e defesa, sempre de acordo com as disposições estatutárias, ainda que isso tenha gerado, em algumas situações, inconformismo. Porém, compromisso é compromisso e eles foram e serão cumpridos até o final da gestão.

Uma pequena linha do tempo lembrará as principais ações, seguidas de um relatório completo de todas as demandas hoje existentes, especialmente no STF e no CNJ.

Durante esses três anos, vivenciamos, talvez, um dos momentos mais críticos da história do Poder Judiciário e quicá do próprio País, como o impedimento de uma presidente da República, seguida por outro presidente que também enfrentou pedidos de afastamento e hoje responde a processos; um presidente da Câmara dos Deputados preso; inúmeros políticos e empresários também presos e uma sociedade dividida, com segmentos que pregam a intolerância e fomentam o conflito.

Nesse quadro, com uma Constituição que elegeu o Poder Judiciário o grande mediador social, tendo em vista os conflitos que desaguam, de uma forma ou de outra, nos tribunais, não é difícil compreender que seríamos alvo de ataques, inclusive naquilo que nos é mais sagrado, a dizer, a independência judicial.

Por isso, foi exigida uma atuação ainda mais intensa da AMB, que não se furtou da defesa intransigente das prerrogativas de seus magistrados.

O Poder Judiciário é o porto seguro das garantias constitucionais e a última trincheira de defesa da República e da democracia. Foi eleito pela Constituinte o guardião das promessas e dos valores, princípios e regras da própria Carta Magna e das leis do País. Os magistrados, com todas as dificuldades, cumprem com honradez sua missão e assim o farão, sem titubear, em prol da consolidação de todos esses preceitos.

A prudência, o equilíbrio e a coragem são atributos próprios da Magistratura brasileira e, com base neles, o Judiciário tem sido fundamental na construção de um País mais digno, justo e solidário, como manda a Constituição da República. A AMB, como representante maior da carreira, se fortalece cada vez mais na unidade de seus mais de 18 mil magistrados em atividade e naqueles que hoje encontram-se aposentados, mas foram os responsáveis pela construção de uma história de independência e dignidade que inspiram os colegas que estão na linha de frente.

Jayme de Oliveira
Presidente da AMB



Marcelo Cardoso



STF

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

19/12/2016

Gastos públicos

A ministra Rosa Weber recebe a AMB, a Anamatra e a Ajufe para tratar da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5.633, da qual é relatora. A Ação, com pedido de medida cautelar contra a Emenda Constitucional (EC) 95, limita os gastos públicos por 20 anos. De autoria das três entidades, a ADI diz que a medida é inconstitucional, pois fere a autonomia dos tribunais e viola o princípio da separação dos Poderes.

11/1/2017

Execução Penal

A AMB ingressa como *amicus curiae* e impugna pretensão da Defensoria Pública da União (DPU), feita por meio da Reclamação 26.111/AM, contra magistrados das varas de Execução Penal da Comarca de Manaus e dos que detêm competência criminal nos foros federal e estadual. Após ocorrerem rebeliões em presídios do estado, a DPU havia pedido a saída antecipada dos sentenciados sempre que faltarem vagas.

14/6/2017

Eleitoral

Três atos normativos do TSE sobre o rezoneamento eleitoral são alvo da ADI 5.730, com pedido de medida cautelar, ajuizada pela AMB. São questionadas a Portaria 207/2017 e as Resoluções 23.520/2017 e 23.512/2017. Para a entidade, os atos contêm vício de inconstitucionalidade por atribuírem ao TSE a competência dos TREs, além de disporem sobre a criação e o desmembramento de zonas eleitorais.

30/6/2017

Prerrogativas - Justiça Estadual

As restrições à prerrogativa dos juízes estaduais de exercerem o magistério no Paraná e no Acre são derrubadas a partir de ações ajuizadas pela AMB. Por unanimidade, o colegiado julga procedentes as ADIs 3.544 e 3.589, que questionavam os atos normativos do TJPR e do TJAC, respectivamente. A Corte entende que as normas abordam temas já regulados na Loman e, por isso, não podem ser alvo de atos dos TJs.



29/8/2017

Valorização da Magistratura

A diretoria da AMB, junto a representantes de associações regionais, se reúne com a presidente da Corte, Cármen Lúcia, para reforçar a defesa e a valorização da Magistratura, além de discutir temas como o adicional de férias e o porte de arma. Com o mesmo intuito, o grupo também se encontra com os ministros Ricardo Lewandowski, Dias Toffoli e Edson Fachin.

22/8/2017

Porte e registro de arma

A AMB, a Ajufe e a Anamatra ajuízam a Ação Originária Declaratória 0009153-75.2017.1.00.000/DF, com pedido de antecipação da tutela, diante de normas da Instrução Normativa da Polícia Federal 023/2005-DG-DPF e do Regulamento da Lei do Desarmamento. Ambos exigem dos juízes, para compra, registro e renovação de porte de arma, as comprovações de capacidade técnica e de aptidão psicológica.

4/10/2017

Permuta

O ministro Alexandre de Moraes defere o pedido da AMB para ingressar como *amicus curiae* na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 482, ajuizada pela PGR contra acórdão do CNMP. A AMB considera constitucional o ato do Conselho, que autoriza e fixa balizas para a disciplina da permuta nacional, entre membros de MPs dos estados e entre estes e integrantes do MPDFT.

4/10/2017

Eleições nos tribunais

Também é deferido pelo ministro Alexandre de Moraes o pleito da AMB para o ingresso como *amicus curiae* no Mandado de Segurança (MS) 32.451. A ação foi impetrada pelo estado de São Paulo, representando o TJSP, contra a decisão do CNJ que suspendeu a possibilidade de participação de todos os desembargadores como candidatos a cargos de direção do Tribunal.

13/10/2017

Simetria

Por unanimidade, o STF reconhece a repercussão geral no Recurso Extraordinário (RE) 1.059.466/AL, sobre o direito dos juízes à licença-prêmio prevista em lei para os membros do MP, com base no princípio da simetria. A AMB pede o ingresso como *amicus curiae* e defende que se considerem devidas aos magistrados as verbas percebidas pelo MP até a edição do novo Estatuto da Magistratura.

30/10/2017

Auxílio-moradia

É suspensa a decisão da Corregedoria Nacional de Justiça que exigia a devolução, em 48 horas, dos valores recebidos por magistrados do TJRN a título de auxílio-moradia retroativo. A liminar é deferida pelo ministro Marco Aurélio Mello no MS 35.298, impetrado pela AMB contra atos do corregedor nacional de Justiça, João Otávio de Noronha, no Pedido de Providências (PP) 0008002-90.2017.2.00.0000.

17/11/2017

Simetria

O recebimento de diárias por magistrados, com base no valor pago a membros do MP por força da simetria, tem repercussão geral reconhecida pelo Supremo no RE 968.646/SC. A AMB, que postula a entrada como *amicus curiae*, sustenta que o pagamento de diárias é previsto na Loman. Defende, ainda, que se considerem devidos aos juízes os valores fixados para o MP até a edição do novo Estatuto da Magistratura.

7/12/2017

Imunidade - assembleias legislativas

O placar de cinco a quatro marca o segundo dia de votação de três medidas cautelares, postuladas nas ADIs 5.823/RN, 5.824/RJ e 5.825/MT, ajuizadas pela AMB. O julgamento é suspenso devido à ausência de dois ministros. As ações questionam a imunidade dos deputados estaduais e o poder das assembleias legislativas para revogar prisões e medidas cautelares emanadas pelo Judiciário. Na retomada do julgamento, em 8 de maio de 2019, as medidas cautelares são negadas por seis votos a cinco.

15/12/2017

Acordo de não-persecução penal

É apresentado pela AMB o pedido de aditamento à ADI 5.790/DF, devido à revogação parcial da Resolução 181/2017, do CNMP, sobre a instauração e a tramitação do procedimento investigatório criminal a cargo do MP. A AMB requer que o STF julgue as inconstitucionalidades que permaneceram, como o artigo 18, por terem criado hipóteses de acordo de não-persecução penal que não estão previstas em lei.



29/1/2018

Valorização da Magistratura

A presidente do STF e do CNJ, Cármen Lúcia, e o corregedor nacional de Justiça, ministro João Otávio de Noronha, reúnem-se com a AMB e todas as associações estaduais. O histórico encontro ocorre a convite da ministra. Entre outros temas, são apresentados os pleitos dos aposentados, as preocupações com a carreira, os ataques constantes à Magistratura e a questão remuneratória.

30/1/2018

Auxílio-saúde

A AMB apresenta pedido de *amicus curiae* na ADI 5.407/MG, para arguir a improcedência dos pedidos formulados na ação da PGR que considera inconstitucionais as normas estaduais que previram os auxílios de aperfeiçoamento profissional e de saúde aos magistrados mineiros. A entidade pretende complementar o fundamento já apresentado pela Amagis, de que existe a Resolução CNJ 207/2015, que prevê o pagamento.

1º/2/2018

Indulto

Para sustentar que os apenados por força de decisão homologatória ou acordo de colaboração premiada não podem ser beneficiados pelo indulto do Decreto 9.246/2017, a AMB ingressa com o pedido de *amicus curiae* na ADI 5.874/DF. O objetivo é corroborar a tese da PGR, proponente da ADI, de que o indulto esvazia a função judicial após ter sido proferida decisão condenatória em face de criminosos.

24/4/2018

Prerrogativas - Marco Civil da Internet

Contra dispositivos dos artigos 10 e 12 da Lei 12.965/2014, o Marco Civil da Internet, a AMB entra com pedido de *amicus curiae* na ADI 5.527, proposta pelo Partido da República (PR). A Associação argumenta que o eventual deferimento importará na redução ou na limitação do exercício da atividade judicante.



4/5/2018

Valorização da Magistratura

Pela segunda vez, a presidente do STF e do CNJ, Cármen Lúcia, recebe a diretoria da AMB e associações regionais de magistrados. São tratados temas como a política de valorização da Magistratura, a ajuda de custo moradia, a situação dos aposentados, a segurança dos juízes e as dificuldades de cumprimento da Resolução CNJ 219/2016, entre outros.

21/5/2018

Depósitos judiciais

O uso de depósitos judiciais para o pagamento de precatórios é contestado pela AMB, que entra com o pedido de *amicus curiae* na ADI 5.679/DF para pugnar pela procedência dos pedidos formulados na ação da PGR, em face do art. 2º da EC 94, na parte que inseriu o art. 101, § 2º, no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT). A Associação alerta que há violação de cláusulas pétreas ao afetar os princípios do devido processo legal e da separação dos Poderes.

23/5/2018

Prerrogativas

Atendendo à solicitação da Amaerj, a AMB ingressa no STF com a ADI 5.949 e pedido de medida cautelar contra a Lei Estadual 7.917/2018. Editada pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, a Lei invadiu a competência do legislador federal sobre norma processual. Sua aplicação colocaria em liberdade todos os presos provisórios acautelados há mais de 180 dias, inclusive deputados estaduais.

6/6/2018

Prerrogativas - CPC

A AMB propõe a ADI 5.953, com pedido de medida cautelar, em face do inciso VIII, art. 144, do CPC (Lei 13.105/2015). A entidade alerta para a inconstitucionalidade da hipótese de impedimento ao exercício das funções do juiz criada pelo dispositivo, porque, ao examinar o processo, ele não tem como saber se uma das partes é cliente do advogado que vem a ser seu cônjuge, companheiro, parente consanguíneo ou afim.

21/6/2018

Prerrogativas - aposentadoria

O ministro Alexandre de Moraes acolhe a argumentação da AMB e reconhece a legitimidade da entidade, da Ajufe e da Anamatra para dar seguimento à ADPF 418, com pedido de liminar contra os artigos 127 e 134 da Lei 8.112/1990. Os dispositivos tratam da cassação de aposentadoria e, no entendimento da AMB, vem sendo indevida a aplicação à Magistratura.

22/6/2018

Prerrogativas - expediente forense

É autorizada a antecipação do expediente dos órgãos jurisdicionais para atendimento ao público no TJRJ, desde que não implique na diminuição de carga horária. O pleito da AMB e da Anamatra, na ADI 4.598, foi deferido pelo ministro Luiz Fux. A Amaerj havia feito o pedido ao TJRJ, para os fóruns da Baixada Fluminense, por questões de segurança, mas o requerimento foi negado pelo Tribunal.

27/7/2018

Prerrogativas - 17%

A AMB e a Anamatra ingressam com Embargos de Declaração na Reclamação 10.823, endereçados ao relator, ministro Roberto Barroso, contra decisão que não reconheceu o direito ao acréscimo de 17% ao tempo de serviço dos magistrados. As entidades argumentam que o pedido da União na petição inicial foi apreciado sem responder quaisquer das alegações e fundamentos apresentados pelos impugnantes.

1º/8/2018

Prerrogativas - registro e renovação de porte de arma

Contra a decisão do ministro Edson Fachin, AMB, Ajufe e Anamatra apresentam agravo interno na AO 2.280, da qual ele é relator. O ministro havia julgado improcedente o pedido das entidades e, assim, manteve as exigências para aquisição, registro e renovação de porte de arma para magistrados. Na ação, as associações argumentam que tais medidas contrariam prerrogativa da Loman. Em 12 de março de 2019, o Plenário Virtual da Corte acompanhou a decisão de Fachin.





8/8/2018

Recomposição salarial

Após intensa atuação da AMB, das associações regionais e da Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público (Frentas) foi aprovada a proposta de orçamento que prevê 16,38% de recomposição salarial, correspondente à parte das perdas inflacionárias, prevista no Projeto de Lei Complementar (PLC) 27/2016. A mobilização possibilitou a exclusão do artigo da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) que vedava a revisão.

14/11/2018

IR - doença grave

A isenção de Imposto de Renda (IR) para os magistrados com doença grave que permanecem em atividade é defendida pela AMB. Desta forma, a entidade pede o ingresso como *amicus curiae* na ADI 6.025, que trata do assunto. A Ação foi ajuizada pela PGR contra um trecho da Lei 7.713/1988, que dispõe sobre o IR e prevê o benefício apenas para aposentados.

14/11/2018

Prerrogativas - investigação de juízes

É apresentado pela AMB o pedido de ingresso como *amicus curiae* na ADI 5.331, ajuizada pela PGR, que questiona dispositivo da Lei Complementar 59/2001, de Minas Gerais. A norma impugnada condiciona a investigação de juízes ao aval do TJMG. Para a AMB, a autorização representa a correta interpretação da Loman.

21/11/2018

Prerrogativas - indulto

É iniciado o julgamento da ADI 5.874, na qual a PGR questiona o decreto de indulto natalino editado pelo presidente Michel Temer em dezembro de 2017. A AMB figura como *amicus curiae* e faz sustentação oral pela procedência da Ação. A Associação requer que o limite para a concessão do benefício seja a pena mínima prevista em lei e que não seja aplicado aos beneficiados com a colaboração premiada.

5/2/2019

Prerrogativas - automaticidade da recomposição

Em reunião com o ministro Ricardo Lewandowski, a AMB, acompanhada da Ajuris, defende o caráter nacional da automaticidade do reajuste dos subsídios. Ele é o relator da ADPF ajuizada pelo governo do Rio Grande do Sul, questionando a regra. Posteriormente, o ministro decide não conhecer da Ação, por entender ser inadmissível o uso de ADPF no caso concreto.



10/4/2019

Prerrogativas - 17%

O ministro Roberto Barroso admite o ingresso da AMB na Reclamação 10.823, no qual a União contesta a decisão do CNJ que reconheceu, a um juiz do Trabalho, o direito de acrescentar a contagem de 17% ao tempo de serviço anterior à EC 20/1998 para aposentadoria integral. Para a entidade, as alterações provocadas pela reforma previdenciária podem ser válidas somente se observadas as regras de transição.

15/4/2019

Prerrogativas - aposentadoria

A AMB defende a inexigibilidade de cinco anos no cargo para fins de aposentadoria e requer o ingresso como *amicus curiae* nos autos do MS 28.678, relatado pelo ministro Edson Fachin. O mandado foi impetrado por um desembargador do TRF2 contra a decisão do ministro da Justiça e do presidente da República, que negaram sua nomeação e posse como desembargador por já ter mais de 65 anos.

14/6/2019

Prerrogativas - Fundo Especial do Poder Judiciário

Para contribuir com o debate do julgamento da ADI 6.045/RR, proposta por uma ex-governadora de Roraima, sobre dispositivos do Fundo Especial do Poder Judiciário do Estado de Roraima (Fundejurr), a AMB requer seu ingresso como *amicus curiae*. A Associação observa que o Fundo objetiva ajudar na aquisição de bens pelo Judiciário e o deferimento do pedido da autora afetaria seu funcionamento no estado.

25/6/2019

Prerrogativas - sindicância

O ministro Gilmar Mendes defere liminar que suspende o Processo Administrativo Disciplinar (PAD) contra juiz do TJBA, nos autos da Sindicância 0000615-29.2014.200.0000, até o julgamento final do MS 36.533. O procedimento foi aberto para investigar suposta falta funcional relacionada a erros de cálculo em precatórios. A AMB impetrou o MS contra o acórdão do CNJ para pedir a anulação do ato coator, tendo em vista a sua prescrição.

27/6/2019

Prerrogativas - autonomia dos tribunais

O ministro Marco Aurélio Mello defere pedido de liminar postulado nos MSs coletivos 36.550 e 36.549, pela AMB e Anamages, respectivamente, e suspende a Recomendação 38/2019, da Corregedoria Nacional de Justiça. O ato recomenda que os tribunais cumpram os normativos e decisões do órgão, mesmo que exista ordem judicial diversa, salvo do STF. O ministro ainda determina o pensamento dos MSs.

31/07/2019

Vara especializada - Alagoas

A AMB requer entrada como *amicus curiae* na ADI 6.179, proposta pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (CFOAB), em face de dispositivos da Lei 7.677/2015, de Alagoas. A norma fixa que a 17ª Vara Criminal de Maceió seja destinada ao julgamento de delitos de organizações criminosas e tenha titularidade coletiva. Para a AMB, o deferimento do pedido afetará a atividade do Judiciário.

31/7/2019

Manifestação em redes sociais

É entregue pela AMB ao presidente do STF e do CNJ, ministro Dias Toffoli, e ao conselheiro Aloysio Corrêa, nota técnica sobre a proposta de regulamentação do uso de redes sociais por membros do Poder Judiciário. Também participam da reunião a Ajufe e a Anamatra. A AMB transmite o posicionamento de suas entidades filiadas, contrário à medida, uma vez que a Loman e o Código de Ética regulam a matéria.

PROCESSO	MINISTRO(A) RELATOR(A)	OBJETO	TRAMITAÇÃO
AC 3514	GILMAR MENDES	DEFESA DE DIREITOS E DE PRERROGATIVAS DE MAGISTRADOS.	EM ANDAMENTO
AC 3538	GILMAR MENDES	DEFESA DE DIREITOS E DE PRERROGATIVAS DE MAGISTRADOS.	BAIXA AO ARQUIVO DO STF
AC 3655	GILMAR MENDES	DEFESA DE DIREITOS E DE PRERROGATIVAS DE MAGISTRADOS.	BAIXA AO ARQUIVO DO STF
ADI 1905	DIAS TOFFOLI	AÇÃO PROPOSTA PELA AMB EM FACE DA LEI DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL 11.075/1998, QUE INSTITUIU O CÓDIGO ESTADUAL DE QUALIDADE DOS SERVIÇOS PÚBLICOS. O ART. 2º, INCISO IX; O ART. 33 E O 34 SUBMETEM O JUDICIÁRIO AO CÓDIGO.	EM ANDAMENTO
ADI 2238	ALEXANDRE DE MORAES	AÇÃO PROPOSTA PELO PCdoB CONTRA A LRF. INTERESSE DO JUDICIÁRIO APENAS QUANTO AO ART. 20, QUE LIMITA PERCENTUAL DO ORÇAMENTO. A AMB É <i>AMICUS CURIAE</i> .	EM ANDAMENTO
ADI 2375	LUIZ FUX	AÇÃO PROPOSTA PELA AMB EM FACE DA LEI COMPLEMENTAR 28/2000, QUE CRIOU O SISTEMA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DO ESTADO E O FUNDO FINANCEIRO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES DOS SERVIDORES DO ESTADO DE PERNAMBUCO (FUNAFIN).	EM ANDAMENTO
ADI 2521	CELSO DE MELLO	AÇÃO PROPOSTA PELA AMB EM FACE DO REGIME LEGAL DE APOSENTADORIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DE PERNAMBUCO, DECORRENTE DO AUMENTO DO PERCENTUAL DA CONTRIBUIÇÃO DE FORMA ALEATÓRIA, EM CONTRARIEDADE AO ART. 40, 150, IV, 194, § ÚNICO, INCISOS IV E V E ART. 195, § 5º, DA CONSTITUIÇÃO E AO ART. 12, DA EC 20/1998 (AUMENTO PARA 13,5%).	EM ANDAMENTO
ADI 2647	CELSO DE MELLO	AÇÃO PROPOSTA PELA AMB EM FACE DA LEI ESTADUAL DO PARANÁ 13.436/2002, QUE DISPONIBILIZA AO PODER EXECUTIVO VALORES DE DEPÓSITOS JUDICIAIS REFERENTES A TRIBUTOS ESTADUAIS.	EM ANDAMENTO
ADI 2700	GILMAR MENDES	AÇÃO PROPOSTA PELO PGR EM FACE DA EMENDA 28/2002 À CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. ALTERAÇÃO DA REDAÇÃO DO ART. 156. MUDANÇA DOS CRITÉRIOS PARA PROMOÇÃO DE JUÍZES. SESSÃO SECRETA NO PODER JUDICIÁRIO. INTERESSE DA AMB NA DECLARAÇÃO DE CONSTITUCIONALIDADE (A ENTIDADE É <i>AMICUS CURIAE</i>).	EM ANDAMENTO
ADI 2704	GILMAR MENDES	AÇÃO PROPOSTA PELA AMB EM FACE DA LEI COMPLEMENTAR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL 11.742/2002, QUE APROVOU A LEI ORGÂNICA DA ADVOCACIA DO ESTADO, ORGANIZOU A PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO E O REGIME JURÍDICO DOS CARGOS DE CARREIRA DE PROCURADOR DO ESTADO. A AMB É <i>AMICUS CURIAE</i> .	EM ANDAMENTO
ADI 3072	GILMAR MENDES	AÇÃO PROPOSTA PELA AMB EM FACE DO ART. 80, CAPUT E §§ 1º E 4º DA LEI COMPLEMENTAR DO ESTADO DO MARANHÃO 14/1991. GRATIFICAÇÃO DE 40% PARA PRESIDENTE, 30% PARA VICE-PRESIDENTE E CORREGEDOR E 20% PARA DECANO DO TRIBUNAL.	EM ANDAMENTO
ADI 3184	CÁRMEN LÚCIA	AÇÃO PROPOSTA PELA AMB EM FACE DA EC 41/2003 À CF E MP 167/2004. OFENSA À CLÁUSULA PÉTREA QUE VEDA ATO TENDENTE À ABOLIÇÃO DO DIREITO ADQUIRIDO, DO ATO JURÍDICO PERFEITO, DA ISONOMIA E DA PROPORCIONALIDADE. MUDANÇA DO CARÁTER SINALAGMÁTICO E INDIVIDUAL PARA O CARÁTER CONTRIBUTIVO E SOLIDÁRIO. INSTITUIÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE OS PROVENTOS E PENSÕES NA ALÍQUOTA DE 11%.	EM ANDAMENTO
ADI 3297	ALEXANDRE DE MORAES	AÇÃO PROPOSTA PELA AMB EM FACE DOS §§ 15 E 20, DO ART. 40 DA CF, COM REDAÇÃO DADA PELA EC 41/2003. PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DOS MAGISTRADOS. QUESTÃO DA INICIATIVA DE LEI E DA ADMINISTRAÇÃO DO FUNDO RESPECTIVO (IMPUGNA A CRIAÇÃO DE UM REGIME PRÓPRIO).	EM ANDAMENTO

PROCESSO	MINISTRO(A) RELATOR(A)	OBJETO	TRAMITAÇÃO
ADI 3358	ROSA WEBER	AÇÃO PROPOSTA PELA AMB EM FACE DOS § 2º E DO § 3º DO ART. 52 DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, POR OFENSA AOS ARTS. 5º, LIII, §§ 2º, 93, 95, II E 125 DA CF. PRINCÍPIO DA INAMOVIBILIDADE. JUÍZES SUBSTITUTOS.	EM ANDAMENTO
ADI 3397	MARCO AURÉLIO MELLO	AÇÃO PROPOSTA PELA AMB EM FACE DO ART. 157 DA LEI DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DA PARAÍBA, QUE CONDIÇÃO A AUSÊNCIA DO MAGISTRADO DA COMARCA À PASSAGEM DO EXERCÍCIO DO CARGO RESPECTIVO, SOB PENA DE SANÇÕES DISCIPLINARES, INCLUSIVE A PERDA DOS VENCIMENTOS.	BAIXA AO ARQUIVO DO STF
ADI 3486	DIAS TOFFOLI	AÇÃO PROPOSTA PELA AMB EM FACE DA EC 45/2004. INCLUSÃO DO INCISO V-A E DO § 5º NO ART. 109 DA CONSTITUIÇÃO. POSSIBILIDADE DE FEDERALIZAÇÃO DOS CRIMES GRAVES CONTRA OS DIREITOS HUMANOS.	EM ANDAMENTO
ADI 3593	GILMAR MENDES	AÇÃO PROPOSTA PELA AMB EM FACE DA LEI DO ESTADO DA PARAÍBA 7.513/2003 QUE CRIOU O PB/PREV.	EM ANDAMENTO
ADI 3618	ROBERTO BARROSO	AÇÃO PROPOSTA PELA AMB EM FACE DE PORTARIA DO TJMS QUE RESTRINGE INDEVIDAMENTE O DIREITO DE IR E VIR DOS MAGISTRADOS, CONDICIONANDO A SAÍDA DELES DAS RESPECTIVAS COMARCAS À PRÉVIA E EXPRESSA AUTORIZAÇÃO DO PRESIDENTE DO TRIBUNAL.	EM ANDAMENTO
ADI 3854	GILMAR MENDES	AÇÃO PROPOSTA PELA AMB EM FACE DA PREVISÃO DE SUBTETO PARA A MAGISTRATURA ESTADUAL. ART. 34, XI, DA CF (COM REDAÇÃO DO ART. 1º, DA EC 41/2003) E RESOLUÇÕES CNJ 13 E 14.	EM ANDAMENTO
ADI 3889	ROBERTO BARROSO	AÇÃO PROPOSTA PELO GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA EM FACE DO PARECER PRÉVIO 56, DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO. INCLUSÃO EM DESPESAS COM PESSOAL DO IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE INCIDENTE SOBRE A FOLHA DE PAGAMENTO DOS SERVIDORES DO ESTADO. A AMB É <i>AMICUS CURIAE</i> .	EM ANDAMENTO
ADI 3976	EDSON FACHIN	AÇÃO PROPOSTA PELO PGR EM FACE DO ART. 27, § 2º, DO REGIMENTO INTERNO DO TJSP, ART. 1º, § 1º, DA RESOLUÇÃO 395/2007, E DO ART. 62, DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO (ELEIÇÃO DOS CARGOS DE DIREÇÃO DO TRIBUNAL - COLÉGIO ELEITORAL - JUÍZES). A AMB É <i>AMICUS CURIAE</i> .	EM ANDAMENTO
ADI 3997	LUIZ FUX	AÇÃO PROPOSTA PELO PGR EM FACE DE DISPOSITIVOS DE LEIS COMPLEMENTARES DO MARANHÃO SOBRE A ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA NO ESTADO. A AMB É <i>AMICUS CURIAE</i> .	EM ANDAMENTO
ADI 4088	EDSON FACHIN	AÇÃO PROPOSTA PELA AMB EM FACE DO ART. 70, INC. XXIX, DA LC 17/1997 DO ESTADO DO AMAZONAS. RESTRIÇÃO INDEVIDA DO DIREITO DE IR E VIR DOS MAGISTRADOS NA MEDIDA EM QUE CONCEDE AO PRESIDENTE DO TJ A COMPETÊNCIA PARA AUTORIZAR O AFASTAMENTO, DO ESTADO, DE MAGISTRADOS E SERVIDORES DA JUSTIÇA.	EM ANDAMENTO
ADI 4114	LUIZ FUX	AÇÃO PROPOSTA PELA AMB EM FACE DE LEI DO ESTADO DE SERGIPE QUE REGULA OS DEPÓSITOS JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS.	EM ANDAMENTO
ADI 4182	ROSA WEBER	AÇÃO PROPOSTA PELA AMB EM FACE DA DISCIPLINA REMUNERATÓRIA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO CEARÁ POR NÃO OBSERVAR AS CATEGORIAS DA ESTRUTURA JUDICIÁRIA NACIONAL.	EM ANDAMENTO
ADI 4183	EDSON FACHIN	AÇÃO PROPOSTA PELA AMB EM FACE DA DISCIPLINA REMUNERATÓRIA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DE PERNAMBUCO POR NÃO OBSERVAR AS CATEGORIAS DA ESTRUTURA JUDICIÁRIA NACIONAL.	EM ANDAMENTO
ADI 4186	ROBERTO BARROSO	AÇÃO PROPOSTA PELO CFOAB EM FACE DA LEI DO ESTADO DE RONDÔNIA QUE FIXOU VALORES DAS TAXAS DEVIDAS PELOS JURISDICIONADOS PARA A UTILIZAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO SEM IMPOR LIMITAÇÃO. A AMB É <i>AMICUS CURIAE</i> .	
ADI 4199	GILMAR MENDES	AÇÃO PROPOSTA PELA AMB EM FACE DA DISCIPLINA REMUNERATÓRIA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO POR NÃO OBSERVAR AS CATEGORIAS DA ESTRUTURA JUDICIÁRIA NACIONAL.	EM ANDAMENTO

PROCESSO	MINISTRO(A) RELATOR(A)	OBJETO	TRAMITAÇÃO
ADI 4201	LUIZ FUX	AÇÃO PROPOSTA PELA AMB EM FACE DA DISCIPLINA REMUNERATÓRIA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO MARANHÃO POR NÃO OBSERVAR AS CATEGORIAS DA ESTRUTURA JUDICIÁRIA NACIONAL.	EM ANDAMENTO
ADI 4215	LUIZ FUX	AÇÃO PROPOSTA PELA AMB EM FACE DA DISCIPLINA REMUNERATÓRIA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL POR NÃO OBSERVAR AS CATEGORIAS DA ESTRUTURA JUDICIÁRIA NACIONAL.	EM ANDAMENTO
ADI 4216	ROBERTO BARROSO	AÇÃO DA AMB EM FACE DA DISCIPLINA REMUNERATÓRIA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO TOCANTINS POR NÃO OBSERVAR AS CATEGORIAS DA ESTRUTURA JUDICIÁRIA NACIONAL.	EM ANDAMENTO
ADI 4217	CÁRMEN LÚCIA	AÇÃO PROPOSTA PELA AMB EM FACE DA DISCIPLINA REMUNERATÓRIA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO AMAZONAS POR NÃO OBSERVAR AS CATEGORIAS DA ESTRUTURA JUDICIÁRIA NACIONAL.	BAIXA AO ARQUIVO DO STF
ADI 4237	EDSON FACHIN	AÇÃO PROPOSTA PELA AMB EM FACE DA DISCIPLINA REMUNERATÓRIA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DA BAHIA POR NÃO OBSERVAR AS CATEGORIAS DA ESTRUTURA JUDICIÁRIA NACIONAL.	EM ANDAMENTO
ADI 4238	GILMAR MENDES	AÇÃO PROPOSTA PELA AMB EM FACE DA DISCIPLINA REMUNERATÓRIA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO PIAUÍ POR NÃO OBSERVAR AS CATEGORIAS DA ESTRUTURA JUDICIÁRIA NACIONAL.	EM ANDAMENTO
ADI 4244	MARCO AURÉLIO MELLO	AÇÃO PROPOSTA PELA AMB EM FACE DE LEI DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO COM PREVISÃO DE OBRIGAÇÃO, AOS MAGISTRADOS, DE ENTREGAREM, ANUALMENTE, À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS, SOB PENA DE SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.	BAIXA AO ARQUIVO DO STF
ADI 4248	CÁRMEN LÚCIA	AÇÃO PROPOSTA PELA AMB EM FACE DA DISCIPLINA REMUNERATÓRIA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO PARANÁ POR NÃO OBSERVAR AS CATEGORIAS DA ESTRUTURA JUDICIÁRIA NACIONAL.	BAIXA AO ARQUIVO DO STF
ADI 4357	LUIZ FUX	AÇÃO PROPOSTA PELA OAB CONTRA A EC 62, QUE ALTEROU A FORMA DE PAGAMENTO DOS PRECATÓRIOS. A AMB INTEGROU O POLO ATIVO.	EM ANDAMENTO
ADI 4393	CARLOS AYRES BRITTO	AÇÃO PROPOSTA PELO PGR EM FACE DE LEI 5535/2009 DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (FATOS FUNCIONAIS DA MAGISTRATURA). A AMB É <i>AMICUS CURIAE</i> .	EM ANDAMENTO
ADI 4398	CÁRMEN LÚCIA	AÇÃO PROPOSTA PELO CFOAB CONTRA O ART. 265 DO CPP, QUE PREVÊ MULTA AO ADVOGADO QUE ABANDONA A CAUSA. A AMB É <i>AMICUS CURIAE</i> .	EM ANDAMENTO
ADI 4410	CÁRMEN LÚCIA	AÇÃO PROPOSTA PELA AMB EM FACE DA RESOLUÇÃO CNJ 71, SOBRE O REGIME DE PLANTÃO JUDICIÁRIO NO 1º E NO 2º GRAU.	EM ANDAMENTO
ADI 4412	GILMAR MENDES	AÇÃO PROPOSTA PELA AMB EM FACE DO ART. 106 DO REGIMENTO INTERNO DO CNJ, QUE ESTABELECE QUE "O CNJ DETERMINARÁ À AUTORIDADE RECALCITRANTE, SOB AS COMINAÇÕES DO DISPOSTO NO ART. ANTERIOR, O IMEDIATO CUMPRIMENTO DE DECISÃO OU ATO SEU, QUANDO IMPUGNADO PERANTE OUTRO JUÍZO QUE NÃO O STF".	EM ANDAMENTO
ADI 4414	LUIZ FUX	AÇÃO PROPOSTA PELO CFOAB EM FACE DA LEI 6.806/2007, DO ESTADO DE ALAGOAS, QUE CRIOU A VARA DO JUIZ SEM ROSTO, COM COMPETÊNCIA EM TODO O ESTADO, COM COMPETÊNCIA PARA CRIMES DE ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS. A AMB É <i>AMICUS CURIAE</i> .	EM ANDAMENTO
ADI 4510	CÁRMEN LÚCIA	AÇÃO PROPOSTA PELA AMB, ANAMATRA E AJUFE EM FACE DA RESOLUÇÃO 106 DO CNJ. INCONSTITUCIONALIDADE MATERIAL DE DISPOSITIVOS DA RESOLUÇÃO CNJ 106, QUE VISA A ESTABELECE CRITÉRIOS OBJETIVOS PARA AFERIÇÃO DO MÉRITO À PROMOÇÃO DE MAGISTRADOS E ACESSO AOS TRIBUNAIS DE 2º GRAU.	EM ANDAMENTO
ADI 4584	LUIZ FUX	AÇÃO PROPOSTA PELA AMB EM FACE DA LEI 13.471/2010 DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL E MATERIAL DA LEI QUE ALTERA O REGIMENTO DE CUSTAS PARA CRIAR ISENÇÃO.	BAIXA AO ARQUIVO DO STF

PROCESSO	MINISTRO(A) RELATOR(A)	OBJETO	TRAMITAÇÃO
ADI 4586	CELSO DE MELLO	AÇÃO PROPOSTA PELA AMB CONTRA A RESOLUÇÃO CNJ 88. JORNADA DE TRABALHO. INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL E MATERIAL.	EM ANDAMENTO
ADI 4598	LUIZ FUX	AÇÃO PROPOSTA PELA AMB EM FACE DA RESOLUÇÃO CNJ 130. EXPEDIENTE DOS TRIBUNAIS.	EM ANDAMENTO
ADI 4610	ROBERTO BARROSO	AÇÃO PROPOSTA PELA AMB EM FACE DE DISPOSITIVOS DE LEI FEDERAL QUE ATRIBUEM AO CJF COMPETÊNCIA DISCIPLINAR QUE A CONSTITUIÇÃO ATRIBUIU AOS TRIBUNAIS, DE FORMA ORIGINÁRIA, E AO CNJ, DE FORMA SUBSIDIÁRIA.	EM ANDAMENTO
ADI 4638	MARCO AURÉLIO MELLO	AÇÃO PROPOSTA PELA AMB EM FACE DA RESOLUÇÃO CNJ 135, QUE VERSA SOBRE O PROCESSO DISCIPLINAR DA MAGISTRATURA.	EM ANDAMENTO
ADI 4698	ROBERTO BARROSO	AÇÃO PROPOSTA PELA AMB EM FACE DE DISPOSITIVO DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO MARANHÃO QUE FIXA EM 75 ANOS A IDADE PARA O IMPLEMENTO DA APOSENTADORIA COMPULSÓRIA DOS MAGISTRADOS.	BAIXA AO ARQUIVO DO STF
ADI 4709	ROSA WEBER	AÇÃO PROPOSTA PELA AMB EM FACE DO INCISO V, DO ART. 8º DO REGIMENTO INTERNO DO CNJ, QUE AUTORIZA O CORREGEDOR NACIONAL DE JUSTIÇA A SOLICITAR INFORMAÇÕES E DOCUMENTOS SIGILOSOS.	EM ANDAMENTO
ADI 4796	GILMAR MENDES	AÇÃO PROPOSTA PELA AMB EM FACE DO § 2º DO ART. 101 DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ E, TAMBÉM, CONTRA O § 2º DO ART. 3º DA LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL 85/1999, QUANDO ATRIBUEM OBRIGAÇÃO AO PODER JUDICIÁRIO DE CEDER ESPAÇOS EM SEUS PRÉDIOS PÚBLICOS PARA O MINISTÉRIO PÚBLICO EM SITUAÇÃO DE IGUALDADE AOS MEMBROS DO MP.	EM ANDAMENTO
ADI 4802	GILMAR MENDES	AÇÃO PROPOSTA PELA AMB EM FACE DO ART. 1º, DA EC 20/1998, NA PARTE EM QUE ALTEROU A REDAÇÃO DO ART. 93, VI, DA CONSTITUIÇÃO, E CONTRA OS §§ 2º E 3º, DO ART. 2º, DA EC 41/2003. EMENDA CONSTITUCIONAL QUE, ALÉM DE NÃO ATENDER ÀS EXIGÊNCIAS FORMAIS DO ART. 60, § 2º, DA CF, AINDA VIOLA A INDEPENDÊNCIA DO JUDICIÁRIO E DE SEUS MEMBROS.	EM ANDAMENTO
ADI 4803	GILMAR MENDES	AÇÃO PROPOSTA PELA AMB CONTRA ART. 1º, DA EC 20/1998, NA PARTE EM QUE ALTEROU A REDAÇÃO DO ART. 93, VI, DA CF, E CONTRA OS §§ 2º E 3º, DO ART. 2º, DA EC 41/2003. A EC 20/1998, AO SUBMETTER OS MAGISTRADOS AO MESMO REGIME DE PREVIDÊNCIA DOS DEMAIS SERVIDORES PÚBLICOS, VIOLA A GARANTIA FUNDAMENTAL DA VITALICIDADE.	EM ANDAMENTO
ADI 4822	MARCO AURÉLIO MELLO	AÇÃO PROPOSTA PELO CFOAB EM FACE DA RESOLUÇÃO CNJ 133, QUE ESTABELECEU O PRINCÍPIO DA SIMETRIA DA MAGISTRATURA COM O MINISTÉRIO PÚBLICO. A AMB É <i>AMICUS CURIAE</i> .	EM ANDAMENTO
ADI 4859	ROBERTO BARROSO	AÇÃO PROPOSTA PELO CFOAB EM FACE DA RESOLUÇÃO CNJ 133, QUE ESTABELECEU O PRINCÍPIO DA SIMETRIA DA MAGISTRATURA COM O MINISTÉRIO PÚBLICO. A AMB É <i>AMICUS CURIAE</i> .	EM ANDAMENTO
ADI 4885	MARCO AURÉLIO MELLO	AÇÃO PROPOSTA PELA AMB E ANAMATRA EM FACE DO § 15º DO ART. 40 DA CF, COM A REDAÇÃO DADA PELA EC 41/2003 E CONTRA A LEI 12.618/2012, QUE AUTORIZOU A CRIAÇÃO DO FUNPESP-JUD.	EM ANDAMENTO
ADI 5017	LUIZ FUX	AÇÃO PROPOSTA PELA AMB EM FACE DA EC 73/2013 QUE ALTEROU O ART. 27 DO ADCT PARA CRIAR OS TRFs DAS 6ª, 7ª, 8ª E 9ª REGIÕES, AO INSERIR O § 11. AINDA DETERMINOU, NO ART. 20 DA EMENDA, QUE OS TRIBUNAIS SERIAM INSTALADOS EM SEIS MESES.	EM ANDAMENTO
ADI 5019	EDSON FACHIN	AÇÃO PROPOSTA PELA AMB EM FACE DO ART. 108 DA LC 100/2007, DO ESTADO DE PERNAMBUCO, QUE VEDA PROMOÇÃO, REMOÇÃO E PERMUTA DE JUIZ SUBSTITUTO NÃO VITALICIADO.	EM ANDAMENTO
ADI 5072	GILMAR MENDES	AÇÃO PROPOSTA PELO PGR CONTRA LEI DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO SOBRE A UTILIZAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS. A AMB INGRESSOU COMO <i>AMICUS CURIAE</i> .	EM ANDAMENTO
ADI 5142	ALEXANDRE DE MORAES	AÇÃO PROPOSTA PELA AMB EM FACE DA LEI 13.145/2014 DO ESTADO DA BAHIA QUE CRIOU A CÂMARA DO OESTE DA BAHIA.	EM ANDAMENTO
ADI 5153	GILMAR MENDES	DEFESA DE DIREITOS E DE PRERROGATIVAS DE MAGISTRADOS.	EM ANDAMENTO

PROCESSO	MINISTRO(A) RELATOR(A)	OBJETO	TRAMITAÇÃO
ADI 5298	LUIZ FUX	AÇÃO PROPOSTA PELA AMB EM FACE DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO QUE ESTABELECEU 75 ANOS PARA A IDADE DE APOSENTADORIA.	EM ANDAMENTO
ADI 5310	CÁRMEN LÚCIA	AÇÃO PROPOSTA PELO PGR CONTRA ATO NORMATIVO DO TJRJ QUE PREVIU REELEIÇÃO DE PRESIDENTE DO TRIBUNAL. A AMB É <i>AMICUS CURIAE</i> .	EM ANDAMENTO
ADI 5316	LUIZ FUX	AÇÃO PROPOSTA PELA AMB, ANAMATRA E AJUFE CONTRA A EC 88 QUE ESTABELECE, DESDE LOGO, 75 ANOS DE IDADE PARA APOSENTADORIA E PREVÊ UMA SABATINA PARA OS QUE DESEJAM PERMANECER APÓS OS 70 ANOS.	EM ANDAMENTO
ADI 5361	CELSO DE MELLO	AÇÃO PROPOSTA PELA AMB CONTRA A LC 151/2015, SOBRE A UTILIZAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS.	EM ANDAMENTO
ADI 5375	MARCO AURÉLIO MELLO	AÇÃO PROPOSTA PELA AMB CONTRA LEI DO ESTADO DE SERGIPE SOBRE A UTILIZAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS.	EM ANDAMENTO
ADI 5378	EDSON FACHIN	AÇÃO PROPOSTA PELA AMB CONTRA EMENDA À CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS, SOBRE A APOSENTADORIA AOS 75 ANOS DE IDADE PARA OS MAGISTRADOS.	EM ANDAMENTO
ADI 5392	ROSA WEBER	AÇÃO PROPOSTA PELA AMB CONTRA LEI DO ESTADO DO PIAUÍ, SOBRE A UTILIZAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS.	EM ANDAMENTO
ADI 5407	ALEXANDRE DE MORAES	AÇÃO PROPOSTA PELO PGR CONTRA LEI DO ESTADO DE MINAS GERAIS QUE CONCEDEU AUXÍLIO-APERFEIÇOAMENTO E AUXÍLIO-SAÚDE. A AMB É <i>AMICUS CURIAE</i> .	EM ANDAMENTO
ADI 5408	CELSO DE MELLO	AÇÃO PROPOSTA PELO PGR CONTRA LEI DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO QUE PREVIU O PAGAMENTO DE AUXÍLIO-EDUCAÇÃO. A AMB É <i>AMICUS CURIAE</i> .	EM ANDAMENTO
ADI 5413	ROSA WEBER	AÇÃO PROPOSTA PELA AMB CONTRA LEI DO ESTADO DO CEARÁ SOBRE DEPÓSITOS JUDICIAIS.	EM ANDAMENTO
ADI 5430	CELSO DE MELLO	AÇÃO PROPOSTA PELA AMB E ANAMATRA CONTRA A LEI COMPLEMENTAR 152/2015, SOBRE A APOSENTADORIA DE SERVIDORES E MAGISTRADOS FEDERAIS AOS 75 ANOS DE IDADE.	EM ANDAMENTO
ADI 5486	ALEXANDRE DE MORAES	AÇÃO PROPOSTA PELA AMB CONTRA EMENDA À CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SERGIPE SOBRE APOSENTADORIA DE MAGISTRADOS AOS 75 ANOS DE IDADE.	BAIXA AO ARQUIVO DO STF
ADI 5527	ROSA WEBER	AÇÃO PROPOSTA PELO PR CONTRA A LEI DO MARCO CIVIL DA INTERNET (ARTIGOS 10 E 12, III E IV). A AMB É <i>AMICUS CURIAE</i> .	EM ANDAMENTO
ADI 5533	EDSON FACHIN	AÇÃO PROPOSTA PELA AMB CONTRA A LOA DE 2016, NA PARTE EM QUE ESTÁ IMPEDINDO O PREENCHIMENTO DE CARGOS NO ANO DE 2016 QUE TIVEREM VAGADO EM 2015.	BAIXA AO ARQUIVO DO STF
ADI 5600	EDSON FACHIN	AÇÃO PROPOSTA PELA AMB CONTRA LEI 3.166/2016, DO ESTADO DO ACRE, QUE INSTITUIU UTILIZAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS PELO EXECUTIVO.	BAIXA AO ARQUIVO DO STF
ADI 5607	ROSA WEBER	CONFEDERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO BRASIL INGRESSOU COM ADI EM FACE DA LEI ESTADUAL DO ESPÍRITO SANTO 10.470/2015 E LC 815/2015, AO DEFENDER QUE INEXISTE CATEGORIA DE SERVIDORES PÚBLICOS DIVERSA E QUE MAGISTRADOS INATIVOS DEVEM SE SUBMETER AO ÚNICO REGIME DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES ESTADUAIS. A AMB É <i>AMICUS CURIAE</i> .	EM ANDAMENTO
ADI 5633	ROSA WEBER	AÇÃO PROPOSTA PELA AMB CONTRA DISPOSITIVOS DA EC 95 (NOVO REGIME FISCAL).	EM ANDAMENTO
ADI 5645	LUIZ FUX	AÇÃO PROPOSTA PELA ANASEMP EM FACE DA RESOLUÇÃO 117/2014 DO CONAMP (AUXÍLIO-MORADIA). A AMB É <i>AMICUS CURIAE</i> .	EM ANDAMENTO
ADI 5679	ROBERTO BARROSO	AÇÃO PROPOSTA PELO PGR EM FACE DA EC 94/2016, ART. 2º, QUE INSERIU O ART. 101, § 2º, I E II, NO ADCT PARA DISPOR SOBRE USO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS PARA PAGAMENTO DE OBRIGAÇÕES DO PODER EXECUTIVO. A AMB É <i>AMICUS CURIAE</i> .	EM ANDAMENTO

PROCESSO	MINISTRO(A) RELATOR(A)	OBJETO	TRAMITAÇÃO
ADI 5730	CELSO DE MELLO	AÇÃO PROPOSTA PELA AMB CONTRA RESOLUÇÕES DO TSE QUE PROMOVERAM EXTINÇÃO DE ZONAS ELEITORAIS.	EM ANDAMENTO
ADI 5750	ROSA WEBER	AÇÃO PROPOSTA PELA CONFEDERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO BRASIL COM O OBJETIVO DE DEMONSTRAR A CONSTITUCIONALIDADE DOS ARTIGOS 125, 127 E 128 DA LEI COMPLEMENTAR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO N. 234/02, COM A REDAÇÃO QUE LHE FOI DADA PELA LCE 249/2002 E LCE 788/2014. A AMB É <i>AMICUS CURIAE</i> .	EM ANDAMENTO
ADI 5781	ROBERTO BARROSO	AÇÃO PROPOSTA PELA PGR CONTRA A LC 34/1994, COM REDAÇÃO DO ART. 14 DA LC 136/2014 DO ESTADO DE MINAS GERAIS QUE INSTITUIU AUXÍLIO APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL E AUXÍLIO SAÚDE. A AMB É <i>AMICUS CURIAE</i> .	EM ANDAMENTO
ADI 5790	RICARDO LEWANDOWSKI	AÇÃO PROPOSTA PELA AMB CONTRA RESOLUÇÃO DO CNMP QUE INVADE E USURPA A COMPETÊNCIA DO LEGISLADOR, INOVANDO EM MATÉRIA PENAL, PROCESSUAL PENAL, DO ESTATUTO DA MAGISTRATURA ALÉM DE VIOLAR DIREITOS E GARANTIAS INDIVIDUAIS.	EM ANDAMENTO
ADI 5812	RICARDO LEWANDOWSKI	AÇÃO PROPOSTA PELA AMB CONTRA MPF 805 QUE INTRODUZIU ALÍQUOTA PROGRESSIVA DE 14% PARA A CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA.	BAIXA AO ARQUIVO DO STF
ADI 5823	MARCO AURÉLIO MELLO	AÇÃO PROPOSTA PELA AMB CONTRA NORMA DA ASSEMBLEIA DO RIO GRANDE DO NORTE QUE CONFERE IMUNIDADE AOS DEPUTADOS ESTADUAIS.	EM ANDAMENTO
ADI 5824	EDSON FACHIN	AÇÃO PROPOSTA PELA AMB CONTRA NORMA DA ASSEMBLEIA DO RIO DE JANEIRO QUE CONFERE IMUNIDADE AOS DEPUTADOS ESTADUAIS.	EM ANDAMENTO
ADI 5825	EDSON FACHIN	AÇÃO PROPOSTA PELA AMB CONTRA NORMA DA ASSEMBLEIA DE MATO GROSSO QUE CONFERE IMUNIDADE AOS DEPUTADOS ESTADUAIS.	EM ANDAMENTO
ADI 5874	ROBERTO BARROSO	AÇÃO PROPOSTA PELA PGR EM FACE DO INDULTO DO DECRETO 9.247/2017. A AMB É <i>AMICUS CURIAE</i> .	EM ANDAMENTO
ADI 5949	CÁRMEN LÚCIA	AÇÃO PROPOSTA PELA AMB CONTRA LEI DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO QUE FIXOU PRAZO MÁXIMO PARA PRISÕES CAUTELARES.	EM ANDAMENTO
ADI 5953	EDSON FACHIN	AÇÃO PROPOSTA PELA AMB CONTRA INCISO VIII DO ART. 144 DO CPC. IMPEDIMENTO DE JUIZ.	EM ANDAMENTO
ADI 6025	ALEXANDRE DE MORAES	AÇÃO PROPOSTA PELA PGR, QUE REQUER INTERPRETAÇÃO DA LEI 7.713/1988, PARA QUE A ISENÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA ALCANCE, TAMBÉM, O SERVIDOR COM DOENÇA GRAVE. A AMB É <i>AMICUS CURIAE</i> .	EM ANDAMENTO
ADI 6045	MARCO AURÉLIO MELLO	AÇÃO PROPOSTA PELO GOVERNADOR DO ESTADO DE RORAIMA CONTRA LEI ESTADUAL QUE DIRECIONOU RECEITAS NÃO UTILIZADAS DO ORÇAMENTO DO PODER JUDICIÁRIO PARA FUNDO ESPECIAL DO PODER JUDICIÁRIO. A AMB PEDIU INGRESSO COMO <i>AMICUS CURIAE</i> .	EM ANDAMENTO
ADI 6138	ALEXANDRE DE MORAES	ADI DA AMB IMPUGNANDO ALTERAÇÃO DA LEI MARIA DA PENHA, QUE PERMITE ÀS AS AUTORIDADES POLICIAIS A PRÁTICA DE ATOS DA COMPETÊNCIA DO JUDICIÁRIO.	EM ANDAMENTO
ADI 6179	GILMAR MENDES	ADI DO CFOAB EM FACE DE LEI QUE ALTEROU A VARA DO JUIZ SEM ROSTO. ALEGAÇÃO DE USURPAÇÃO DA COMPETÊNCIA DA UNIÃO PARA LEGISLAR. A AMB É <i>AMICUS CURIAE</i> .	EM ANDAMENTO
ADO 42	EDSON FACHIN	AÇÃO PROPOSTA PELA AMB, OBJETIVANDO A REVISÃO GERAL DOS SUBSÍDIOS (CF, ART. 102, I, A, E 103, § 3º C/C LEI 9.868/99, ART. 12-A E SEQUINTE).	EM ANDAMENTO
ADPF 263	GILMAR MENDES	ADPF PROPOSTA PELO GOVERNADOR DA PARAÍBA EM FACE DAS DECISÕES DO TJPB QUE RECONHECERAM A INCONSTITUCIONALIDADE DE PARTE DA LEI ESTADUAL 7.317/2003, E FIXARAM A DATA LIMITE DE RECEBIMENTO DE PROVENTOS E PENSÕES EM ISONOMIA COM OS MAGISTRADOS EM ATIVIDADE. A AMB INGRESSOU COMO <i>AMICUS CURIAE</i> REGISTRANDO SER AUTORA DA ADI 3593 QUE IMPUGNA A MESMA LEI.	EM ANDAMENTO

PROCESSO	MINISTRO(A) RELATOR(A)	OBJETO	TRAMITAÇÃO
ADPF 310	ALEXANDRE DE MORAES	AÇÃO PROPOSTA PELA AMB CONTRA ATO DO CFOAB QUE DEU INTERPRETAÇÃO EXTENSIVA À NORMA CONTIDA NO INCISO V, DO PARÁGRAFO PRIMEIRO, DO ART. 95 DA CONSTITUIÇÃO, (A) SEJA PARA AMPLIAR O ALCANCE DA VEDAÇÃO, QUE DEIXOU DE SER EM FACE DOS JUÍZOS E TRIBUNAIS, PARA ALCANÇAR O “ÂMBITO TERRITORIAL” DESTES, (B) SEJA PARA AMPLIAR A VEDAÇÃO PREVISTA PARA OS MAGISTRADOS APOSENTADOS OU EXONERADOS AOS SEUS EVENTUAIS SÓCIOS NO EXERCÍCIO DA ADVOCACIA.	EM ANDAMENTO
ADPF 403	EDSON FACHIN	ADPF PROPOSTA PELO PPS CONTRA ENTENDIMENTO CONTIDO NAS DECISÕES JUDICIAIS QUE SUSPENDERAM O FUNCIONAMENTO DO WHATSAPP NO TERRITÓRIO NACIONAL. A AMB É <i>AMICUS CURIAE</i> .	EM ANDAMENTO
ADPF 418	ALEXANDRE DE MORAES	ADPF PROPOSTA PELA AMB, AJUFE E ANAMATRA COM O OBJETIVO DE DECLARAR A INCONSTITUCIONALIDADE DE DISPOSITIVOS DA LEI 8112/1990, QUE ADMITEM CASSAÇÃO DE APOSENTADORIA.	EM ANDAMENTO
ADPF 482	ALEXANDRE DE MORAES	ADPF, COM PEDIDO DE MEDIDA CAUTELAR, PROPOSTA PELO PGR, CONTRA DECISÃO PROFERIDA PELO CNMP NO PP 0.00.000.000229/2015-39, QUE AUTORIZOU E FIXOU BALIZAS PARA DISCIPLINA DE REMOÇÃO, POR PERMUTA NACIONAL, ENTRE MEMBROS DE MINISTÉRIOS PÚBLICOS DOS ESTADOS E ENTRE ESTES E MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS. A AMB É <i>AMICUS CURIAE</i> .	EM ANDAMENTO
AO 506	GILMAR MENDES	AÇÃO POPULAR AJUIZADA POR PARLAMENTAR EM DESFAVOR DO ESTADO DO ACRE, DO TJAC E DOS MEMBROS DO JUDICIÁRIO ACREANO, REQUERENDO A SUSPENSÃO DO PAGAMENTO DA GRATIFICAÇÃO DE NÍVEL SUPERIOR A JUÍZES E DESEMBARGADORES. A AMB É <i>AMICUS CURIAE</i> .	BAIXA AO ARQUIVO DO STF
AO 1946	LUIZ FUX	AÇÃO PROPOSTA PELA AMB EM FACE DA UNIÃO E DE DIVERSOS ESTADOS DA FEDERAÇÃO QUE NÃO PAGAVAM AUXÍLIO-MORADIA PARA OS MAGISTRADOS.	EM ANDAMENTO
AO 2280	EDSON FACHIN	AÇÃO DECLARATÓRIA, PROPOSTA PELA AMB, ANAMATRA E AJUFE, PERTINENTE AO DIREITO DOS MAGISTRADOS GOZAREM DA PRERROGATIVA DO PORTE DE ARMA PREVISTO NA LOMAN SEM NECESSIDADE DE SUBMISSÃO A TESTES DE CAPACIDADE E PSICOTÉCNICO.	BAIXA AO ARQUIVO DO STF
AO 2330	GILMAR MENDES	AÇÃO DE MAGISTRADO QUE RECLAMA APOSENTADORIA COM BASE NAS NORMAS DA EC 20/1998. A AMB AGUARDA PROVIDÊNCIA DO JUIZ PARA INGRESSAR COMO <i>AMICUS CURIAE</i> .	EM ANDAMENTO
ARE 87958	ROBERTO BARROSO	RECURSO EXTRAORDINÁRIO REFERENTE À LC DO ESTADO DE GOIÁS 100/2012, QUE ALTERA AS REGRAS ESTADUAIS SOBRE O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (RPPS), AUMENTANDO AS ALÍQUOTAS DOS SERVIDORES DE 11 PARA 13,25%, E A ALÍQUOTA PATRONAL DE 22 PARA 26,5%. O TJGO DECLAROU A INCONSTITUCIONALIDADE DA LEI ESTADUAL, ACOLHENDO A TESE DE QUE A AUSÊNCIA DE CÁLCULO ATUARIAL PARA FUNDAMENTAR A MAJORAÇÃO AFETARIA O CARÁTER CONTRIBUTIVO E O EQUILÍBRIO FINANCEIRO E ATUARIAL DO SISTEMA PREVIDENCIÁRIO. A AMB É <i>AMICUS CURIAE</i> .	EM ANDAMENTO
ARE 811162	RICARDO LEWANDOWSKI	DEFESA DE DIREITOS E DE PRERROGATIVAS DE MAGISTRADOS.	BAIXA DEFINITIVA DOS AUTOS
HC 153467	RICARDO LEWANDOWSKI	DEFESA DE DIREITOS E DE PRERROGATIVAS DE MAGISTRADOS.	BAIXA DEFINITIVA ARQUIVADO
INQ 3915	ROBERTO BARROSO	DEFESA DE DIREITOS E DE PRERROGATIVAS DE MAGISTRADOS.	BAIXA DEFINITIVA DOS AUTOS
MI 1650	ROSA WEBER	MI IMPETRADO PELA AMB, ANAMATRA E AJUFE, VISANDO À GARANTIA DA REVISÃO GERAL ANUAL DOS ANOS DE 2007, 2008 E 2009. PEDIDO DE APLICAÇÃO DE ÍNDICE CONSTANTE DO PRÓPRIO PROJETO DE LEI, NOS LIMITES DAS VERBAS PREVISTAS NAS LEIS ORÇAMENTÁRIAS OU, AINDA, MEDIANTE A APLICAÇÃO DE ÍNDICES OFICIAIS DE INFLAÇÃO, BEM COMO PEDIDO DE DEFERIMENTO PARA QUE SE RECONHEÇA O DIREITO DOS SEUS ASSOCIADOS DE SEREM INDENIZADOS PELOS PREJUÍZOS DECORRENTES DA MORA, FACULTANDO-LHES A LIQUIDAÇÃO DOS PREJUÍZOS COM BASE NAS NORMAS DO DIREITO COMUM.	EM ANDAMENTO

PROCESSO	MINISTRO(A) RELATOR(A)	OBJETO	TRAMITAÇÃO
MI 4067	LUIZ FUX	MANDADO DE INJUNÇÃO IMPETRADO PELA AMB, ANAMATRA E AMAJUM VISANDO À CONCRETIZAÇÃO DA GARANTIA DA REVISÃO GERAL ANUAL, EM FACE DA OMISSÃO DO CONGRESSO NACIONAL DE VOTAR PL ENVIADO PELO STF EM 2010 PARA VIGER EM 1º/1/2011.	EM ANDAMENTO
MI 6620	ROSA WEBER	MANDADO DE SEGURANÇA IMPETRADO PELA AMB, OBJETIVA DECLARAR APOSENTADORIA ESPECIAL DE MAGISTRADOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA.	BAIXA AO ARQUIVO DO STF
MI 6637	ALEXANDRE DE MORAES	MANDADO IMPETRADO PELA AMB EM FACE DA DEMORA DO CONGRESSO NACIONAL EM VOTAR O PROJETO DE LEI 2646/2015 (RECOMPOSIÇÃO DOS SUBSÍDIOS).	BAIXA AO ARQUIVO DO STF
MS 28680	EDSON FACHIN	MS DO ESTADO DE PERNAMBUCO, EM 11/3/2010, CONTRA DECISÃO DO CNJ QUE ANULOU ATOS DO TJE. OS ATOS RECUSAVAM CURSOS NÃO OFICIAIS DE MESTRADO COMO TÍTULO PARA CONCURSO DE PROMOÇÃO DE MAGISTRADOS. COMPETÊNCIA DA ENFAM APENAS PARA REGULAMENTAR CURSOS OFICIAIS DA MAGISTRATURA, SEM PODER VEDAR OS CURSOS DE ENSINO OFICIAIS. A AMB APRESENTOU CONTESTAÇÃO EM NOME DOS LITISCONSORTES.	BAIXA AO ARQUIVO DO STF
MS 30072	GILMAR MENDES	MS IMPETRADO PELA AMB CONTRA ATO DO CNJ.	EM ANDAMENTO
MS 30601	MARCO AURÉLIO MELLO	MS IMPETRADO POR ADVOGADO CONTRA ATO COMPLEXO DE NOMEAÇÃO DOS MINISTROS DO STJ SOB ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE PUBLICIDADE QUANTO AO RESULTADO DA ELABORAÇÃO DA LISTA SÊXTUPLA PELO CFOAB.	EM ANDAMENTO
MS 31004	LUIZ FUX	DEFESA DE DIREITOS E DE PRERROGATIVAS DE MAGISTRADOS.	BAIXA AO ARQUIVO DO STF
MS 31085	LUIZ FUX	MANDADO DE SEGURANÇA IMPETRADO PELA AMB, ANAMATRA E AJUFE CONTRA ATOS DA CORREGEDORA NACIONAL DE JUSTIÇA PROFERIDOS NOS PPs. 0003245-34.2009.2.00.0000 E 0006288-08.2011.2.00.0000. SOLICITAÇÃO DE DADOS AO COAF E EXAME DE DECLARAÇÃO DE RENDIMENTOS E BENS DE MAGISTRADOS, SERVIDORES, CÔNJUGES E DESCENDENTES.	EM ANDAMENTO
MS 31299	ROBERTO BARROSO	MANDAMUS IMPETRADO PELA AMB, ANAMATRA E AJUFE, EM FACE DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, QUE SE NEGAVA A CUMPRIR DECISÃO DO CNJ PROFERIDA NOS AUTOS DO PP 0005125-61.2009.2.00.0000 E, ASSIM, A DEFERIR APOSENTADORIA DE MAGISTRADOS COM O ACRÉSCIMO DOS 17%, PREVISTOS NO § 3º DO ART. 8º DA EC 20.	EM ANDAMENTO
MS 31667	DIAS TOFFOLI	MANDADO DE SEGURANÇA IMPETRADO PELA AMB, AMAAP E ANAMAGES-ES CONTRA DECISÃO DO CNJ QUE DETERMINOU AOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA A ELABORAÇÃO DE PROJETO DE LEI E SEU ENVIO PARA AS ASSEMBLEIAS LEGISLATIVAS, COM PROPOSTA DE REDUÇÃO DO VALOR DO ABONO DE FÉRIAS PARA O MÍNIMO CONSTITUCIONAL (1/3).	BAIXA AO ARQUIVO DO STF
MS 32260	RICARDO LEWANDOWSKI	DEFESA DE DIREITOS E DE PRERROGATIVAS DE MAGISTRADOS.	BAIXA AO ARQUIVO DO STF
MS 32451	EDSON FACHIN	MS IMPETRADO PELO ESTADO DE SÃO PAULO CONTRA ATO NOS AUTOS DO PP 0005039-51.2013, QUE DELIBEROU SUSPENDER OS EFEITOS DA RESOLUÇÃO 606/2013, DO TJSP, SOBRE ELEIÇÃO PARA CARGOS DE DIREÇÃO E CÚPULA DO TJ. A AMB É <i>AMICUS CURIAE</i> .	EM ANDAMENTO
MS 32451	EDSON FACHIN	MS IMPETRADO PELO ESTADO DE SÃO PAULO, REPRESENTANDO INTERESSES DO TJSP, QUE INGRESSOU CONTRA ATO DO CNJ, CONSUBSTANCIADO NOS AUTOS DO PP 0005039-51.2013. O PP FOI NO SENTIDO DE SUSPENDER OS EFEITOS DA RESOLUÇÃO 606/2013, DO TJSP, SOBRE ELEIÇÕES PARA CARGOS DE DIREÇÃO E CÚPULA DO TJ. A AMB É <i>AMICUS CURIAE</i> .	EM ANDAMENTO
MS 32567	ROBERTO BARROSO	DEFESA DE DIREITOS E DE PRERROGATIVAS DE MAGISTRADOS.	BAIXA AO ARQUIVO DO STF
MS 32567	ROBERTO BARROSO	DEFESA DE DIREITOS E DE PRERROGATIVAS DE MAGISTRADOS.	BAIXA AO ARQUIVO DO STF
MS 32581	EDSON FACHIN	DEFESA DE DIREITOS E DE PRERROGATIVAS DE MAGISTRADOS.	BAIXA AO ARQUIVO DO STF

PROCESSO	MINISTRO(A) RELATOR(A)	OBJETO	TRAMITAÇÃO
MS 32908	ROSA WEBER	DEFESA DE DIREITOS E DE PRERROGATIVAS DE MAGISTRADOS.	BAIXA DEFINITIVA DOS AUTOS
MS 33061	ROBERTO BARROSO	DEFESA DE DIREITOS E DE PRERROGATIVAS DE MAGISTRADOS.	BAIXA AO ARQUIVO DO STF
MS 33080	ROBERTO BARROSO	DEFESA DE DIREITOS E DE PRERROGATIVAS DE MAGISTRADOS.	BAIXA AO ARQUIVO DO STF
MS 33271	ROSA WEBER	DEFESA DE DIREITOS E DE PRERROGATIVAS DE MAGISTRADOS	EM ANDAMENTO
MS 33565	ROSA WEBER	DEFESA DE DIREITOS E DE PRERROGATIVAS DE MAGISTRADOS.	BAIXA AO ARQUIVO DO STF
MS 33974	LUIZ FUX	MANDADO DE SEGURANÇA AJUIZADO PELO TJBA PARA QUESTIONAR O NÃO REPASSE DE DUODÉCIMO PARA O TJBA. A AMB É <i>AMICUS CURIAE</i> .	BAIXA AO ARQUIVO DO STF
MS 36533	CELSO DE MELLO	DEFESA DE DIREITOS E DE PRERROGATIVAS DE MAGISTRADOS.	EM ANDAMENTO
MS 34316	TEORI ZAVASCKI	MANDADO DE SEGURANÇA IMPETRADO PELA AMB, ANAMATRA E AJUFE CONTRA OFÍCIO CIRCULAR DA CORREGEDORA NACIONAL DE JUSTIÇA EXIGINDO O CUMPRIMENTO DA RESOLUÇÃO 82 (JÁ REVOGADA).	BAIXA AO ARQUIVO DO STF
MS 34483	DIAS TOFFOLI	MS IMPETRADO PELO TJRJ CONTRA OMISSÃO DO GOVERNO DO RIO DE JANEIRO DO REPASSE DE DUODÉCIMOS PARA O JUDICIÁRIO. A AMB INGRESSOU COMO <i>AMICUS CURIAE</i> .	BAIXA AO ARQUIVO DO STF
MS 35100	LUIZ FUX	MS QUE OBJETIVA ANULAR ATO DO CNJ.	BAIXA AO ARQUIVO DO STF
MS 35156	GILMAR MENDES	MANDADO DE SEGURANÇA QUE OBJETIVA ANULAR ATO DO CNJ.	BAIXA AO ARQUIVO DO STF
MS 35298	MARCO AURÉLIO MELLO	MS IMPETRADO PELA AMB EM FAVOR DOS JUÍZES DO RIO GRANDE DO NORTE CONTRA ATO DO CORREGEDOR NACIONAL DE JUSTIÇA QUE IMPÔS DEVOLUÇÃO DO AUXÍLIO-MORADIA.	EM ANDAMENTO
MS 35302	CELSO DE MELLO	DEFESA DE DIREITOS E DE PRERROGATIVAS DE MAGISTRADOS.	EM ANDAMENTO
MS 35540	GILMAR MENDES	DEFESA DE DIREITOS E DE PRERROGATIVAS DE MAGISTRADOS.	EM ANDAMENTO
MS 35973	MARCO AURÉLIO MELLO	MS IMPETRADO COM O OBJETIVO DE ANULAR ATO DO CNJ. A AMB É <i>AMICUS CURIAE</i> .	EM ANDAMENTO
MS 36043	EDSON FACHIN	DEFESA DE DIREITOS E DE PRERROGATIVAS DE MAGISTRADOS.	BAIXA DEFINITIVA ARQUIVADO
MS 36144	GILMAR MENDES	MS IMPETRADO POR JUIZ CONTRA ATO DO CNJ. A AMB INGRESSOU COM PEDIDO DE <i>AMICUS CURIAE</i> PARA DEFENDER A TESE DO PRAZO DE UM ANO PARA A REVISÃO DISCIPLINAR.	EM ANDAMENTO
MS 36323	RICARDO LEWANDOWSKI	MANDADO IMPETRADO CONTRA ATO DO CNJ. A AMB É <i>AMICUS CURIAE</i> .	EM ANDAMENTO
MS 36533	GILMAR MENDES	DEFESA DE DIREITOS E DE PRERROGATIVAS DE MAGISTRADOS.	EM ANDAMENTO
MS 36550	MARCO AURÉLIO MELLO	MS IMPETRADO PELA AMB CONTRA RECOMENDAÇÃO 38 DO CORREGEDOR NACIONAL DE JUSTIÇA, MEDIANTE A QUAL OS TRIBUNAIS DEVEM DAR CUMPRIMENTO A ATOS NORMATIVOS E DECISÕES PROFERIDAS PELA CORREGEDORIA, AINDA QUE EXISTA ORDEM JUDICIAL EM SENTIDO DIVERSO, SALVO SE ADVINDA DO STF.	EM ANDAMENTO
PSV 71	MINISTRO PRESIDENTE	PROPOSTA DE SÚMULA VINCULANTE PARA DISPOR QUE É "INCONSTITUCIONAL A OUTORGA A MAGISTRADO DE VANTAGEM NÃO PREVISTA NA LEI ORGÂNICA DA MAGISTRATURA NACIONAL". AMB, ANAMATRA E AJUFE IMPUGNARAM.	EM ANDAMENTO
RCL 10823	ROBERTO BARROSO	RECLAMAÇÃO DA UNIÃO CONTRA DECISÃO DO CNJ QUE RECONHECEU AOS MAGISTRADOS HOMENS O DIREITO DE ACRESCEM 17% DO TEMPO TRABALHADO ANTES DA EC 20/1998 AO TEMPO DE APOSENTADORIA. A AMB INGRESSOU PARA IMPUGNAR A RECLAMAÇÃO.	EM ANDAMENTO

PROCESSO	MINISTRO(A) RELATOR(A)	OBJETO	TRAMITAÇÃO
RCL 19722	ROSA WEBER	DEFESA DE DIREITOS E DE PRERROGATIVAS DE MAGISTRADOS.	EM ANDAMENTO
RCL 19916	ROSA WEBER	RECLAMAÇÃO OBJETIVANDO QUE SEJA OBSERVADA A ADPF 130/DF. A AMB É <i>AMICUS CURIAE</i> .	BAIXA AO ARQUIVO DO STF
RCL 23899	ROSA WEBER	AÇÃO PROPOSTA PELO JORNAL GAZETA DO POVO CONTRA AÇÕES INDENIZATÓRIAS DE JUÍZES DO PARANÁ. OFERECIDA CONTESTAÇÃO PELOS JUÍZES. AMB É <i>AMICUS CURIAE</i> .	EM ANDAMENTO
RCL 24549	ALEXANDRE DE MORAES	DEFESA DE DIREITOS E DE PRERROGATIVAS DE MAGISTRADOS.	BAIXA DEFINITIVA ARQUIVADO
RCL 25283	CELSO DE MELLO	AÇÃO PROPOSTA PELO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL CONTRA DECISÃO DO TJRS QUE JULGOU INCONSTITUCIONAL LEI ESTADUAL QUE SUJEITOU OS MEMBROS DA MAGISTRATURA AO NOVO REGIME DA PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR. A AMB É <i>AMICUS CURIAE</i> .	EM ANDAMENTO
RCL 25763	ALEXANDRE DE MORAES	DEFESA DE DIREITOS E DE PRERROGATIVAS DE MAGISTRADOS.	EM ANDAMENTO
RCL 26111	DIAS TOFFOLI	RECLAMAÇÃO APRESENTADA PELA DPU EM FACE DOS MAGISTRADOS DE COMPETÊNCIA NAS VARAS DE EXECUÇÕES PENAIS DA COMARCA DE MANAUS E DOS MAGISTRADOS DE COMPETÊNCIA CRIMINAL DOS FOROS FEDERAL E ESTADUAL. A AMB É <i>AMICUS CURIAE</i> .	BAIXA AO ARQUIVO DO STF
RCL 28968	ROBERTO BARROSO	RECLAMAÇÃO CONTRA NORMAS DE ELEIÇÃO PARA PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ, QUE RESULTARAM NA ELEIÇÃO DE EX-PRESIDENTE DA AMB.	EM ANDAMENTO
RE 612043	MARCO AURÉLIO MELLO	RECURSO EXTRAORDINÁRIO SOBRE SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL DE ASSOCIAÇÃO DE CLASSE. A AMB É <i>AMICUS CURIAE</i> .	BAIXA DEFINITIVA DOS AUTOS
RE 771077	LUIZ FUX	DEFESA DE DIREITOS E DE PRERROGATIVAS DE MAGISTRADOS.	EM ANDAMENTO
RE 855091	DIAS TOFFOLI	RECURSO EXTRAORDINÁRIO DA UNIÃO. DISCUSSÃO SOBRE INCIDÊNCIA DE IMPOSTO DE RENDA SOBRE JUROS DE MORA DAS VERBAS DE CONDENAÇÃO. A AMB É <i>AMICUS CURIAE</i> .	EM ANDAMENTO
RE 968646	ALEXANDRE DE MORAES	RECURSO INTERPOSTO PELA UNIÃO CONTRA ACORDÃO DA 3ª TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS DE SANTA CATARINA, QUE DETERMINOU O PAGAMENTO A MAGISTRADO DE DIFERENÇAS DE DIÁRIAS PELO PRINCÍPIO DA SIMETRIA COM O MP. REPERCUSSÃO GERAL. A AMB É <i>AMICUS CURIAE</i> .	EM ANDAMENTO
RE 1059466	ALEXANDRE DE MORAES	RECURSO COM REPERCUSSÃO GERAL 1.059.466/AL, NO QUAL UM JUIZ DO TRABALHO LITIGA COM A UNIÃO, VISANDO OBTER LICENÇA-PRÊMIO PREVISTA EM LEI PARA OS MEMBROS DO MP, COM BASE NO PRINCÍPIO DA SIMETRIA, INSERIDO NO TEXTO CONSTITUCIONAL PELA EC 45. A AMB É <i>AMICUS CURIAE</i> .	EM ANDAMENTO
RE 1135251	EDSON FACHIN	A AMB INGRESSOU COMO <i>AMICUS CURIAE</i> NO RE OBJETIVANDO O RECONHECIMENTO DA SIMETRIA COM OS MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO.	EM ANDAMENTO
RE 1180437	GILMAR MENDES	DEFESA DE DIREITOS E DE PRERROGATIVAS DE MAGISTRADOS.	EM ANDAMENTO
RMS 30376	GILMAR MENDES	DEFESA DE DIREITOS E DE PRERROGATIVAS DE MAGISTRADOS.	BAIXA DEFINITIVA DOS AUTOS
RMS 32769	GILMAR MENDES	DEFESA DE DIREITOS E DE PRERROGATIVAS DE MAGISTRADOS.	BAIXA DEFINITIVA DOS AUTOS
RMS 33032	GILMAR MENDES	DEFESA DE DIREITOS E DE PRERROGATIVAS DE MAGISTRADOS.	BAIXA DEFINITIVA DOS AUTOS
RMS 36325	MARCO AURÉLIO MELLO	DEFESA DE DIREITOS E DE PRERROGATIVAS DE MAGISTRADOS.	EM ANDAMENTO

STJ

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA



21/11/2018

Prerrogativa de foro

A Corte Especial do STJ mantém, por maioria, o foro especial por prerrogativa de função para desembargadores, não apenas no caso de crimes cometidos no exercício da função, mas, também, de crimes comuns sem relação com a função. O entendimento é firmado na análise de questão de ordem no julgamento de uma ação penal envolvendo um desembargador do TJPR, que conta com a assistência jurídica da AMB.

PROCESSO	MINISTRO(A) RELATOR(A)	OBJETO	TRAMITAÇÃO
RESP 1624117	MARIA ISABEL GALLOTTI	DEFESA DE DIREITOS E DE PRERROGATIVAS DE MAGISTRADO	EM ANDAMENTO
RESP 1624803	MARIA ISABEL GALLOTTI	DEFESA DE DIREITOS E DE PRERROGATIVAS DE MAGISTRADO	EM ANDAMENTO
RMS 33671	REGINA HELENA COSTA	DEFESA DE DIREITOS E DE PRERROGATIVAS DE MAGISTRADO	EM ANDAMENTO
ARESP 271380	SÉRGIO KUKINA	DEFESA DE DIREITOS E DE PRERROGATIVAS DE MAGISTRADO	EM ANDAMENTO
RMS 38901	MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA	DEFESA DE DIREITOS E DE PRERROGATIVAS DE MAGISTRADO	BAIXA DEFINITIVA PARA O TJMA
RMS 41562	REGINA HELENA COSTA	DEFESA DE DIREITOS E DE PRERROGATIVAS DE MAGISTRADO	BAIXA DEFINITIVA PARA O TJPI
SINDICÂNCIA 438	HUMBERTO MARTINS	DEFESA DE DIREITOS E DE PRERROGATIVAS DE MAGISTRADO	ARQUIVADO
RMS 46977	ASSUSETE MAGALHÃES	DEFESA DE DIREITOS E DE PRERROGATIVAS DE MAGISTRADO	EM ANDAMENTO
RESP 652766	SÉRGIO KUKINA	DEFESA DE DIREITOS E DE PRERROGATIVAS DE MAGISTRADO	BAIXA DEFINITIVA PARA O TRF DA 3ª REGIÃO
INQUÉRITO 1088	RAUL ARAÚJO	DEFESA DE DIREITOS E DE PRERROGATIVAS DE MAGISTRADO	EM ANDAMENTO
AÇÃO PENAL 885	HERMAN BENJAMIN	DEFESA DE DIREITOS E DE PRERROGATIVAS DE MAGISTRADO	EM ANDAMENTO
RESP 1706340	MAURO CAMPBELL	DEFESA DE DIREITOS E DE PRERROGATIVAS DE MAGISTRADO	BAIXA DEFINITIVA PARA O TRF DA 3ª REGIÃO
RESP 1710557/SP	RAUL ARAÚJO	DEFESA DE DIREITOS E DE PRERROGATIVAS DE MAGISTRADO	EM ANDAMENTO
HC 443499	ROGERIO SCHIETTI	DEFESA DE DIREITOS E DE PRERROGATIVAS DE MAGISTRADO	EM ANDAMENTO
RCL 35937	ROGERIO SCHIETTI	DEFESA DE DIREITOS E DE PRERROGATIVAS DE MAGISTRADO	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE



CNJ

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA



14/2/2017

Permuta

A defesa da permuta entre juízes estaduais pauta a reunião da diretoria da AMB com o corregedor nacional de Justiça, ministro João Otávio de Noronha. Na ocasião, a entidade ressalta a necessidade de os juízes estaduais adquirirem o mesmo direito já existente para os magistrados trabalhistas e federais.



11/5/2017

Prerrogativas - mandato em associação de classe

É assegurada a licença de Elayne Cantuária para exercer o mandato na presidência da Amaap. A liminar no Procedimento de Controle Administrativo (PCA) 0003927-08.2017.2.00.0000, formulado pela entidade e no qual a AMB atua como parte interessada, é concedida pelo relator, Rogério Soares do Nascimento. O TJAP havia indeferido o pedido da magistrada, apesar de o afastamento ser garantido pela Loman.



6/6/2017

Segurança dos magistrados

A diretoria da AMB e membros da Comissão de Segurança da entidade se encontram com o conselheiro Bruno Ronchetti. Eles entregam a cartilha "Magistrados seguros: dicas preventivas de segurança", elaborada pela Associação. A visita é uma deliberação da segunda reunião da Secretaria de Segurança da AMB, que contou com a presença de magistrados das cinco regiões brasileiras.

26/6/2017

Efetividade do Judiciário

Importante avanço é obtido pela AMB e pelo Fórum Nacional de Juízes Estaduais (Fonaje) sobre a competência de julgamento do Índice de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) que, conforme nota técnica assinada por ambas e entregue a todos os conselheiros, deve ser dentro do sistema dos juizados, por turma recursal. A conselheira Maria Tereza Uille revoga liminar no Pedido de Providências (PP) 0002624-56.2017.2.00.0000, que suspendia a resolução do TJES alinhada ao entendimento das entidades.



28/6/2017

Valorização do 1º grau

A AMB e a Amaap dialogam com o conselheiro Carlos Eduardo Oliveira Dias, relator do procedimento instaurado para acompanhar o cumprimento da Resolução CNJ 219/2016. Na ocasião, são expostas as dificuldades encontradas pelas associações e pelos comitês gestores regionais em sua implementação. A medida é considerada um dos pilares da Política Nacional de Priorização do 1º Grau de Jurisdição.

21/7/2017

Simetria

A atuação da AMB e da Amase garante a manutenção da licença-prêmio a magistrados do TJSE. O conselheiro Carlos Eduardo Oliveira Dias arquiva o PP 0001439-80.2017.2.00.0000. A AMB, em 1º de junho, havia apresentado manifestação ao CNJ, ao requerer a extinção do procedimento, porquanto a questão de mérito – simetria com o Ministério Público – está em debate no STF.

1º/8/2017

Prerrogativas - mandato em associação de classe

O CNJ ratifica, por unanimidade, a liminar que assegurou a licença de Elayne Cantuária para exercer o mandato na presidência da Amaap. O PCA 0003927-08.2017.2.00.0000 foi formulado pela entidade e a AMB atua como parte interessada. O relator é o conselheiro Rogério Soares do Nascimento. O TJAP havia indeferido o pedido da magistrada, apesar de o afastamento ser garantido pela Loman.





4/10/2017

Valorização do 1º grau

O “Workshop sobre a Resolução CNJ 219/2016 – Equalização da Força de Trabalho 1º e 2º Graus” é promovido pela AMB. Participam associações regionais de magistrados de todo o País para esclarecer dúvidas e debater a medida. A iniciativa conta com a presença de integrantes dos comitês gestores de tribunais de Justiça e do Trabalho, além do CNJ.



10/10/2017

Ajuda de custo por remoção a pedido

É julgado procedente o PCA, com pedido de liminar, ajuizado pela AMB, a fim de anular a decisão do TRT-1, que negou direito à ajuda de custo a uma magistrada do Trabalho, por remoção a pedido. O conselheiro Rogério Nascimento, relator do PCA 0007637-36.2017.2.00.0000, acata a fundamentação da AMB de que a decisão do TRT-1 é ilegal, pois contraria a Loman.

24/10/2017

Prerrogativas - atividades em associação de classe

Por unanimidade, o Plenário ratifica a liminar deferida no PCA 0004732-58.2017.2.00.0000, proposto pela AMB contra o ato do TRT-21, que havia indeferido o pedido de afastamento da juíza da 3ª Vara do Trabalho de Mossoró (RN) Maria Rita Manzarra para o exercício de atividades na Associação. Na 261ª Sessão Ordinária, o Conselho conclui que o afastamento do magistrado é legal, cassando a decisão do TRT.

24/10/2017

Simetria

A parceria entre a AMB e a Amase resulta no arquivamento de três consultas sobre a legalidade de indenização de férias não gozadas. O conselheiro Henrique Ávila conclui que a indenização está de acordo com a Resolução CNJ 133/2011 e determina o arquivamento de procedimento em relação à Consulta 0003120-61.2012.2.00.0000, do TJSE - apensados os feitos do TJAL e do TJMA.

13/11/2017

Prática de coaching

A AMB e a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra) entram com recurso para que o Plenário reveja a decisão de não conhecer a Consulta 0004436-70.2016.2.00.0000, proferida pelo relator Valdetário Monteiro. O feito objetiva esclarecer dúvidas quanto à aplicação da Resolução CNJ 226/2016, que dispõe sobre a atuação de magistrados em atividades de docência e veda a prática de coaching, congêneres e similares. No julgamento, durante a 32ª Sessão Virtual, em 7 de março de 2018, o Plenário nega provimento ao recurso.

14/11/2017

Efetividade do Judiciário

É deferida a liminar postulada pela AMB e Amarn para suspender o dispositivo da Resolução 29/2017, do TJRN, que previa a transformação da 2ª Vara de Família de Mossoró em 3ª Vara de Fazenda Pública. O relator do PCA 007946-57.2017.2.00.0000, conselheiro Henrique Ávila, aceita o argumento de que a medida não atende parâmetro objetivo para a mudança, estabelecido na Resolução CNJ 184/2013. Em 26 de junho de 2018, na 48ª Sessão Extraordinária, o colegiado não ratifica a liminar.

17/11/2017

Afastamento para estudos

É suspenso o dispositivo da Resolução 16/2017, do TJCE, que previa que afastamentos de magistrados para eventos de longa duração ministrados no exterior deveriam ficar restritos a casos de curso de doutorado. A decisão liminar é do conselheiro Márcio Schiefler. A AMB e a ACM argumentam, no PCA 0008129-28.2017.2.00.0000, que a limitação não está prevista na Loman.

8/12/2017

Valorização do 1º grau

A AMB e a Amaap obtêm vitória quanto à distribuição da força de trabalho. O TJAP deve promover a realocação de 49 servidores lotados no 2º para o 1º grau, bem como a unificação da remuneração dos servidores. A decisão liminar é do conselheiro Rogério Soares do Nascimento, no PCA 0007142-89.2017.2.00.0000, ajuizado pela Amaap, no qual a AMB figura como parte interessada.

19/12/2017

Valorização do 1º grau

São contestados 16 decretos judiciais do TJTO que determinam a exoneração de 218 servidores. A AMB pugna pela concessão de liminar para suspender a medida, porque o corte de pessoal, da forma como procedido, viola os princípios da razoabilidade, eficiência e legalidade. O PCA 0009324-48.2017.2.00.0000 foi proposto pela Asmeto, e a AMB pede ingresso como interessada. Na 284ª Sessão Ordinária, por unanimidade, os conselheiros acompanham a decisão do relator, ministro Aloysio Corrêa da Veiga, que nega o recurso.



20/2/2018

Prerrogativas

O Plenário nega, por unanimidade, na 266ª Sessão Ordinária, o provimento ao recurso que pretendia reformar a decisão da Corregedoria Nacional de Justiça de arquivar, por inexistência de provas, a Reclamação Disciplinar (RD) 0003436-35.2016.2.00.0000 contra Líbio Araújo Moura, membro da Secretaria de Prerrogativas da AMB. A advogada requerente o acusava de suspeição na condução de um processo penal no TJPA.

20/2/2018

Valorização do 1º grau

Por unanimidade, o Conselho ratifica liminar no PCA 0007142-89.2017.2.00.0000, ajuizado pela Amaap, no qual a AMB figura como parte interessada. Na 266ª Sessão Ordinária, o Plenário mantém a decisão do relator, conselheiro Rogério Soares do Nascimento, para que o TJPA realoque 49 servidores lotados no 2º grau para o 1º grau. O Tribunal deve providenciar, ainda, a equiparação da remuneração dos dois graus de jurisdição.

6/3/2018

Gratificação por acúmulo de função

É reconhecida, na 267ª Sessão Ordinária, a legalidade da gratificação por acúmulo de função nas audiências de custódia no estado do Rio de Janeiro. O Plenário revoga, por maioria, a liminar que a suspendia. A decisão atende o pleito da AMB e da Amaerj, que ingressaram com pedido de reconsideração no PCA 0006865-73.2017.2.00.0000, ajuizado pelo Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Rio de Janeiro (Sindjustiça-RJ), para o retorno do pagamento.

13/4/2018

Prerrogativas

O conselheiro Valtércio de Oliveira acata a defesa da AMB, feita a pedido da Asmeto, e julga improcedente o PP 0001103-42.2018.2.00.0000, contra a decisão de Luiz Zilmar dos Santos Pires, juiz da 4ª Vara Criminal de Palmas (TO). O Sindicato dos Servidores da Justiça do Estado do Tocantins (Sinsjusto) contestava um depósito de bens apreendidos em cartório, por requisição do juízo. Para a AMB, a decisão do magistrado tem respaldo na Resolução do CNJ 134/2011.

24/4/2018

Prerrogativas

Na 270ª Sessão Ordinária, o CNJ nega, por maioria, provimento ao recurso do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (CFOAB), que pretendia reformar a decisão que arquivou procedimento disciplinar contra o membro da Secretaria de Prerrogativas da AMB Flávio Jabour Moulin (TJES), acusado de violar prerrogativa de uma advogada. O relator e corregedor, ministro João Otávio de Noronha, concluiu que a denúncia é caluniosa.

8/5/2018

Prerrogativas

É favorável à AMB o resultado do Procedimento Administrativo Disciplinar (PAD) 0006035-49.2013.2.00.0000. O Plenário julga improcedente o PAD requerido pelo CNJ em desfavor de um desembargador do TJPR. Na 271ª Sessão Ordinária, os conselheiros entendem que o magistrado não cometeu nenhuma irregularidade.



8/5/2018

Participação em cursos

A atuação da AMB, da Associação dos Magistrados do Trabalho da 12ª Região (Amatra 12) e do ex-vice-presidente da AMB José Lucio Munhoz resulta em uma importante conquista. Também na 271ª Sessão Ordinária, o Plenário aprova o PCA 5801-47.2015.5.90.0000, instaurado em face do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), que proibia a interrupção das férias dos juízes para a participação em cursos de aperfeiçoamento nas escolas mantidas pelos TRTs.

8/5/2018

Valorização do 1º grau

Outra decisão positiva para a AMB, na 271ª Sessão Ordinária é em relação ao PP 0005077-24.2017.2.00.0000, proposto pela AMPB, em face do TJPB. Por unanimidade, o Plenário ratifica a liminar, objetivando o cumprimento da Resolução CNJ 219/2016, que dispõe sobre a distribuição de servidores, de cargos em comissão e de funções de confiança nos órgãos do Judiciário de 1º e 2º graus.

11/5/2018

Efetividade do Judiciário

Para pleitear a revogação do Provimento 68, a AMB protocoliza o PP 0003208-89.2018.2.00.0000 junto à Corregedoria Nacional de Justiça. O dispositivo impõe aos membros da Magistratura, com o fim de uniformização, novos procedimentos referentes ao levantamento de depósitos judiciais e ao bloqueio de valores, usurpando a competência privativa da União para legislar sobre Direito Processual.

21/5/2018

Prerrogativa de foro

A AMB interpõe Recurso Administrativo no PCA 0002734-21.2018.2.00.0000, ajuizado pelo Ministério Público do Estado do Pará (MPPA) em face do TJPA, contra a decisão monocrática do relator André Godinho. O conselheiro julgou procedente o pedido para suprimir a exigência de autorização prévia para investigar crime cometido por autoridade detentora de prerrogativa de foro, inclusive magistrado, prevista no Regimento Interno do TJPA.

22/5/2018

Valorização da Magistratura

A Magistratura obtém êxito na RD 0005823-23.2016.2.00.0000, aberta pela OAB, contra 25 juízes e um servidor do TRT-2. A Corregedoria Nacional de Justiça arquiva o feito, que tem a AMB e a Anamatra como interessadas. A Reclamação foi ajuizada devido à suspensão das audiências do dia 5 de outubro de 2016, por conta da participação deles no Movimento Nacional de Defesa e Valorização da Magistratura e do Ministério Público, realizado pela Amatra 2, na capital paulista, durante expediente forense.

28/5/2018

Ajuda de custo - mudança por promoção

É acatado o PCA 0002576-63.2018.2.00.0000, com pedido de liminar, ajuizado pela AMB, para anular a decisão do TRT-1, que negou o pagamento de ajuda de custo a dois juízes trabalhistas. Os magistrados atuavam em Niterói (RJ) e foram promovidos para Macaé, no interior do estado. A decisão do relator, conselheiro Arnaldo Hossepian, é meritória, em sede de provimento monocrático final.

15/6/2018

Efetividade do Judiciário

O Plenário Virtual aprova, por unanimidade, o PP 0004712-38.2015.2.00.0000, no qual a AMB ingressou para que o colegiado emita nota técnica pela rejeição do Projeto de Lei (PL) 5.240/2013 – Projeto de Lei da Câmara (PLC) 98/2015 no Senado. O texto acrescenta um dispositivo ao Estatuto da Advocacia e da OAB, Lei 8.906/1994, que prevê a suspensão dos prazos processuais para permitir férias aos advogados.

20/6/2018

Manifestação nas redes sociais

A AMB impugna o Provimento 71/2018, assinado pelo corregedor nacional de Justiça, ministro João Otávio de Noronha, que dispõe sobre o uso de e-mail institucional pelos membros e servidores do Judiciário e a manifestação político-partidária nas redes sociais. No PP 0004456-90.2018.2.00.0000, a AMB argumenta que a norma amplia a abrangência da restrição de direito prevista na Constituição Federal.

22/6/2018

Auxílio-saúde

A AMB solicita ao corregedor nacional de Justiça, ministro João Otávio de Noronha, o ingresso como interessada no PP 0001581-50.2018.2.00.0000, sobre o pagamento de auxílio-saúde e o reembolso financeiro para compra de livros e softwares. Em ação conjunta com a Amma, a AMB afirma que as verbas, sendo de natureza indenizatória e com regramento local específico, não estão sujeitas ao Provimento 64.

26/6/2018

Prerrogativas

É concluído o julgamento do PAD 0003335-95.2016.2.00.0000, movido em desfavor de um magistrado do estado de Alagoas, no qual a AMB figura como parte interessada. Na 48ª Sessão Extraordinária, o Procedimento é julgado improcedente e o desembargador, afastado de suas funções, pode retornar à atividade judicante.

26/6/2018

Prerrogativas

Ainda na 48ª Sessão Extraordinária, por maioria, é julgada improcedente a Revisão Disciplinar (RevDis) 000236-78.2014.2.00.0000, que teve pedido de vista regimental do relator, conselheiro Henrique Ávila, em novembro de 2017. A AMB sustentou a desproporcionalidade da pena aplicada a um magistrado pelo TJRJ, sendo necessário rever a aposentadoria compulsória.

26/6/2018

Prerrogativas

A AMB é parte interessada na RevDis 0002743-51.2016.2.00.0000. A matéria, apreciada também na 48ª Sessão Extraordinária, versa sobre a necessidade de revisão de sanção disciplinar de magistrado do TJAL. O feito é julgado parcialmente procedente.

14/8/2018

Prerrogativas

Em decisão unânime, o Plenário do CNJ vota por desprover Recurso Administrativo na RD 0006811-44.2016.2.00.0000, que apurava suposta infração cometida por um juiz eleitoral da Vara de Campos dos Goytacazes (RJ), durante o episódio da prisão de um ex-governador do Rio de Janeiro, em 2016. A AMB defende o magistrado e a reclamação é arquivada, conforme decisão tomada na 49ª Sessão Extraordinária.

21/8/2018

Remoção e promoção

No PCA 0005675-12.2016.2.0.0000, relacionado à remoção e promoção no TJPI, o Plenário reconhece viciados os editais de 8 a 10, de 2016. Julgando o pleito parcialmente procedente, na 276ª Sessão Ordinária, o colegiado determina que o Tribunal observe, nas movimentações de seus magistrados, a ordem de provimento fixada pela Loman.

21/8/2018

Segurança dos magistrados

A descontinuidade de escolta pessoal, de imediato ou gradualmente, para um magistrado aposentado provoca intenso debate na 276ª Sessão Ordinária. Na apreciação do PP 0000274-03.2014.2.00.0000, em que a AMB e a Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe) são partes interessadas, o colegiado vota pela improcedência parcial e acata a proposta das áreas técnicas do CNJ e da Polícia Federal, de retirada gradativa da segurança.

11/9/2018

Licença-paternidade

Por unanimidade, o Plenário reconhece a possibilidade de os tribunais e demais órgãos do Judiciário aumentarem a licença-paternidade de magistrados e servidores de cinco para 20 dias. O PP 0002352-96.2016.2.00.0000, proposto pela AMB, junto à Anamatra e à Ajufe, defende a extensão da licença a toda Magistratura, inclusive para os casos de adoção. A decisão é tomada na 50ª Sessão Extraordinária.

11/9/2018

Doações e recursos orçamentários

Também na 50ª Sessão Extraordinária, com a atuação da AMB, é destacado da lista da conselheira Daldice Santana o Recurso Administrativo no PCA 0006293-54.2016.2.00.0000, em que o TJRN é requerido. A entidade figura como interessada no feito da Amarn, que trata de doações e de recursos orçamentários. Assim, o assunto pode ser mais bem elaborado para debate no Plenário, quando o processo voltar à pauta.



12/9/2018

Permuta

O Grupo de Trabalho da Comissão da Permuta da AMB retoma as visitas ao Conselho para tratar do PP 0004074-05.2015-2.00.0000. Na pauta, estava a constitucionalidade da permuta de juízes de TJs de diferentes estados, defendida pela AMB. O Grupo e a Amarr são recebidos pelos conselheiros André Godinho, atual relator do Pedido; Luciano Frota; Valdetário Monteiro; Valtércio de Oliveira; Maria Iracema do Vale; e Márcio Schiefler.

28/9/2018

Prêmios em espécie

O Plenário Virtual conclui, por maioria, em sua 36ª Sessão, que não existe ilegalidade no recebimento de prêmios em espécie de instituições de ensino superior na produção de trabalhos realizados a partir de editais públicos, nos quais não são identificados autores e avaliadores. A Consulta 0008909-65.2017.2.00.0000 foi feita por um juiz do TRT-1. A manifestação da AMB foi pelo conhecimento.

3/10/2018

Valorização da Magistratura

A diretoria da AMB visita o corregedor nacional de Justiça e vice-presidente do STJ, ministro Humberto Martins. São discutidos a segurança dos magistrados, a aplicação pelos tribunais da Resolução 219/2016, e o Provimento 64/2017, que estabelece diretrizes gerais para o pagamento de subsídios a juízes e sujeita qualquer verba remuneratória ou indenizatória não prevista na Loman à autorização prévia do CNJ.



9/10/2018

Promoção de magistrados

A AMB protocoliza suas contribuições para a minuta do ato normativo que visa alterar a Resolução 106/2010, sobre os critérios de aferição do merecimento para promoção de magistrados e acesso aos tribunais de 2º grau. Entre as sugestões, está a retirada do item “efetividade da execução”, do art. 17, posto que o processo de execução é o que menos depende do juiz.

17/10/2018

Efetividade do Judiciário

O corregedor nacional de Justiça e vice-presidente do STJ, ministro Humberto Martins, revoga o Provimento 68, que impunha à Magistratura novos procedimentos no levantamento de depósitos judiciais e bloqueio de valores. Ao julgar procedente o pedido da OAB, o corregedor destaca a representatividade da AMB, que também havia solicitado a revogação no PP com Pedido de Reconsideração 0003208-89.2018.2.00.0000.

23/10/2018

Prerrogativas - atendimento a advogados

O Plenário relativiza prerrogativa dos advogados negando, por maioria, conforme o acórdão publicado, provimento ao recurso no PCA 0005105-94.2014.2.00.0000, no qual a AMB e a Amma são interessadas. A OAB-MA queria anular a Resolução 18/2014, do TJMA, que prevê o atendimento aos advogados nos balcões das secretarias judiciais, ressalvada a possibilidade de acesso aos gabinetes e secretarias.



24/10/2018

Manifestação nas redes sociais

O Provimento 71, sobre o uso de e-mail institucional e a manifestação nas redes sociais pelos membros e servidores do Judiciário, é tema de audiência da AMB com o corregedor nacional de Justiça e vice-presidente do STJ, ministro Humberto Martins. A entidade atua para defender os juízes em diversos PPs instaurados pela Corregedoria em razão de manifestações nas redes sociais. A Ajufe e a Anamatra participam da reunião.

6/11/2018

Permuta

A diretoria da AMB, o GT da Comissão da Permuta e a AMPB conversam com o presidente do STF e do CNJ, ministro Dias Toffoli. O objetivo é abordar o PP 0004074-05.2015-2.00.0000, pendente de apreciação pelo Plenário. Os presentes reiteram a constitucionalidade da permuta de magistrados estaduais vinculados a TJs de diferentes estados e solicitam que o processo seja pautado pelo ministro.



6/11/2018

Prerrogativas

A AMB e a Ameron saem vencedoras no Recurso Administrativo na RD 0000498-33.2017.2.00.0000, feita por um banco, sobre decisões em uma ação de cobrança de expurgos inflacionários. Após a mobilização da diretoria da entidade nacional junto aos conselheiros, o Conselho reconheceu, na 281ª Sessão Ordinária, por unanimidade, falta de indícios de infração disciplinar por parte de dois juízes da 1ª Vara Cível de Porto Velho (RO).



7/11/2018

Permuta

A permuta entre magistrados estaduais e o PP 0004074-05.2015-2.00.0000 também são tema de encontro da AMB e da Amamsul com o corregedor nacional de Justiça e vice-presidente do STJ, ministro Humberto Martins, e o ministro do STJ Napoleão Maia Nunes. São debatidos aspectos como a questão previdenciária e a antiguidade na carreira, ressaltando-se que a proposta não fere a autonomia dos tribunais.

8/11/2018

Efetividade do Judiciário

Integrantes do grupo de trabalho instituído pela AMB, sobre a Resolução CNJ 219/2016, e a Amapi se reúnem com o corregedor nacional de Justiça e vice-presidente do STJ, ministro Humberto Martins, para tratar da aplicação do normativo. Os magistrados pontuam que a Resolução já sofreu dilações de prazo, não mais se justificando a demora no cumprimento das regras.



12/11/2018

Férias

Em conjunto, a AMB e a Asmeço defendem a indenização de férias não gozadas pelos magistrados de Goiás e pedem ingresso como interessadas no PP 0006983-15.2018.2.00.0000, instaurado pela Corregedoria Nacional de Justiça. A solicitação é enviada ao vice-presidente do STJ e corregedor nacional de Justiça, ministro Humberto Martins, relator da matéria. As entidades alegam que o pagamento é amparado pela Resolução CNJ 133/2011 e a questão está judicializada no STF, por meio da ADI 4822. Argumentam, ainda, que a parcela está autorizada pelas Resoluções TJGO 73/2017 e 79/2017, e somente ocorre quando há previsão orçamentária.



20/11/2018

Prerrogativas

Por meses, a AMB e a AMPB unem esforços em favor de uma juíza do TJPB e defendem a inexistência de violação funcional. A magistrada já havia sido investigada pelo tribunal de origem. Em favor das associações, o Plenário decide, por unanimidade, conhecer da RevDis 0004070-31.2016.2.0.0000 e julgar extinta a punibilidade. A decisão é tomada durante a 282ª Sessão Ordinária.

21/11/2018

Saúde dos magistrados

O Comitê Gestor Nacional de Atenção Integral à Saúde de Magistrados e Servidores do Poder Judiciário, do CNJ, conta com a AMB em sua composição. Durante encontro, o grupo, coordenado pelo conselheiro Valtércio de Oliveira, discute como zelar pelas condições de saúde dos membros do Poder Judiciário, definindo princípios, diretrizes e estratégias para a implementação de programas, projetos e ações institucionais.

8/12/2018

Férias

É arquivado o PP 0006983-15.2018.2.00.0000, no qual a AMB e a Asmeço haviam pedido ingresso como interessadas para defender o pagamento de indenização de férias não gozadas aos magistrados de Goiás. O feito foi instaurado pela Corregedoria Nacional de Justiça e relatado pelo vice-presidente do STJ e corregedor, ministro Humberto Martins. A AMB e a Asmeço argumentaram que a Resolução CNJ 133/2011, e as Resoluções 73/2017 e 79/2017, do TJGO, amparam o pagamento. Além disso, a questão das férias não gozadas está judicializada no STF, por meio da ADI 4822.

11/12/2018

Manifestação nas redes sociais

Na 283ª Sessão Ordinária, o Plenário arquivou, por unanimidade, 12 PPs em desfavor de magistrados, que tratam do Provimento 71/2018, da Corregedoria Nacional de Justiça, sobre o uso de e-mail institucional e a manifestação nas redes sociais pelos juízes e demais servidores do Judiciário. A AMB, interessada em oito dos feitos, defende o direito ao exercício da liberdade de expressão.

18/12/2018

Ajuda de custo para moradia

O trabalho constante da AMB contribui para a regulamentação da ajuda de custo para moradia dos magistrados, aprovada em decisão unânime na 51ª Sessão Extraordinária, por meio do Ato Normativo 0010558-31.2018.2.00.0000. O benefício havia sido revogado pelo ministro do STF Luiz Fux, nos autos de quatro ações, em novembro, quando determinou que o CNJ e o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) regulamentassem a matéria.

19/12/2018

Adicional de férias

A AMB propõe o PP 0011244-23.2018.2.00.0000, com pedido de reconsideração, em face da Recomendação 30/2018. A medida dispõe que os TJs não paguem adicional de férias superior a 1/3 do salário dos magistrados, mesmo com base em lei estadual. A entidade explica que, diferentemente do que consta no ato, as decisões do CNJ determinam o envio de um projeto ao Legislativo estadual propondo a redução percentual.

31/1/2019

Permuta

A regulamentação da permuta entre magistrados estaduais é tema de reunião entre a AMB e o conselheiro André Godinho, relator do PP 0004074-05.2015-2.00.0000, que trata do tema. A Associação reitera que a regulamentação da troca é compatível com a Constituição Federal e a Loman. O conselheiro informa que o processo já está liberado para ser pautado pelo presidente do CNJ, ministro Dias Toffoli.



12/2/2019

Efetividade do Judiciário

A AMB pede ingresso como interessada nos autos do PCA 0005022-39.2018.2.00.0000, que trata da aplicação, pelo TJPI, da Resolução 219/2016. Para a entidade, o tema em debate transcende os limites subjetivos do procedimento, podendo surtir efeitos muito além das fronteiras territoriais do Piauí. A Amapi já figura no processo como interessada.

13/2/2019

Valorização do 1º grau

Mesmo antes do julgamento do PCA 0011021-70.2018.2.00.0000, proposto pela ACM e que tem a AMB como interessada, as entidades conseguem reverter a Portaria 63/2018/CGJCE, que criou o “ranking” de produtividade de magistrados de 1º grau no Ceará. O relator da matéria é o conselheiro André Godinho. Em sua decisão, o corregedor-geral do TJCE, Teodoro Santos, revoga a norma e o procedimento é arquivado.

14/2/2019

Participação em conselhos

A Corregedoria Nacional de Justiça acolhe o PP 000757-57.2019.2.00.0000, proposto pela AMB, e altera a Recomendação 35, que veda a participação de magistrados em conselhos, comitês, comissões ou assembléias, de natureza política ou de gestão administrativa de serviços vinculados a Poder ou órgãos estranhos ao Judiciário. A alteração esclarece que inexistente vedação, desde que não haja remuneração.

15/2/2019

Verbas instituídas ou majoradas

Atendendo ao pleito da AMB, o corregedor nacional de Justiça e vice-presidente do STJ, ministro Humberto Martins, defere liminar para suspender a Recomendação 31/2018, da Corregedoria. O ato determinava que os tribunais se abstivessem do pagamento, a magistrados e servidores, de verbas instituídas ou majoradas (auxílio-moradia, transporte e alimentação), ainda que por lei estadual, sem prévia autorização do CNJ. Em 21 de fevereiro, o ministro decide restabelecer os efeitos da Recomendação.

21/2/2019

Lista tríplice do Quinto

O ministro Humberto Martins acolhe parcialmente o PP 0000854-57.2019.2.00.0000, da AMB, para suspender a eficácia da Recomendação 34, da Corregedoria Nacional de Justiça, até que seja submetida ao CNJ. O ato trata da formação das listas tríplices para a escolha de integrantes do quinto constitucional. A AMB argumenta que a Corregedoria não pode interferir na formação de lista externa ao Judiciário.

21/2/2019

Participação em conselhos

A Recomendação 29 é alvo do PP 0000718-60.2019.2.0000, ajuizado pela AMB e acolhido parcialmente pelo corregedor nacional de Justiça e vice-presidente do STJ, ministro Humberto Martins. O ato será alterado para esclarecer que é compatível o exercício da Magistratura com a atuação concomitante em cargo de conselho de entidade de prática desportiva, desde que ele não seja seu presidente, nem seja remunerado.



26/3/2019

Aposentadoria

A AMB requer a suspensão da Resolução CNJ 166/2012, sobre o critério de tempo no cargo para efeito de aposentadoria, para adequá-la à decisão do próprio Conselho. O Plenário entende, na 287ª Sessão Ordinária, que o tempo em que os magistrados atuam como convocados deve ser contado, desde que tenha havido a contribuição sobre a diferença entre o subsídio e o devido em razão da convocação.

28/3/2019

Saúde dos magistrados

A AMB coordena a oficina que trata dos planos de saúde de autogestão de tribunais, durante o 1º Seminário sobre a Saúde de Magistrados e Servidores do Poder Judiciário, promovido pelo CNJ, na sede do Tribunal Superior do Trabalho (TST), em Brasília (DF). O objetivo da oficina é subsidiar o Comitê Gestor Nacional de Atenção Integral à Saúde de Magistrados e Servidores do Poder Judiciário, criado pelo CNJ e do qual a AMB faz parte, em eventual sugestão aos tribunais, para implementação de planos de assistência.

11/4/2019

Diárias

A audiência de conciliação sobre diárias e ajuda de custo por deslocamento para magistrados do TJPI tem desfecho positivo. Durante o encontro, com a participação da AMB e da Amapi, o pagamento é regularizado. A audiência foi designada por meio do PCA 0003365-33.2016.2.00.000, ajuizado pela associação local e que tem a AMB como parte interessada.



12/4/2019

Aposentadoria

A AMB pede ingresso como interessada e levanta questão de ordem na Consulta 00012448220142000200, que tramita no CNJ. O objetivo é provocar a alteração da redação do art. 1º da Resolução 166/2012, que prevê que, para efeito de aposentadoria, o tempo de serviço previsto no artigo 3º, II, da EC 47/2005, deve ser apurado no cargo e não na carreira, sendo necessário permanecer cinco anos no posto em que se der a aposentadoria.

15/5/2019

Manifestação em redes sociais

Por entender que é imprescindível o amplo debate sobre a regulamentação de parâmetros para a utilização das redes sociais por magistrados, a AMB requer a realização de uma audiência pública. O pedido é feito ao conselheiro Aloysio Corrêa da Veiga, coordenador do grupo de trabalho instituído no CNJ, por meio da Portaria 69/2019, que trata do assunto.

21/5/2019

Prerrogativas

Por maioria, o Plenário arquivava a Reclamação Disciplinar 0004987-21.2014.2.00.0000, contra ex-titular da 2ª Vara de Armação dos Búzios (RJ). A AMB atuou como interessada na ação. A votação ocorreu na 291ª Sessão Ordinária. O requerido era acusado de se recusar a declarar suspeição para atuar em determinados feitos.

21/5/2019

Permuta

O Grupo de Trabalho da Comissão da Permuta da AMB segue com visitas aos conselheiros do CNJ. Novamente, o diálogo é com o conselheiro André Godinho, relator do PP 0004074-05.2015-2.00.0000. O objetivo é que a matéria entre em votação, tendo em vista que a permuta entre juízes de diferentes estados é um dos temas mais caros à Magistratura.





4/6/2019

Valorização do 1º grau

O presidente do STF e do CNJ, ministro Dias Toffoli, recebe a diretoria da AMB e membros da comissão criada pela Associação para discutir a implementação da Resolução CNJ 219/2016. A entidade requer participação no Comitê Gestor Nacional da Política de Atenção Prioritária ao 1º Grau de Jurisdição. Também estiveram no encontro a Amaap, a AMPB e a Apamagis.

4/6/2019

Prerrogativas

No julgamento da RD 0003740-97.2017.2.00.0000, durante a 292ª Sessão Ordinária, o CNJ absolve um magistrado que recebeu a pena de advertência do TJPA, porque teria descumprido os princípios da inércia da jurisdição e da imparcialidade. A AMB atuou como interessada e alegou inexistência de qualquer conduta violadora por parte do juiz.

4/6/2019

Prerrogativas

É concluída favoravelmente à AMB a apreciação do recurso do TJGO no PCA 0004618-22.2017.2.00.0000, que tem a entidade como requerente. Na 292ª Sessão Ordinária, por maioria, o CNJ anula a pena de aposentadoria compulsória imposta a um magistrado representado pela Associação. Ele tem o afastamento preventivo restabelecido, até que o Pleno do Tribunal aprecie a questão.

5/6/2019

Valorização do 1º grau

Efetivar o cumprimento da Resolução 219/2016 é o objetivo da AMB ao ingressar como interessada no PP 0004017-45.2019.2.00.0000, ajuizado pela Amazon, em desfavor do TJAM. De acordo com a entidade amazonense, o Tribunal apresentou o protocolo de intenções para a implementação da Resolução, mas a proposta estava muito aquém da necessária.

10/6/2019

Ingresso na Magistratura

A necessidade de aperfeiçoamento das regras do concurso público para ingresso na Magistratura é defendida pela AMB durante audiência pública sobre a alteração da Resolução CNJ 75/2009, na qual o modelo atual é baseado. Na ocasião, a Associação destaca a importância de se discutir outras formas de acesso à carreira para além do certame.

13/6/2019

Valorização do 1º grau

A AMB propõe o PP 0004252-12.2019.2.00.0000, para alterar a Resolução CNJ 88/2009. O ato determina que pelo menos 50% dos cargos em comissão sejam destinados a servidores efetivos das carreiras judiciárias, cabendo aos tribunais enviarem projetos de lei para a regulamentação da matéria. A Associação chama a atenção para a dificuldade enfrentada por alguns tribunais em observar os percentuais fixados.

17/6/2019

Justiça Restaurativa

A AMB apresenta o Planejamento da Política Pública Nacional para a Justiça Restaurativa, no primeiro seminário sobre o tema, realizado pelo CNJ, em Brasília (DF). As normas em discussão foram sugeridas por um grupo de trabalho formado por juizes de diversas regiões do País. A ideia é consolidar diretrizes para dar efetividade à Resolução CNJ 225/2016.



16/7/2019

CPC - excesso de prazo

Frente a um tema tão importante à Magistratura de todo o Brasil, a AMB pede ingresso como interessada na Consulta 0009494-20.2017.2.00.0000, da Corregedoria Geral de Justiça do Paraná. O objetivo é esclarecer se os 100 dias usados para aferir o excesso de prazo devem ser contados como úteis, ante a nova sistemática estabelecida pelo Código de Processo Civil (CPC), que é defendida pela AMB.

22/7/2019

Criação de cargos

A AMB e a Amarn pedem admissão, como interessadas, no PP 0000283-86.2019.2.00.0000, instaurado em decorrência do ofício enviado pelo TJRN ao órgão para conhecimento da Lei Complementar (LC) 643/2018, que trata da organização judiciária no Rio Grande do Norte. As entidades postulam a perda do objeto, porque o TJRN já suspendeu o cumprimento da Lei, que antecedeu a edição da Recomendação 32, relacionada ao tema.

22/7/2019

Valorização do 1º grau

O pedido de juntada da Carta de Cuiabá ao PP 0004252-12.2019.2.00.0000, que propõe a revisão da Resolução CNJ 88/2009, é encaminhado pela AMB. O tema é um dos oito itens do documento, que foi assinado pelos presidentes dos TJs presentes ao encontro com o presidente do STF e do CNJ, Dias Toffoli, em 19 de julho, em Mato Grosso.

1º/8/2019

Parcelas indenizatórias

O arquivamento de dois pedidos de providências relativos a parcelas indenizatórias de magistrados do TJSP é solicitado pela AMB ao CNJ, quando de seu pedido de ingresso como interessada nos feitos. Os PPs 0007272-45.2018.2.00.0000 e 0007270-75.2018.2.00.0000 foram instaurados de ofício após inspeção realizada pela Corregedoria Nacional de Justiça no Tribunal paulista. A AMB destaca que a matéria já está judicializada no STF.

5/8/2019

Criação de cargos

O CNJ arquiva o PP 0000283-86.2019.2.00.0000, relatado pelo conselheiro Fernando Mattos, no qual a AMB e a Amarn são terceiras interessadas. O feito foi instaurado devido a ofício do TJRN ao CNJ para conhecimento da LC 643/2018, que trata da organização judiciária no Rio Grande do Norte. As entidades postularam a perda do objeto, porque o Tribunal já havia suspenso o cumprimento da Lei, que antecedeu a edição da Recomendação 32, relacionada ao tema.

7/8/2019

Valorização do 1º grau

Em audiência de conciliação, a AMB e a Amazon firmam acordo com o TJAM nos autos do PP 0004017-45.2019.2.00.0000. O feito foi ajuizado pela Amazon em desfavor do Tribunal, a fim de que seja efetivado o cumprimento da Resolução CNJ 219. A audiência é presidida pelo relator, conselheiro André Godinho. Entre os pontos acordados, está a nomeação de servidores por etapas, começando em 2019. Até junho de 2020, o total de alocação da força de trabalho para o 1º grau será de 175 servidores.

13/8/2019

Valorização do 1º grau

A AMB e a Amarn ajuizam o PP 0005863-97.2019.2.00.0000, com pedido liminar, em face do TJRN, relativo à Resolução CNJ 219/2016. As entidades destacam que dados do Conselho revelam um grande desequilíbrio na distribuição dos cargos em comissão entre o 1º e o 2º graus de jurisdição. Portanto, pedem a suspensão (em liminar) e nulidade (mérito) do Relatório de Redimensionamento da Força de Trabalho, elaborado pelo TJRN e aprovado pelo Pleno do Tribunal, por não observar a Resolução.

PROCESSO	PARTES	CONSELHEIRO(A) RELATOR(A)	OBJETO	TRAMITAÇÃO
PP 0003218-51.2009.2.00.0000	POLO ATIVO: AMB E OUTROS POLO PASSIVO: CNJ	ARNALDO HOSSEPIAN	SUSPENSÃO - EFICÁCIA - RESOLUÇÃO CNJ 82 - FORO ÍNTIMO	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
PP 0006496-26.2010.2.00.0000	PROCESSO SIGILOSO	CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA	PROVIDÊNCIAS	EM ANDAMENTO
RD 0003645-14.2010.2.00.0000	PROCESSO SIGILOSO	CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA	APURAÇÃO DE INFRAÇÃO DISCIPLINAR	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
PROCEDIMENTO DE COMPETÊNCIA DE COMISSÃO 0007039-29.2010.2.00.0000	POLO ATIVO: CNJ POLO PASSIVO: CNJ 3ª INTERESSADA: AMB	LUCIANO FROTA	PROPOSTA - RESOLUÇÃO - PAGAMENTO - PASSIVOS - MAGISTRADOS - SERVIDORES - PODER JUDICIÁRIO - 103ª SESSÃO ORDINÁRIA	EM ANDAMENTO
REVDIS 0003890-25.2010.2.00.0000	PROCESSO SIGILOSO	ANDRÉ GODINHO	REVISÃO DISCIPLINAR	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
PAD 0005448-95.2011.2.00.0000	PROCESSO SIGILOSO	ANDRÉ GODINHO	APURAÇÃO DE INFRAÇÃO DISCIPLINAR	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
PP 0000884-73.2011.2.00.0000	PROCESSO SIGILOSO	CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA	DEFESA DE DIREITOS E DE PRERROGATIVAS DE MAGISTRADO	EM ANDAMENTO
PAD 0003651-84.2011.2.00.0000	PROCESSO SIGILOSO	MARIA TEREZA UILLE	APURAÇÃO DE INFRAÇÃO DISCIPLINAR	EM ANDAMENTO
CORREIÇÃO ORDINÁRIA 0006775-41.2012.2.00.0000	PROCESSO SIGILOSO	CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA	APURAÇÃO DE INFRAÇÃO DISCIPLINAR	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
ATO NORMATIVO 0002694-49.2012.2.00.0000	POLO ATIVO: CNJ POLO PASSIVO: CNJ 3ª INTERESSADA: AMB	ALOYSIO CORRÊA DA VEIGA	RESOLUÇÃO - VITALICIAMENTO DOS JUÍZES DE 1º GRAU	EM ANDAMENTO
REVDIS 0003035-75.2012.2.00.0000	PROCESSO SIGILOSO	LUIZA FRISCHEISEN	REVISÃO DE PROCESSO DISCIPLINAR	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
SINDICÂNCIA 0006951-20.2012.2.00.0000	PROCESSO SIGILOSO	CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA	APURAÇÃO DE INFRAÇÃO DISCIPLINAR	EM ANDAMENTO
PP 0005263-23.2012.2.00.0000	PROCESSO SIGILOSO	ARNALDO HOSSEPIAN	DEFESA DE DIREITOS E DE PRERROGATIVAS DE MAGISTRADO	EM ANDAMENTO
RD 0005062-31.2012.2.00.0000	PROCESSO SIGILOSO	CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA	APURAÇÃO DE INFRAÇÃO DISCIPLINAR	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
REVDIS 0001262-92.2012.2.00.0000	PROCESSO SIGILOSO	VALTÉRCIO DE OLIVEIRA	APURAÇÃO DE INFRAÇÃO DISCIPLINAR	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
RD 0001682-97.2012.2.00.0000	PROCESSO SIGILOSO	CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA	APURAÇÃO DE INFRAÇÃO DISCIPLINAR	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
RD 0002252-83.2012.2.00.0000	PROCESSO SIGILOSO	CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA	APURAÇÃO DE INFRAÇÃO DISCIPLINAR	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
PADMAG 0005930-09.2012.2.00.0000	PROCESSO SIGILOSO	MARIA IRACEMA DO VALE	APURAÇÃO DE INFRAÇÃO DISCIPLINAR	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
PP 0005869-17.2013.2.00.0000	PROCESSO SIGILOSO	CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA	APURAÇÃO DE INFRAÇÃO DISCIPLINAR	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
PP 0007306-93.2013.2.00.0000	PROCESSO SIGILOSO	CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA	DEFESA DE DIREITOS E DE PRERROGATIVAS DE MAGISTRADO	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
RD 0005502-90.2013.2.00.0000	PROCESSO SIGILOSO	CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA	APURAÇÃO DE INFRAÇÃO DISCIPLINAR	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
REVDIS 0001475-64.2013.2.00.0000	PROCESSO SIGILOSO	MARIA IRACEMA DO VALE	REVISÃO DE PROCESSO DISCIPLINAR	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
RD 0003285-74.2013.2.00.0000	PROCESSO SIGILOSO	CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA	APURAÇÃO DE INFRAÇÃO DISCIPLINAR	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE

PROCESSO	PARTES	CONSELHEIRO(A) RELATOR(A)	OBJETO	TRAMITAÇÃO
CUMPRDEC 0001202-85.2013.2.00.0000	POLO ATIVO: CNJ POLO PASSIVO: CNJ 30 ^{OS} INTERESSADOS: AMB E OUTROS	CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA	ACOMPANHAMENTO - CUMPRIMENTO - RESOLUÇÃO CNJ 170 - PROPOSTA - RESOLUÇÃO - PARTICIPAÇÃO - MAGISTRADOS - SEMINÁRIOS - CONGRESSOS - CURSOS ENCONTROS CULTURAIS, ESPORTIVOS OU RECREATIVOS - CONTRIBUIÇÕES - PESSOAS FÍSICAS - ENTIDADES PÚBLICAS OU PRIVADAS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
PROCEDIMENTO DE COMPETÊNCIA DE COMISSÃO 0003176-60.2013.2.00.0000	POLO ATIVO: CNJ POLO PASSIVO: CNJ 3 ^ª INTERESSADA: AMB	VALTÉRCIO DE OLIVEIRA	MEMO/GAB/CNJ 13/2013 - SUGESTÕES - REVISÃO - RESOLUÇÃO 106/CNJ - CRITÉRIOS OBJETIVOS - AFERIÇÃO - MERECIMENTO - PROMOÇÃO - MAGISTRADOS - ACESSO - TRIBUNAIS	EM ANDAMENTO
PP 0005039-51.2013.2.00.0000	PROCESSO SIGILOSO	DALDICE SANTANA	TJSP - RESOLUÇÃO 606/2013 - ILEGALIDADE - ATO ADMINISTRATIVO - REGULAMENTAÇÃO - ELEIÇÃO - CARGO DE DIREÇÃO - PARTICIPAÇÃO - DESEMBARGADORES - AUSÊNCIA - PROIBIÇÃO - REELEIÇÃO - VIOLAÇÃO - LOMAN, ART. 93 - CONSTITUIÇÃO FEDERAL ART. 102 - DESCONSTITUIÇÃO - SUSPENSÃO - RESOLUÇÃO - NECESSIDADE - MANIFESTAÇÃO - LEGALIDADE - REELEIÇÃO	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
PEDIDO DE REVDIS 0006740-47.2013.2.00.0000	PROCESSO SIGILOSO	NORBERTO CAMPELO	REVISÃO DE PROCESSO DISCIPLINAR	EM ANDAMENTO
PP 0003220-79.2013.2.00.0000	PROCESSO SIGILOSO	ALOYSIO CORRÊA DA VEIGA	DEFESA DE DIREITOS E DE PRERROGATIVAS DE MAGISTRADO	EM ANDAMENTO
PP 0003702-27.2013.2.00.0000	PROCESSO SIGILOSO	CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA	APURAÇÃO DE INFRAÇÃO DISCIPLINAR	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
PAD0006017-28.2013.2.00.0000	PROCESSO SIGILOSO	MARIA CRISTINA PEDUZZI	APURAÇÃO DE INFRAÇÃO DISCIPLINAR	EM ANDAMENTO
PADMAG 0006035-49.2013.2.00.0000	PROCESSO SIGILOSO	GABINETE DO CONSELHEIRO REPRESENTANTE DA OAB	DEFESA DE DIREITOS E DE PRERROGATIVAS DE MAGISTRADO	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
PP 0005364-55.2013.2.00.0000	PROCESSO SIGILOSO	CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA	DEFESA DE DIREITOS E DE PRERROGATIVAS DE MAGISTRADO	EM ANDAMENTO
SINDICÂNCIA 0003749-98.2013.2.00.0000	PROCESSO SIGILOSO	CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA	APURAÇÃO DE INFRAÇÃO DISCIPLINAR	EM ANDAMENTO
PAD0006766-45.2013.2.00.0000	PROCESSO SIGILOSO	ARNALDO HOSSEPIAN	APURAÇÃO DE INFRAÇÃO DISCIPLINAR	EM ANDAMENTO
PAD0006759-53.2013.2.00.0000	PROCESSO SIGILOSO	NORBERTO CAMPELO	APURAÇÃO DE INFRAÇÃO DISCIPLINAR	EM ANDAMENTO
PAD0006763-90.2013.2.00.0000	PROCESSO SIGILOSO	NORBERTO CAMPELO	APURAÇÃO DE INFRAÇÃO DISCIPLINAR	EM ANDAMENTO
PAD0006765-60.2013.2.00.0000	PROCESSO SIGILOSO	NORBERTO CAMPELO	APURAÇÃO DE INFRAÇÃO DISCIPLINAR	EM ANDAMENTO

PROCESSO	PARTES	CONSELHEIRO(A) RELATOR(A)	OBJETO	TRAMITAÇÃO
RD 0005355-64.2013.2.00.0000	PROCESSO SIGILOSO	CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA	APURAÇÃO DE INFRAÇÃO DISCIPLINAR	EM ANDAMENTO
REVDIS 0001408-65.2014.2.00.0000	PROCESSO SIGILOSO	ARNALDO HOSSEPIAN	REVISÃO DE PROCESSO DISCIPLINAR	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
RD 0004047-56.2014.2.00.0000	PROCESSO SIGILOSO	CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA	APURAÇÃO DE INFRAÇÃO DISCIPLINAR	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
PP 0006486-40.2014.2.00.0000	POLO ATIVO: AMB POLO PASSIVO: CNJ	ALOYSIO CORRÊA DA VEIGA	RESOLUÇÃO CNJ 135, ART. 24 - PRESCRIÇÃO - PROCESSO DISCIPLINAR - ATO NORMATIVO SECUNDÁRIO - VIOLAÇÃO - COMPETÊNCIA - LEI COMPLEMENTAR - NECESSIDADE - ALTERAÇÃO - ANULAÇÃO - REVOGAÇÃO - VIOLAÇÃO - PROPORCIONALIDADE - RAZOABILIDADE - SEGURANÇA JURÍDICA - SUSPENSÃO - EDIÇÃO - NOVO ATO	PROCESSO SUSPENSO
PP 0006845-87.2014.2.00.0000	POLO ATIVO: AMB POLO PASSIVO: CNJ	ARNALDO HOSSEPIAN	EDIÇÃO - ATO NORMATIVO - RESOLUÇÕES CNJ 13 E 14 - GARANTIA - EFICÁCIA - ESCALONAMENTO - SUBSÍDIO MINISTROS STF - TETO - REMUNERATÓRIO - DESEMBARGADORES - DESCUMPRIMENTO - PISO REMUNERATÓRIO - REVISÃO - AUTOMÁTICA - VALOR SUBSÍDIO	EM ANDAMENTO
PCA 0003904-67.2014.2.00.0000	POLO ATIVO: ANAMATRA POLO PASSIVO: CNJ 3ª INTERESSADA: AMB	ALOYSIO CORRÊA DA VEIGA	REVISÃO PARCIAL - RESOLUÇÃO CNJ 135, ART. 24 - PRAZO PRESCRICIONAL - FALTA FUNCIONAL - MAGISTRADO - CINCO ANOS - PRAZO MAIS GRAVOSO - APLICAÇÃO - MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO - SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS - APLICAÇÃO - LEI COMPLEMENTAR 75/1993, ARTS. 244 E 245 - GRADAÇÃO - PRAZOS PRESCRICIONAIS - MARCO INICIAL - OCORRÊNCIA DO FATO	EM ANDAMENTO
PROCEDIMENTO DE COMPETÊNCIA DE COMISSÃO 0005292-05.2014.2.00.0000	POLO ATIVO: CNJ POLO PASSIVO: CNJ	GABINETE DO CONSELHEIRO REPRESENTANTE DA OAB	ALTERAÇÃO - ART. 15, §3º DA RESOLUÇÃO CNJ 192	EM ANDAMENTO
PCA 0003024-75.2014.2.00.0000	POLO ATIVO: MPRN POLO PASSIVO: TJRN 3ª INTERESSADOS: AMB E OUTROS	MARIA TEREZA UILLE	TJRN - PROCESSO ADMINISTRATIVO 287024/2010-7 - RECOMENDAÇÃO - SUSPENSÃO - PAGAMENTO - REAJUSTE SALARIAL - RETROATIVO - MAGISTRADOS - RECONHECIMENTO - PERDAS REMUNERATÓRIAS - RECÁLCULO - TABELA - REAJUSTE NÃO PAGO - JAN/ DEZ 2005	EM ANDAMENTO

PROCESSO	PARTES	CONSELHEIRO(A) RELATOR(A)	OBJETO	TRAMITAÇÃO
PP 0006512-38.2014.2.00.0000	POLO ATIVO: AMB POLO PASSIVO: TJCE	ARNALDO HOSSEPIAN	TJCE - CONCESSÃO - SEGURANÇA - MAGISTRADO - RESOLUÇÃO CNJ 175	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
ATO NORMATIVO 0006525-37.2014.2.00.0000	POLO ATIVO: AMB E OUTROS POLO PASSIVO: CNJ	FERNANDO MATTOS	RESOLUÇÃO CNJ 199 - AUXÍLIO-MORADIA - MAGISTRADOS - ART. 3º, INCISO IV - PERCEPÇÃO - MESMO BENEFÍCIO - CÔNJUGE - EXCLUSÃO - PAGAMENTO - NECESSIDADE - REVOGAÇÃO	EM ANDAMENTO
PP 0005218-48.2014.2.00.0000	POLO ATIVO: AJUFE E OUTROS POLO PASSIVO: CNJ 3ºs INTERESSADOS: AMB E OUTROS	DALDICE SANTANA	CNJ - PROCESSO 002043-22.2009.2.00.0000 - RECONHECIMENTO - EXISTÊNCIA - SIMETRIA CONSTITUCIONAL - CARREIRAS - MAGISTRATURA E MINISTÉRIO PÚBLICO - PUBLICAÇÃO - RESOLUÇÃO CNJ 133 - LIMITAÇÃO - PAGAMENTO - TOTALIDADE - VANTAGENS - IMPLEMENTAÇÃO - SIMETRIA INTEGRAL	PROCESSO SUSPENSO
CUMPRDEC 0000680-24.2014.2.00.0000	POLO ATIVO: CNJ POLO PASSIVO: TJPI 3ºs INTERESSADOS: AMB E OUTROS	LUCIANO FROTA	TJPI - PROVIDÊNCIAS - ANTEPROJETO DE LC - ALTERAÇÃO - ART. 87 DA LC 115/2008 - DISPOSIÇÃO - CARGOS EM COMISSÃO - GABINETE DE JUIZ DE DIREITO E AUXILIAR - ENTRÂNCIA FINAL E INTERMEDIÁRIA - SUBSTITUIÇÃO - CARGOS EM COMISSÃO - CARGOS EFETIVOS - DETERMINAÇÃO - RETIRADA - PAUTA ADMINISTRATIVA - VOTAÇÃO - ANTEPROJETO - RECOMENDAÇÃO - REALIZAÇÃO - CARGOS - ASSESSOR JURÍDICO - GABINETE DE JUIZ	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
PCA 0005105-94.2014.2.00.0000	POLO ATIVO: OAB/MA POLO PASSIVO: TJMA 3ºs INTERESSADOS: AMB E OUTROS	VALTÉRCIO DE OLIVEIRA	TJMA - EDIÇÃO - RESOLUÇÃO GP 18/2014 - DECORRÊNCIA - PROCESSO ADMINISTRATIVO 31.228/2014 - ACESSO - GABINETE - NECESSIDADE - AUTORIZAÇÃO - MAGISTRADO E SECRETÁRIO JUDICIAL - RESTRIÇÃO - ATENDIMENTO - ADVOGADOS - BALCÃO - VIOLAÇÃO - PRERROGATIVA - ADVOGADO	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
PADMAG 0000683-76.2014.2.00.0000	PROCESSO SIGILOSO	MÁRCIO SCHIEFLER	APURAÇÃO DE INFRAÇÃO DISCIPLINAR	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
REVDIS 0002306-78.2014.2.00.0000	PROCESSO SIGILOSO	HENRIQUE ÁVILA	REVISÃO DE PROCESSO DISCIPLINAR	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
PCA 0004989-88.2014.2.00.0000	PROCESSO SIGILOSO	HENRIQUE ÁVILA	PROMOÇÃO - ELEIÇÃO - REVISÃO/DESCONSTITUIÇÃO DE ATO ADMINISTRATIVO - PROVIDÊNCIAS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
REVDIS 0007042-42.2014.2.00.0000	PROCESSO SIGILOSO	ANDRÉ GODINHO	REVISÃO DE PROCESSO DISCIPLINAR	EM ANDAMENTO

PROCESSO	PARTES	CONSELHEIRO(A) RELATOR(A)	OBJETO	TRAMITAÇÃO
PCA 0006127-90.2014.2.00.0000	PROCESSO SIGILOSO	ANDRÉ GODINHO	TJTO - INDEFERIMENTO - SOLICITAÇÃO - AUTORIZAÇÃO - MUDANÇA - RESIDÊNCIA - COMARCA DE PALMAS - DIVERSA - ATUAÇÃO - MAGISTRADO - COMARCA DE PORTO NACIONAL - SOLICITAÇÃO - PRESERVAÇÃO - UNIDADE FAMILIAR - SUSPENSÃO INDEFERIMENTO - PREENCHIMENTO - REQUISITOS - RESOLUÇÃO 07/2007/TJTO	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
RD 0001979-36.2014.2.00.0000	PROCESSO SIGILOSO	CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA	APURAÇÃO DE INFRAÇÃO DISCIPLINAR	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
CONSULTA 0005233-17.2014.2.00.0000	PROCESSO SIGILOSO	FERNANDO MATTOS	ATO NORMATIVO - RESOLUÇÃO CNJ 185	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
RD 0005681-87.2014.2.00.0000	PROCESSO SIGILOSO	CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA	APURAÇÃO DE INFRAÇÃO DISCIPLINAR	EM ANDAMENTO
SINDICÂNCIA 0003039-44.2014.2.00.0000	PROCESSO SIGILOSO	CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA	APURAÇÃO DE INFRAÇÃO DISCIPLINAR	EM ANDAMENTO
RD 0005652-37.2014.2.00.0000	PROCESSO SIGILOSO	CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA	APURAÇÃO DE INFRAÇÃO DISCIPLINAR	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
RD 0004987-21.2014.2.00.0000	PROCESSO SIGILOSO	CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA	APURAÇÃO DE INFRAÇÃO DISCIPLINAR	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
PADMAG 0003374-63.2014.2.00.0000	PROCESSO SIGILOSO	VALTÉRCIO DE OLIVEIRA	DEFESA DE DIREITOS E DE PRERROGATIVAS DE MAGISTRADO	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
PP 0000274-03.2014.2.00.0000	PROCESSO SIGILOSO	MÁRCIO SCHIEFLER	PROVIDÊNCIAS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
PCA 0005197-72.2014.2.00.0000	POLO ATIVO: CNJ POLO PASSIVO: TJRR	VALTÉRCIO DE OLIVEIRA	PROCEDIMENTO - CONTROLE - LEGALIDADE - PAGAMENTO - PAE - TETO CONSTITUCIONAL	EM ANDAMENTO
CONSULTA 0001244-82.2014.2.00.0000	POLO ATIVO: SECRETARIA DE REFORMA DO JUDICIÁRIO – MINISTÉRIO DA JUSTIÇA (CONSULENTE) POLO PASSIVO: CNJ 3 ^{OS} INTERESSADOS: AMB E OUTROS	ALOYSIO CORRÊA DA VEIGA	APOSENTADORIA - REGIME ESTATUTÁRIO	EM ANDAMENTO
REVDIS 0004605-91.2015.2.00.0000	PROCESSO SIGILOSO	MARIA IRACEMA DO VALE	REVISÃO DISCIPLINAR	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
PCA 0006226-26.2015.2.00.0000	PROCESSO SIGILOSO	ARNALDO HOSSEPIAN	MAGISTRATURA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
PP 0003016-64.2015.2.00.0000	POLO ATIVO: TRT DA 14ª REGIÃO POLO PASSIVO: CNJ 3ª INTERESSADA: ANAMATRA DA 14ª REGIÃO	MARIA CRISTIANA ZIOUVA	PROVIDÊNCIAS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
PP 0002138-42.2015.2.00.0000	POLO ATIVO: AMMA POLO PASSIVO: CNJ	ALOYSIO CORRÊA DA VEIGA	PROVIDÊNCIAS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
PCA 0001108-69.2015.2.00.0000	POLO ATIVO: AMATRA DA 21ª REGIÃO E ANAMATRA POLO PASSIVO: TRT DA 21ª REGIÃO	ANDRÉ GODINHO	REVISÃO/DESCONSTITUIÇÃO DE ATO ADMINISTRATIVO	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE

PROCESSO	PARTES	CONSELHEIRO(A) RELATOR(A)	OBJETO	TRAMITAÇÃO
PP 0003834-16.2015.2.00.0000	POLO ATIVO: AMB E OUTROS POLO PASSIVO: CNJ	LUCIANO FROTA	REVISÃO DAS RESOLUÇÕES CNJ 194 E 195	EM ANDAMENTO
PP 0004074-05.2015.2.00.0000	POLO ATIVO: AMB POLO PASSIVO: CNJ 3 ^{OS} INTERESSADOS: TJDFE E OUTROS	ANDRÉ GODINHO	ATO NORMATIVO - PROVIDÊNCIAS - PERMUTA DE MAGISTRADOS ENTRE DIFERENTES ESTADOS DA FEDERAÇÃO	EM ANDAMENTO
PP 0004447-36.2015.2.00.0000	POLO ATIVO: AMB POLO PASSIVO: CNJ	VALTÉRCIO DE OLIVEIRA	PROVIDÊNCIAS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
NOTA TÉCNICA 0004712-38.2015.2.00.0000	POLO ATIVO: AMB POLO PASSIVO: CNJ	ALOYSIO CORRÊA DA VEIGA	RECOMENDAÇÕES - PROVIDÊNCIAS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
PP 0006061-76.2015.2.00.0000	POLO ATIVO: CNJ POLO PASSIVO: TJRJ 3 ^{OS} INTERESSADOS: AMB E OUTROS	FERNANDO MATTOS	RESOLUÇÃO CNJ 199	EM ANDAMENTO
PP 0004271-57.2015.2.00.0000	POLO ATIVO: AMB E OUTROS POLO PASSIVO: CNJ	VALTÉRCIO DE OLIVEIRA	REVISÃO/DESCONSTITUIÇÃO DE ATO ADMINISTRATIVO - PROVIDÊNCIAS - RESOLUÇÃO CNJ 198	EM ANDAMENTO
REVDIS 0000149-98.2015.2.00.0000	PROCESSO SIGILOSO	FERNANDO MATTOS	MAGISTRATURA - APURAÇÃO DE INFRAÇÃO DISCIPLINAR - REVISÃO DISCIPLINAR	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
AVOCATÓRIA 0004844-95.2015.2.00.0000	POLO ATIVO: AMB POLO PASSIVO: TRF DA 1ª REGIÃO	MINISTRO CORREGEDOR	AVOCAÇÃO	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
PP 0004191-93.2015.2.00.0000	POLO ATIVO: AMB POLO PASSIVO: TJTO	ALOYSIO CORRÊA DA VEIGA	CONCESSÃO/PERMISSÃO/AUTORIZAÇÃO - PROVIDÊNCIAS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
REVDIS 0004799-91.2015.2.00.0000	PROCESSO SIGILOSO	MARIA CRISTIANA ZIOUVA	APURAÇÃO DE INFRAÇÃO DISCIPLINAR	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
PP 0003664-44.2015.2.00.0000	PROCESSO SIGILOSO	CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA	DEFESA DE DIREITOS E DE PRERROGATIVAS DE MAGISTRADO	EM ANDAMENTO
RD 0002657-17.2015.2.00.0000	PROCESSO SIGILOSO	CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA	APURAÇÃO DE INFRAÇÃO DISCIPLINAR	EM ANDAMENTO
RD 0002661-54.2015.2.00.0000	PROCESSO SIGILOSO	CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA	APURAÇÃO DE INFRAÇÃO DISCIPLINAR	EM ANDAMENTO
RD 0002662-39.2015.2.00.0000	PROCESSO SIGILOSO	CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA	APURAÇÃO DE INFRAÇÃO DISCIPLINAR	EM ANDAMENTO
REVDIS 0006202-95.2015.2.00.0000	PROCESSO SIGILOSO	MARIA CRISTIANA ZIOUVA	REVISÃO DISCIPLINAR	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
RD 0004977-40.2015.2.00.0000	PROCESSO SIGILOSO	CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA	APURAÇÃO DE INFRAÇÃO DISCIPLINAR	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
PCA 0005832-19.2015.2.00.0000	POLO ATIVO: AMB E OUTROS POLO PASSIVO: TJRJ	FERNANDO MATTOS	ATO NORMATIVO - REVISÃO/DESCONSTITUIÇÃO DE ATO NORMATIVO	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
RD 0004497-62.2015.2.00.0000	PROCESSO SIGILOSO	CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA	APURAÇÃO DE INFRAÇÃO DISCIPLINAR	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
PP 0004422-23.2015.2.00.0000	POLO ATIVO: AMB E OUTROS POLO PASSIVO: CNJ	ANDRÉ GODINHO	PROVIDÊNCIAS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
PP 0006062-61.2015.2.00.0000	POLO ATIVO: CNJ POLO PASSIVO: TJRN 3ª INTERESSADA: AMB	LUCIANO FROTA	RESOLUÇÃO CNJ 199	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE

PROCESSO	PARTES	CONSELHEIRO(A) RELATOR(A)	OBJETO	TRAMITAÇÃO
PP 0001206-54.2015.2.00.0000	POLO ATIVO: ANAMATRA DA 6ª REGIÃO POLO PASSIVO: TRT DA 6ª REGIÃO	MÁRCIO SCHIEFLER	RESOLUÇÃO CNJ 72 - PROVIDÊNCIAS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
PCA 0005060-56.2015.2.00.0000	PROCESSO SIGILOSO	HENRIQUE ÁVILA	CONCURSO PARA MAGISTRADO - REVISÃO/ DESCONSTITUIÇÃO DE ATO ADMINISTRATIVO	EM ANDAMENTO
RD 0005142-87.2015.2.00.0000	PROCESSO SIGILOSO	CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA	APURAÇÃO DE INFRAÇÃO DISCIPLINAR	EM ANDAMENTO
REVDIS 0002361-58.2016.2.00.0000	PROCESSO SIGILOSO	DALDICE SANTANA	APURAÇÃO DE INFRAÇÃO DISCIPLINAR	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
PADMAG 0003065-71.2016.2.00.0000	PROCESSO SIGILOSO	VALTÉRCIO DE OLIVEIRA	APURAÇÃO DE INFRAÇÃO DISCIPLINAR	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
RD 0006123-82.2016.2.00.0000	PROCESSO SIGILOSO	CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA	APURAÇÃO DE INFRAÇÃO DISCIPLINAR	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
PP 0000466-62.2016.2.00.0000	POLO ATIVO: AMB POLO PASSIVO: CNJ E OUTROS	MARIA IRACEMA DO VALE	REMUNERAÇÃO - PROVIDÊNCIAS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
PP 0002932-29.2016.2.00.0000	POLO ATIVO: AMB POLO PASSIVO: CNJ	FERNANDO MATTOS	ATO NORMATIVO	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
PP 0000981-97.2016.2.00.0000	POLO ATIVO: AMB E OUTROS POLO PASSIVO: CNJ	MÁRCIO SCHIEFLER	RESOLUÇÃO CNJ 213 - PROVIDÊNCIAS - SUSPENSÃO - EXIGÊNCIA - REALIZAÇÃO - AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA - MUNICÍPIOS - INTERIOR - PRECARIIDADE - ESTRUTURA JUDICIÁRIA - FLEXIBILIZAÇÃO - PRAZOS - APRESENTAÇÃO - PRESOS - FLAGRANTE DELITO	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
PP 0002352-96.2016.2.00.0000	POLO ATIVO: AMB E OUTROS POLO PASSIVO: CNJ	MÁRCIO SCHIEFLER	CNJ - EXERCÍCIO DO DIREITO À LICENÇA PATERNIDADE DE 20 DIAS – MAGISTRADOS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
PP 0002337-30.2016.2.00.0000	POLO ATIVO: OAB/PR POLO PASSIVO: JUÍZO DA 2ª VARA CÍVEL E DA FAZENDA PÚBLICA DO FORO REGIONAL DE CAMPO LARGO, DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA (PR) 3ºs INTERESSADOS: AMB E OUTROS	ANDRÉ GODINHO	VIOLAÇÃO - PRERROGATIVA - ADVOGADO - PROVIDÊNCIAS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
PP 0003462-33.2016.2.00.0000	POLO ATIVO: AMB POLO PASSIVO: CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA	APURAÇÃO DE INFRAÇÃO DISCIPLINAR	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
REVDIS 0002439-52.2016.2.00.0000	PROCESSO SIGILOSO	MARIA CRISTIANA ZIOUVA	REVISÃO DISCIPLINAR	EM ANDAMENTO
PCA 0003586-16.2016.2.00.0000	PROCESSO SIGILOSO	VALTÉRCIO DE OLIVEIRA	REVISÃO/DESCONSTITUIÇÃO DE ATO NORMATIVO	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
RD 0006811-44.2016.2.00.0000	PROCESSO SIGILOSO	CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA	APURAÇÃO DE INFRAÇÃO DISCIPLINAR	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
RD 0005823-23.2016.2.00.0000	PROCESSO SIGILOSO	CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA	APURAÇÃO DE INFRAÇÃO DISCIPLINAR	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE

PROCESSO	PARTES	CONSELHEIRO(A) RELATOR(A)	OBJETO	TRAMITAÇÃO
REVDIS 0001877-43.2016.2.00.0000	PROCESSO SIGILOSO	ALOYSIO CORRÊA DA VEIGA	REVISÃO DISCIPLINAR	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
PADMAG 0003335-95.2016.2.00.0000	PROCESSO SIGILOSO	ALOYSIO CORRÊA DA VEIGA	APURAÇÃO DE INFRAÇÃO DISCIPLINAR	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
PP 0003726-50.2016.2.00.0000	POLO ATIVO: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROCURADORES DE ESTADO POLO PASSIVO: CNJ 3 ^{OS} INTERESSADOS: AMB E OUTROS	ANDRÉ GODINHO	PROVIDÊNCIAS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
CONSULTA 0004436-70.2016.2.00.0000	POLO ATIVO: AMB E OUTROS POLO PASSIVO: CNJ	GABINETE DO CONSELHEIRO REPRESENTANTE DA OAB	ATO NORMATIVO	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
PCA 0005169-36.2016.2.00.0000	POLO ATIVO: UNIÃO NACIONAL DOS JUÍZES FEDERAIS DO BRASIL (UNAJUF) POLO PASSIVO: AMB E OUTROS	ARNALDO HOSSEPIAN	CARGOS DE DIREÇÃO - REVISÃO/DESCONSTITUIÇÃO DE ATO ADMINISTRATIVO	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
PP 0006472-85.2016.2.00.0000	PROCESSO SIGILOSO	CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA	COMUNICAÇÃO - RESOLUÇÃO 135	EM ANDAMENTO
RGD 0004192-44.2016.2.00.0000	PROCESSO SIGILOSO	PRESIDÊNCIA	ATO NORMATIVO	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
PCA 0005675-12.2016.2.00.0000	PROCESSO SIGILOSO	ANDRÉ GODINHO	ATO NORMATIVO - REVISÃO/DESCONSTITUIÇÃO DE ATO NORMATIVO	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
PCA 0006293-54.2016.2.00.0000	POLO ATIVO: AMARN POLO PASSIVO: TJRN 3 ^{OS} INTERESSADOS: AMB E OUTROS	DALDICE SANTANA	REVISÃO/DESCONSTITUIÇÃO DE ATO NORMATIVO	EM ANDAMENTO
PCA 0001896-49.2016.2.00.0000	PROCESSO SIGILOSO	ANDRÉ GODINHO	SISTEMA REMUNERATÓRIO E BENEFÍCIOS - REVISÃO/DESCONSTITUIÇÃO DE ATO ADMINISTRATIVO	EM ANDAMENTO
PCA 0006263-19.2016.2.00.0000	PROCESSO SIGILOSO	ALOYSIO CORRÊA DA VEIGA	ATO NORMATIVO - MAGISTRATURA - REVISÃO/DESCONSTITUIÇÃO DE ATO ADMINISTRATIVO - PROVIDÊNCIAS	EM ANDAMENTO
RD 0007061-77.2016.2.00.0000	PROCESSO SIGILOSO	CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA	APURAÇÃO DE INFRAÇÃO DISCIPLINAR	EM ANDAMENTO
PCA 0002772-04.2016.2.00.0000	POLO ATIVO: ACM POLO PASSIVO: TJCE	VALTÉRCIO DE OLIVEIRA	MAGISTRATURA - REVISÃO/DESCONSTITUIÇÃO DE ATO ADMINISTRATIVO	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
REVDIS 0002530-45.2016.2.00.0000	PROCESSO SIGILOSO	DALDICE SANTANA	REVISÃO DISCIPLINAR	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
REVDIS 0004070-31.2016.2.00.0000	PROCESSO SIGILOSO	GABINETE DO CONSELHEIRO REPRESENTANTE DA OAB	REVISÃO DISCIPLINAR	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
PP 0003237-13.2016.2.00.0000	POLO ATIVO: ASMAC POLO PASSIVO: TJAC 3 ^ª INTERESSADA: AMB	CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA	REMOÇÃO - JUIZADOS ESPECIAIS - REVISÃO/DESCONSTITUIÇÃO DE ATO NORMATIVO	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
RD 0007422-94.2016.2.00.0000	PROCESSO SIGILOSO	CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA	APURAÇÃO DE INFRAÇÃO DISCIPLINAR	EM ANDAMENTO

PROCESSO	PARTES	CONSELHEIRO(A) RELATOR(A)	OBJETO	TRAMITAÇÃO
PADMAG 0002542-59.2016.2.00.0000	PROCESSO SIGILOSO	DALDICE SANTANA	DEFESA DE DIREITOS E DE PRERROGATIVAS DE MAGISTRADO	EM ANDAMENTO
RD 0003436-35.2016.2.00.0000	PROCESSO SIGILOSO	CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA	APURAÇÃO DE INFRAÇÃO DISCIPLINAR	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
REVDIS 0002743-51.2016.2.00.0000	PROCESSO SIGILOSO	GABINETE DO CONSELHEIRO REPRESENTANTE DA OAB	REVISÃO DISCIPLINAR	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
PADMAG 0002227-31.2016.2.00.0000	PROCESSO SIGILOSO	GABINETE DO CONSELHEIRO REPRESENTANTE DA OAB	DEFESA DE DIREITOS E DE PRERROGATIVAS DE MAGISTRADO	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
RD 0002303-55.2016.2.00.0000	PROCESSO SIGILOSO	CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA	INSPEÇÃO	EM ANDAMENTO
PP 0009967-06.2017.2.00.0000	POLO ATIVO: TJRN POLO PASSIVO: CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA 3ª INTERESSADA: AMB	CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA	PAGAMENTO DE SUBSÍDIOS A MAGISTRADOS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
REVISÃO DISCIPLINAR 0003923-68.2017.2.00.0000	PROCESSO SIGILOSO	FERNANDO MATTOS	REVISÃO DISCIPLINAR	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
PCA 0003927-08.2017.2.00.0000	POLO ATIVO: AMAAP POLO PASSIVO: TJAP 3ª INTERESSADA: AMB	MARIA CRISTIANA ZIOUVA	LICENÇAS - AFASTAMENTOS - REVISÃO - DESCONSTITUIÇÃO DE ATO ADMINISTRATIVO	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
PCA 0000016-85.2017.2.00.0000	PROCESSO SIGILOSO	FERNANDO MATTOS	RESOLUÇÃO	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
PP 0006009-12.2017.2.00.0000	PROCESSO SIGILOSO	HENRIQUE ÁVILA	ATO NORMATIVO - PROVIDÊNCIAS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
RD 0003782-49.2017.2.00.0000	PROCESSO SIGILOSO	CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA	APURAÇÃO DE INFRAÇÃO DISCIPLINAR	EM ANDAMENTO
PADMAG 0005695-66.2017.2.00.0000	PROCESSO SIGILOSO	DALDICE SANTANA	APURAÇÃO DE INFRAÇÃO DISCIPLINAR	EM ANDAMENTO
RD 0006131-25.2017.2.00.0000	PROCESSO SIGILOSO	MINISTRO CORREGEDOR	APURAÇÃO DE INFRAÇÃO DISCIPLINAR	EM ANDAMENTO
REVDIS 0008257-48.2017.2.00.0000	PROCESSO SIGILOSO	FERNANDO MATTOS	APURAÇÃO DE INFRAÇÃO DISCIPLINAR	EM ANDAMENTO
PCA 0004732-58.2017.2.00.0000	POLO ATIVO: AMB POLO PASSIVO: TRT DA 21ª REGIÃO	ANDRÉ GODINHO	AFASTAMENTO DE MAGISTRADO - EXERCÍCIO ASSOCIAÇÃO DE CLASSE - POSSIBILIDADE DE AFASTAMENTO - DIRETOR NÃO ELEITO	EM ANDAMENTO
PCA 0006865-73.2017.2.00.0000	POLO ATIVO: SINDICATO DOS SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO POLO PASSIVO: TJRJ 3ª INTERESSADOS: AMB E OUTROS	MÁRCIO SCHIEFLER	REVISÃO/DESCONSTITUIÇÃO DE ATO ADMINISTRATIVO - GRATIFICAÇÃO - AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA	EM ANDAMENTO
PCA 0007946-57.2017.2.00.0000	POLO ATIVO: AMB E OUTROS POLO PASSIVO: TJRN	HENRIQUE ÁVILA	LEGALIDADE - RESOLUÇÃO 29/2017, DO TJRN - ALTERAÇÃO DE COMPETÊNCIA - UNIDADES JURISDICIONAIS - COMARCAS - MOSSORÓ-PARNAMIRIM - CRITÉRIOS - RESOLUÇÃO CNJ 184	EM ANDAMENTO

PROCESSO	PARTES	CONSELHEIRO(A) RELATOR(A)	OBJETO	TRAMITAÇÃO
PCA 0008129-28.2017.2.00.0000	POLO ATIVO: AMB E OUTROS POLO PASSIVO: TJCE	MÁRCIO SCHIEFLER	ILEGALIDADE - ATO TJCE - VETO AO AFASTAMENTO DE MAGISTRADOS - MESTRADO NO EXTERIOR - RESTRIÇÃO DIREITO - LOMAN	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
PCA 0008258-33.2017.2.00.0000	POLO ATIVO: AMB E OUTROS POLO PASSIVO: TJCE	MÁRCIO SCHIEFLER	ATO NORMATIVO - REVISÃO/ DESCONSTITUIÇÃO DE ATO NORMATIVO	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
PCA 0007951-79.2017.2.00.0000	PROCESSO SIGILOSO	CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA	REMUNERAÇÃO	EM ANDAMENTO
PP 0008002-90.2017.2.00.0000	POLO ATIVO: CORREGEDORIA DO CNJ POLO PASSIVO: TJRN 3 ^{OS} INTERESSADOS: AMB E AMARN	CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA	PROVIDÊNCIAS	EM ANDAMENTO
PP 0009765-29.2017.2.00.0000	POLO ATIVO: AMB POLO PASSIVO: CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA	MINISTRO CORREGEDOR	PAGAMENTO DE SUBSÍDIOS A MAGISTRADOS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
CONSULTA 0008909-65.2017.2.00.0000	PROCESSO SIGILOSO	VALTÉRCIO DE OLIVEIRA	RESOLUÇÃO CNJ 170	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
PCA 0009324-48.2017.2.00.0000	POLO ATIVO: ASMETO POLO PASSIVO: TJTO 3ª INTERESSADA: AMB	ALOYSIO CORRÊA DA VEIGA	ATO NORMATIVO - REVISÃO/ DESCONSTITUIÇÃO DE ATO NORMATIVO	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
PCA 0007142-89.2017.2.00.0000	POLO ATIVO: TJAP POLO PASSIVO: AMAAP 3ª INTERESSADA: AMB	MARIA CRISTIANA ZIOUVA	ATO NORMATIVO – RESOLUÇÃO 219 CORRETA OBSERVÂNCIA	EM ANDAMENTO
PCA 0005327-57.2017.2.00.0000	POLO ATIVO: AMPB POLO PASSIVO: TJPB 3ª INTERESSADA: AMB	MARIA CRISTIANA ZIOUVA	REVISÃO/DESCONSTITUIÇÃO DE ATO NORMATIVO	EM ANDAMENTO
PCA 0004618-22.2017.2.00.0000	PROCESSO SIGILOSO	VALTÉRCIO DE OLIVEIRA	REVISÃO/DESCONSTITUIÇÃO DE ATO NORMATIVO	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
PCA 0003655-14.2017.2.00.0000	PROCESSO SIGILOSO	LUCIANO FROTA	REVISÃO/DESCONSTITUIÇÃO DE ATO NORMATIVO	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
REVDIS 0003740-97.2017.2.00.0000	PROCESSO SIGILOSO	LUCIANO FROTA	REVISÃO DISCIPLINAR	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
PCA 0000619-61.2017.2.00.0000	PROCESSO SIGILOSO	DALDICE SANTANA	REVISÃO/DESCONSTITUIÇÃO DE ATO NORMATIVO	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
PCA 0000616-09.2017.2.00.0000	POLO ATIVO: AMATRA DA 13ª REGIÃO POLO PASSIVO: TRT DA 13ª REGIÃO 3 ^{OS} INTERESSADOS: AMB E OUTROS	FERNANDO MATTOS	REVISÃO/DESCONSTITUIÇÃO DE ATO NORMATIVO - TRANSFERÊNCIA DE UNIDADE JUDICIÁRIA E REMOÇÃO DE MAGISTRADO MENOS ANTIGO NA CARREIRA DO INTERIOR PARA A CAPITAL.	EM ANDAMENTO
RD 0000498-33.2017.2.00.0000	PROCESSO SIGILOSO	CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA	APURAÇÃO DE INFRAÇÃO DISCIPLINAR	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
PP 0010140-30.2017.2.00.0000	PROCESSO SIGILOSO	CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA	PROVIDÊNCIAS	EM ANDAMENTO
PCA 0007718-82.2017.2.00.0000	POLO ATIVO: AMB E OUTROS POLO PASSIVO: TJSE	ALOYSIO CORRÊA DA VEIGA	APURAÇÃO DE INFRAÇÃO DISCIPLINAR	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
PP 0009879-65.2017.2.00.0000	POLO ATIVO: CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA POLO PASSIVO: TJMA 3 ^{OS} INTERESSADOS: AMB E OUTROS	CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA	PAGAMENTO DE SUBSÍDIOS A MAGISTRADOS	EM ANDAMENTO

PROCESSO	PARTES	CONSELHEIRO(A) RELATOR(A)	OBJETO	TRAMITAÇÃO
RD 0007001-70.2017.2.00.0000	PROCESSO SIGILOSO	CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA	APURAÇÃO DE INFRAÇÃO DISCIPLINAR	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
RD 0008000-23.2017.2.00.0000	PROCESSO SIGILOSO	CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA	APURAÇÃO DE INFRAÇÃO DISCIPLINAR	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
PCA 0003420-47.2017.2.00.0000	PROCESSO SIGILOSO	MARIA TEREZA UILLE	REVISÃO/DESCONSTITUIÇÃO DE ATO ADMINISTRATIVO	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
PP 0008540-71.2017.2.00.0000	POLO ATIVO: AMATRA DA 1ª REGIÃO POLO PASSIVO: TRT DA 1ª REGIÃO 3ºS INTERESSADOS: AMB E OUTROS	GABINETE DO CONSELHEIRO REPRESENTANTE DO MPF	PROVIDÊNCIAS - RESOLUÇÃO CNJ 219	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
PCA 0006869-13.2017.2.00.0000	POLO ATIVO: SINDICATO DOS SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO POLO PASSIVO: TJRJ 3ºS INTERESSADOS: AMAERJ E OUTROS	LUCIANO FROTA	REVISÃO/DESCONSTITUIÇÃO DE ATO ADMINISTRATIVO	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
RD 0009885-72.2017.2.00.0000	PROCESSO SIGILOSO	CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA	APURAÇÃO DE INFRAÇÃO DISCIPLINAR	EM ANDAMENTO
RD 0003939-22.2017.2.00.0000	PROCESSO SIGILOSO	CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA	APURAÇÃO DE INFRAÇÃO DISCIPLINAR	EM ANDAMENTO
PADMAG 0004493-54.2017.2.00.0000	PROCESSO SIGILOSO	VALTÉRCIO DE OLIVEIRA	DEFESA DE DIREITOS E DE PRERROGATIVAS DE MAGISTRADO	EM ANDAMENTO
PADMAG 0004494-39.2017.2.00.0000	PROCESSO SIGILOSO	ARNALDO HOSSEPIAN	DEFESA DE DIREITOS E DE PRERROGATIVAS DE MAGISTRADO	EM ANDAMENTO
REVDIS 0000933-70.2018.2.0.0000	PROCESSO SIGILOSO	HENRIQUE ÁVILA	REVISÃO DISCIPLINAR	EM ANDAMENTO
PCA 0001170-07.2018.2.00.0000	POLO ATIVO: AMB E OUTROS POLO PASSIVO: TJSE	ANDRÉ GODINHO	DEVIDO PROCESSO LEGAL	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
RD 0000546-55.2018.2.00.0000	PROCESSO SIGILOSO	CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA	APURAÇÃO DE INFRAÇÃO DISCIPLINAR	PROCESSO SUSPENSO
PP 0000233-94.2018.2.00.0000	PROCESSO SIGILOSO	CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA	APURAÇÃO DE INFRAÇÃO DISCIPLINAR	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
PP 0001289-65.2018.2.00.0000	PROCESSO SIGILOSO	CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA	COMUNICAÇÃO - RESOLUÇÃO 135	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
PP 0001581-50.2018.2.00.0000	POLO ATIVO: CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA POLO PASSIVO: TJMA 3ª INTERESSADA: AMB	CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA	PROVIDÊNCIAS	EM ANDAMENTO
PADMAG 0002416-38.2018.2.00.0000	PROCESSO SIGILOSO	ARNALDO HOSSEPIAN	APURAÇÃO DE VIOLAÇÃO FUNCIONAL	EM ANDAMENTO
PP 0004456-90.2018.2.00.0000	POLO ATIVO: AMB POLO PASSIVO: CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA	CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA	ATO NORMATIVO - PROVIMENTO 71	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
PP 0003208-89.2018.2.00.0000	POLO ATIVO: AMB POLO PASSIVO: CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA	CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA	ATO NORMATIVO - PROVIMENTO 68	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE

PROCESSO	PARTES	CONSELHEIRO(A) RELATOR(A)	OBJETO	TRAMITAÇÃO
PCA 0002576-63.2018.2.00.0000	POLO ATIVO: AMB POLO PASSIVO: TRT DA 1ª REGIÃO	MARIA CRISTIANA ZIOUVA	REVISÃO/DESCONSTITUIÇÃO DE ATO ADMINISTRATIVO	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
PCA 0000782-07.2018.2.00.0000	POLO ATIVO: AMB E OUTROS POLO PASSIVO: TRT DA 19ª REGIÃO	MARIA CRISTIANA ZIOUVA	ATO NORMATIVO. ART. 9º RESOLUÇÃO 3/2013 TRT19. DESCUMPRIMENTO DA RESOLUÇÃO CNJ 106 E ART. 41, DA LOMAN	EM ANDAMENTO
PCA 0003033-95.2018.2.00.0000	POLO ATIVO: ANAMAGES POLO PASSIVO: CNJ 3ª INTERESSADA: AMB	HENRIQUE ÁVILA	RESOLUÇÃO - MAGISTRATURA - PAGAMENTO - REVISÃO/DESCONSTITUIÇÃO DE ATO NORMATIVO	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
PCA 0003199-30.2018.2.00.0000	POLO ATIVO: ESTADO DO AMAZONAS POLO PASSIVO: CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA 3ª INTERESSADA: AMB	HENRIQUE ÁVILA	RESOLUÇÃO CONJUNTA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
PCA 0002210-24.2018.2.00.0000	POLO ATIVO: SIGILOSO POLO PASSIVO: TJCE 3ª INTERESSADA: AMB	FERNANDO MATTOS	REVISÃO/DESCONSTITUIÇÃO DE ATOS ADMINISTRATIVOS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
PP 0001103-42.2018.2.00.0000	POLO ATIVO: SINJUSTO POLO PASSIVO: JUÍZO DA 4ª VARA CRIMINAL DE PALMAS (TO) E OUTROS	VALTÉRCIO DE OLIVEIRA	ATO NORMATIVO	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
REVDIS 0001408-26.2018.2.00.0000	PROCESSO SIGILOSO	FERNANDO MATTOS	REVISÃO DISCIPLINAR	EM ANDAMENTO
REVDIS 0004590-20.2018.2.00.0000	PROCESSO SIGILOSO	HENRIQUE ÁVILA	REVISÃO DISCIPLINAR	EM ANDAMENTO
PP 0005020-69.2018.2.00.0000	PROCESSO SIGILOSO	CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA	APURAÇÃO DE INFRAÇÃO DISCIPLINAR	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
PP 0002858-04.2018.2.00.0000	PROCESSO SIGILOSO	CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA	COMUNICAÇÃO - RESOLUÇÃO 135	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
RD 0005123-76.2018.2.00.0000	PROCESSO SIGILOSO	CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA	APURAÇÃO DE INFRAÇÃO DISCIPLINAR	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
REVDIS 0003474-76.2018.2.00.0000	PROCESSO SIGILOSO	GABINETE DO CONSELHEIRO REPRESENTANTE DA OAB	APURAÇÃO DE INFRAÇÃO DISCIPLINAR	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
PP 0011244-23.2018.2.00.0000	POLO ATIVO: AMB POLO PASSIVO: CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA	CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA	ATO NORMATIVO	EM ANDAMENTO
PADMAG 0010912-56.2018.2.00.0000	PROCESSO SIGILOSO	ARNALDO HOSSEPIAN	APURAÇÃO DE INFRAÇÃO DISCIPLINAR	EM ANDAMENTO
REVDIS 0001048-91.2018.2.00.0000	PROCESSO SIGILOSO	CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA	REVISÃO DISCIPLINAR	EM ANDAMENTO
PP 0002239-74.2018.2.00.0000	POLO ATIVO: TJAM POLO PASSIVO: CNJ 3ª INTERESSADA: AMB	CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA	PAGAMENTO DE SUBSÍDIOS A MAGISTRADOS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
PP 0007132-11.2018.2.00.0000	POLO ATIVO: TJRR POLO PASSIVO: CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA 3ª INTERESSADA: AMB	CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA	PAGAMENTO DE SUBSÍDIOS A MAGISTRADOS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
RD 0009077-33.2018.2.00.0000	PROCESSO SIGILOSO	CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA	APURAÇÃO DE INFRAÇÃO DISCIPLINAR	EM ANDAMENTO
CONSULTA 0011175-88.2018.2.00.0000	POLO ATIVO: TRT DA 3ª REGIÃO POLO PASSIVO: CNJ	MARIA CRISTIANA ZIOUVA	LICENÇAS - AFASTAMENTOS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE

PROCESSO	PARTES	CONSELHEIRO(A) RELATOR(A)	OBJETO	TRAMITAÇÃO
PP 0009116-30.2018.2.00.0000	PROCESSO SIGILOSO	CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA	PROVIMENTO 71	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
PP 0009287-84.2018.2.00.0000	PROCESSO SIGILOSO	CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA	PROVIMENTO 71	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
PP 0009117-15.2018.2.00.0000	PROCESSO SIGILOSO	CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA	PROVIMENTO 71	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
RD 0009071-26.2018.2.00.0000	PROCESSO SIGILOSO	CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA	PROVIMENTO 71	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
PP 0009184-77.2018.2.00.0000	PROCESSO SIGILOSO	CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA	PROVIMENTO 71	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
PP 0009260-04.2018.2.00.0000	PROCESSO SIGILOSO	CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA	PROVIDÊNCIAS - PROVIMENTO 71	EM ANDAMENTO
PP 0009252-27.2018.2.00.0000	PROCESSO SIGILOSO	CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA	PROVIMENTO 71	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
PP 0009120-67.2018.2.00.0000	PROCESSO SIGILOSO	CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA	PROVIMENTO 71	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
PP 0009321-59.2018.2.00.0000	PROCESSO SIGILOSO	CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA	PROVIMENTO 71	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
REVDIS 0010270-83.2018.2.00.0000	PROCESSO SIGILOSO	MARIA IRACEMA DO VALE	APURAÇÃO DE INFRAÇÃO DISCIPLINAR	EM ANDAMENTO
PCA 0005022-39.2018.2.00.0000	POLO ATIVO: SINDICATO DOS OFICIAIS DE JUSTIÇA AVALIADORES DO ESTADO DO PIAUÍ POLO PASSIVO: PLENÁRIO DO TJPI 3 ^{OS} INTERESSADOS: AMB E OUTROS	VALTÉRCIO DE OLIVEIRA	REVISÃO/DESCONSTITUIÇÃO DE ATO ADMINISTRATIVO - RESOLUÇÃO 109/2018 (TJPI). CORRETA APLICAÇÃO RESOLUÇÃO 219 – LOTAÇÃO - PARADIGMA	EM ANDAMENTO
PCA 0011021-70.2018.2.00.0000	POLO ATIVO: ACM POLO PASSIVO: CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ 3 ^ª INTERESSADA: AMB	ANDRÉ GODINHO	ATO NORMATIVO	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
PCA 0010191-07.2018.2.00.0000	PROCESSO SIGILOSO	MARIA IRACEMA DO VALE	REMUNERAÇÃO	EM ANDAMENTO
PP 0009142-28.2018.2.00.0000	POLO ATIVO: UNIÃO FEDERAL POLO PASSIVO: CNJ 3 ^{OS} INTERESSADOS: AMB E OUTROS	CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA	EDIÇÃO ATO NORMATIVO A FIM DE QUE OS MAGISTRADOS E TRIBUNAIS DA JUSTIÇA DO TRABALHO NÃO MAIS DETERMINEM O PAGAMENTO DIRETO DO FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO (FGTS) AOS EMPREGADOS	EM ANDAMENTO
PP 0010348-77.2018.2.00.0000	POLO ATIVO: AMAAP POLO PASSIVO: CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA 3 ^ª INTERESSADA: AMB	CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA	PROVIDÊNCIAS	EM ANDAMENTO
PP 0006984-97.2018.2.00.0000	PROCESSO SIGILOSO	CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA	LICENÇA-PRÊMIO	EM ANDAMENTO
PP 0000577-75.2018.2.00.0000	PROCESSO SIGILOSO	HUMBERTO MARTINS	AVOCAÇÃO	EM ANDAMENTO
RD 0010541-92.2018.2.00.0000	PROCESSO SIGILOSO	HUMBERTO MARTINS	APURAÇÃO DE INFRAÇÃO DISCIPLINAR	EM ANDAMENTO

PROCESSO	PARTES	CONSELHEIRO(A) RELATOR(A)	OBJETO	TRAMITAÇÃO
PP 0010542-77.2018.2.00.0000	PROCESSO SIGILOSO	CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA	APURAÇÃO DE INFRAÇÃO DISCIPLINAR	EM ANDAMENTO
PADMAG 0000037-90.2019.2.00.0000	PROCESSO SIGILOSO	HENRIQUE ÁVILA	APURAÇÃO DE INFRAÇÃO DISCIPLINAR	EM ANDAMENTO
PADMAG 0000036-08.2019.2.00.0000	PROCESSO SIGILOSO	ARNALDO HOSSEPIAN	APURAÇÃO DE INFRAÇÃO DISCIPLINAR	EM ANDAMENTO
PP 0000741-06.2019.2.00.0000	POLO ATIVO: AMB POLO PASSIVO: CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA	GABINETE DO CONSELHEIRO REPRESENTANTE DA OAB	MAGISTRATURA - RECOMENDAÇÃO 35/2019 - CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA	EM ANDAMENTO
PP 0000718-60.2019.2.00.0000	POLO ATIVO: AMB POLO PASSIVO: CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA	MARIA TEREZA UILLE	MAGISTRATURA - RECOMENDAÇÃO 29/2018 - CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA	EM ANDAMENTO
PP 0000719-45.2019.2.00.0000	POLO ATIVO: AMB POLO PASSIVO: CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA	DALDICE SANTANA	MAGISTRATURA - RECOMENDAÇÃO 29/2018 - CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
PP 0000854-57.2019.2.00.0000	POLO ATIVO: AMB POLO PASSIVO: CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA	GABINETE DO CONSELHEIRO REPRESENTANTE DA OAB	MAGISTRATURA - RECOMENDAÇÕES 33 E 34/2018 - CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA	PROCESSO SUSPENSO
PP 0000927-29.2019.2.00.0000	PROCESSO SIGILOSO	MARIA TEREZA UILLE	JORNADA DE TRABALHO - CONTROLE DE PONTO DE MAGISTRADOS	EM ANDAMENTO
PP 0000897-91.2019.2.00.0000	POLO ATIVO: AMB POLO PASSIVO: CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA	CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA	MAGISTRATURA - RECOMENDAÇÃO 31/2018 - CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA	EM ANDAMENTO
REVDIS 0001057-19.2019.2.00.0000	PROCESSO SIGILOSO	FERNANDO MATTOS	REVISÃO DISCIPLINAR	EM ANDAMENTO
PADMAG 0000970-63.2019.2.00.0000	PROCESSO SIGILOSO	GABINETE DO CONSELHEIRO REPRESENTANTE DA OAB	DEFESA DE DIREITOS E DE PRERROGATIVAS DE MAGISTRADO	EM ANDAMENTO
PP 0000277-79.2019.2.00.0000	POLO ATIVO: MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS POLO PASSIVO: JUÍZO DA VARA DE EXECUÇÃO DE PENAS E MEDIDAS ALTERNATIVAS - TJRR	MINISTRO CORREGEDOR	PROVIDÊNCIAS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
PP 0001256-41.2019.2.00.0000	POLO ATIVO: CORREGEDORIA NACIONAL DA JUSTIÇA POLO PASSIVO: TJPE	MINISTRO CORREGEDOR	PAGAMENTO DE SUBSÍDIOS A MAGISTRADOS	EM ANDAMENTO
PP 0000536-74.2019.2.00.0000	POLO ATIVO: OAB/AC POLO PASSIVO: TJAC 3ª INTERESSADA: AMB	MINISTRO CORREGEDOR	REMUNERAÇÃO - PAGAMENTO DE SUBSÍDIOS A MAGISTRADOS	EM ANDAMENTO
PCA 0001233-95.2019.2.00.0000	PROCESSO SIGILOSO	HENRIQUE ÁVILA	VITALIAMENTO DE MAGISTRADO	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE

PROCESSO	PARTES	CONSELHEIRO(A) RELATOR(A)	OBJETO	TRAMITAÇÃO
RD 0000232-75.2019.2.00.0000	PROCESSO SIGILOSO	MINISTRO CORREGEDOR	DEFESA DE DIREITOS E DE PRERROGATIVAS DE MAGISTRADO	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
PCA 0001300-60.2019.2.00.0000	POLO ATIVO: MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS (MPC/GO) POLO PASSIVO: TJGO 3ª INTERESSADA: AMB	MARIA TEREZA UILLE	PAGAMENTO DE URV AOS MAGISTRADOS ATIVOS E INATIVOS E PENSIONISTAS	EM ANDAMENTO
INSPEÇÃO 0001107-45.2019.2.00.0000	PROCESSO SIGILOSO	MINISTRO CORREGEDOR	VERIFICAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS SETORES ADMINISTRATIVOS E JUDICIAIS DO TJMA	EM ANDAMENTO
PCA 0002467-15.2019.2.00.0000	POLO ATIVO: AMAGES POLO PASSIVO: TJES 3ª INTERESSADOS: AMB E OUTROS	DALDICE SANTANA	AFASTAMENTO	EM ANDAMENTO
PP 0004017-45.2019.2.00.0000	POLO ATIVO: AMAZON POLO PASSIVO: TJAM 3ª INTERESSADA: AMB	ANDRÉ GODINHO	PROVIDÊNCIAS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
PP 0004252-12.2019.2.00.0000	POLO ATIVO: AMB POLO PASSIVO: CNJ	HENRIQUE ÁVILA	REVISÃO DA RESOLUÇÃO 88, QUANTO AO PERCENTUAL DO § 2º DO ART. 2º	EM ANDAMENTO
ATO NORMATIVO 0004450-49.2019.2.00.0000	POLO ATIVO: CNJ POLO PASSIVO: CNJ INTERESSADOS: AMB E OUTROS	ALOYSIO CORRÊA DA VEIGA	ATO NORMATIVO - REDES SOCIAIS	EM ANDAMENTO
REVDIS 0003368-80.2019.2.00.0000	PROCESSO SIGILOSO	LUCIANO FROTA	REVISÃO DISCIPLINAR	EM ANDAMENTO
PCA 0002734-21.2018.2.00.0000	POLO ATIVO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ POLO PASSIVO: TJPA INTERESSADA: AMB	ANDRÉ GODINHO	IMPUGNA NORMA DO TJPA QUE FIXOU REGRA DE COMPETÊNCIA, NO SENTIDO DE QUE O INQUÉRITO CONTRA MAGISTRADO, A TEOR DO ART. 33, DA LOMAN, DEVE SER DISTRIBUÍDO A UM RELATOR NO TRIBUNAL	EM ANDAMENTO
PCA 0005003-33.2018.2.00.0000	PROCESSO SIGILOSO	HENRIQUE ÁVILA	DEFESA DE DIREITOS E DE PRERROGATIVAS DE MAGISTRADOS. AFASTAMENTO	EM ANDAMENTO
PCA 0007718-82.2017.2.00.0000	PROCESSO SIGILOSO	ALOYSIO CORRÊA DA VEIGA	DEFESA DE DIREITOS E DE PRERROGATIVAS DE MAGISTRADOS.	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
PP 0000283-86.2019.2.00.0000	POLO ATIVO: TJRN POLO PASSIVO: CNJ INTERESSADAS: AMB E AMARN	FERNANDO MATTOS	DEFESA DE DIREITOS E DE PRERROGATIVAS DE MAGISTRADOS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
PP 0000462-54.2018.2.00.0000	POLO ATIVO: ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS MINEIROS POLO PASSIVO: CNJ INTERESSADA: AMB	MINISTRO CORREGEDOR	DEFESA DE DIREITOS E DE PRERROGATIVAS DE MAGISTRADOS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE

PROCESSO	PARTES	CONSELHEIRO(A) RELATOR(A)	OBJETO	TRAMITAÇÃO
PP 0003906-61.2019.2.00.0000	POLO ATIVO: TJAC POLO PASSIVO: CNJ INTERESSADAS: AMB E ASMAC	MINISTRO CORREGEDOR	PAGAMENTO DA PARCELA AUTÔNOMA DE EQUIVALÊNCIA (PAE)	EM ANDAMENTO
PP 0004293-47.2017.2.00.0000	PROCESSO SIGILOSO	MINISTRO CORREGEDOR	DEFESA DE DIREITOS E DE PRERROGATIVAS DE MAGISTRADOS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
PP 0006099-09.2019.2.00.0000	PROCESSO SIGILOSO	ALOYSIO CORRÊA DA VEIGA	DEFESA DE DIREITOS E DE PRERROGATIVAS DE MAGISTRADOS	EM ANDAMENTO
PP 0006983-15.2018.2.00.0000	PROCESSO SIGILOSO	MINISTRO CORREGEDOR	DEFESA DE DIREITOS E DE PRERROGATIVAS DE MAGISTRADOS	EM ANDAMENTO
PP 0007270-75.2018.2.00.0000	PROCESSO SIGILOSO	MINISTRO CORREGEDOR	DEFESA DE DIREITOS E DE PRERROGATIVAS DE MAGISTRADOS	EM ANDAMENTO
PP 0007272-45.2018.2.00.0000	PROCESSO SIGILOSO	MINISTRO CORREGEDOR	DEFESA DE DIREITOS E DE PRERROGATIVAS DE MAGISTRADOS	EM ANDAMENTO
PP 0008427-83.2018.2.00.0000	POLO ATIVO: TJAL POLO ATIVO: CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA INTERESSADAS: AMB E ALMAGIS	ALOYSIO CORRÊA DA VEIGA	DEFESA DE DIREITOS E DE PRERROGATIVAS DE MAGISTRADOS - AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO RETROATIVO	EM ANDAMENTO
PP 0008540-71.2017.2.00.0000	POLO ATIVO: AMATRA1 POLO PASSIVO: TRT1 INTERESSADAS: AMB E ANAMATRA	MARIA CRISTIANA ZIOUVA	CORRETA OBSERVÂNCIA DA RESOLUÇÃO 219	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
PP 0009585-13.2017.2.00.0000	POLO ATIVO: TJDF POLO PASSIVO: CORREGEDORIA	MINISTRO CORREGEDOR	LIMITES NA INCIDÊNCIA DO PROVIMENTO 64	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
RD 0005142-87.2015.2.00.0000	PROCESSO SIGILOSO	MINISTRO CORREGEDOR	DEFESA DE DIREITOS E DE PRERROGATIVAS DE MAGISTRADOS	EM ANDAMENTO
PAD 000044-82.2019.2.00.0000	PROCESSO SIGILOSO	MARIA IRACEMA DO VALE	DEFESA DE DIREITOS E DE PRERROGATIVAS DE MAGISTRADOS	EM ANDAMENTO
PAD 0003065-71.2016.2.00.0000	PROCESSO SIGILOSO	VALTÉRCIO DE OLIVEIRA	DEFESA DE DIREITOS E DE PRERROGATIVAS DE MAGISTRADOS	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
PAD 0004603-19.2018.2.00.0000	PROCESSO SIGILOSO	ANDRÉ GODINHO	DEFESA DE DIREITOS E DE PRERROGATIVAS DE MAGISTRADOS	EM ANDAMENTO
PAD 0004006-64.2018.2.00.0000	PROCESSO SIGILOSO	DALDICE SANTANA	DEFESA DE DIREITOS E DE PRERROGATIVAS DE MAGISTRADOS	EM ANDAMENTO

TCU

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO



11/9/2018

Averbação de tempo de serviço

A AMB, representada pela Amagis-DF, e a Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público da União (Frentas) se reúnem com o ministro Aroldo Cedraz. O objetivo é tratar do julgamento do processo TC 012.621.2016-1, que discute a possibilidade do cômputo do tempo de advocacia (com base em certidão da OAB), para fins de aposentadoria, a magistrados que ingressaram na carreira antes da Emenda Constitucional (EC) 20/1998, afastando a necessidade de recolhimento das contribuições previdenciárias. Até a edição da EC, a comprovação não era necessária.

25/9/2018

Averbação de tempo de serviço

O ministro Benjamin Zymler recebe a AMB e a Frentas. Na ocasião, é discutida, novamente, a decisão do TCU que considerou irregular a averbação de tempo de serviço de advocacia, para fins de aposentadoria, sem a comprovação do recolhimento das contribuições previdenciárias. Desta forma, muitos aposentados foram convocados a pagá-las ou voltar à atividade. As entidades entregam memoriais ao ministro em defesa do reconhecimento do período trabalhado.



26/1/2019

Direitos e prerrogativas

A AMB atua na defesa de uma magistrada junto ao TCU, que julgou procedente representação feita pelo Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região (TRT 16 - Maranhão). No processo TC 006.569.2018-8, ela responde pela contratação direta de pessoa jurídica para intermediação em evento promovido por uma instituição acadêmica estrangeira, aberto ao público em geral, em caráter livre e gratuito. A AMB pede o arquivamento por perda de objeto, visto que as providências cabíveis foram tomadas pela magistrada e não houve prejuízo ao erário.



28/1/2019

Direitos e prerrogativas

Ainda no âmbito do processo TC 006.569.2018-8, a AMB age em favor de um magistrado que responde por suposta irregularidade relacionada à contratação de uma empresa para ministrar dois cursos aos servidores do TRT 16. A AMB pede o arquivamento e argumenta que não houve má-fé, nem qualquer benefício ao magistrado.



19/2/2019

Averbação de tempo de serviço

A AMB e a Frentas voltam a conversar com o ministro Aroldo Cedraz para defender a contagem do tempo de advocacia para os magistrados que ingressaram na carreira antes da EC 20/1998, com base em certidão emitida pela OAB. A possibilidade é defendida especialmente no contexto da Medida Provisória (MP) 871/2019. Uma das inovações do ato prevê exatamente a contagem do tempo de serviço anterior à Emenda, independentemente das contribuições.

19/6/2019

Averbação de tempo de serviço

Por cinco votos a três, o TCU decide que a contagem do tempo de advocacia para os magistrados que ingressaram na carreira antes da EC 20/1998 pode ser feita com base em certidão da OAB, sem a necessidade do recolhimento das contribuições previdenciárias. O resultado do processo TC 012.621.2016-1 é uma vitória para a AMB e a Frentas, que trabalharam junto aos ministros pela averbação. O acórdão é publicado em 3 de julho.

ATUAÇÃO REGIONAL



20/9/2017

Prerrogativas - TJRR

Em Boa Vista (RR), o jurídico da AMB atua em defesa de um magistrado que responde por supostas irregularidades em decisões judiciais, no Processo Administrativo Disciplinar (PAD) 0003847-94.2016.8.23.8000. O Ministério Público pede sua aposentadoria compulsória, mas, com o trabalho da AMB, que faz sustentação oral como terceira interessada no processo, o Pleno do TJRR sanciona o magistrado com a pena de disponibilidade.

5/11/2018

Prerrogativas - TJRR

A AMB participa do julgamento de um magistrado acusado de supostas infrações no exercício da atividade judicante. Na sessão, realizada em Boa Vista (RR), na qual a Associação faz a defesa oral como terceira interessada, o Pleno do TJRR decide pela disponibilidade, descartando a aposentadoria compulsória pretendida pelo MP no escopo do PAD 0008286-10.2017.8.23.60301-380.

12/3/2019

Prerrogativas - TRT-22

O Pleno Administrativo do TRT-22 arquiva o PAD 823/2015, aberto contra uma associada da AMB. O Jurídico da entidade faz a defesa oral da magistrada, em Teresina (PI), e acompanha o caso no âmbito do Controle de Procedimento Administrativo, no CNJ. A Corregedoria do TRT-22 havia desconsiderado as provas apresentadas pela juíza que justificavam atrasos no julgamento de processos, objeto da acusação.

ATUAÇÃO | REGIONAL

18/7/2019

Valorização da Magistratura

A AMB integra a comitiva do presidente do STF e do CNJ, ministro Dias Toffoli, em visitas a tribunais, representantes do Judiciário e outras autoridades nos estados brasileiros. Em Mato Grosso, o grupo cumpre agenda institucional de dois dias em Cuiabá, com foco na promoção do diálogo com as associações de magistrados locais e ampliar a integração do Poder Judiciário.

19/7/2019

Valorização da Magistratura

A reunião de 22 presidentes de tribunais estaduais com o ministro Dias Toffoli, no TJMT, conta com a participação da AMB. Na oportunidade, é entregue a Carta de Cuiabá, com oito pleitos, sendo três da entidade. Entre eles, a revisão da Resolução CNJ 88/2009, especialmente no que tange à obrigação de se destinar 50% dos cargos em comissão aos servidores efetivos, de modo a respeitar a autonomia dos órgãos.



22/7/2019

Valorização da Magistratura

Roraima é o 11º estado visitado pela comitiva do presidente do STF e do CNJ com a participação da AMB, a convite de Dias Toffoli. O grupo vai a tribunais e mantém encontros com dirigentes do Poder Judiciário e autoridades estaduais. O principal objetivo é ouvir a Magistratura e estreitar relações com as associações locais, para conhecer as demandas de cada unidade jurisdicional.

24/7/2019

Valorização da Magistratura

A comitiva do STF, CNJ e AMB chega a Fortaleza para dois dias de agenda nos tribunais do Ceará. As visitas fazem parte do calendário de ações institucionais da comitiva que acompanha o presidente do STF e do CNJ, ministro Dias Toffoli. O grupo busca informações acerca do andamento dos trabalhos apresentados pelos órgãos de Justiça em todas as regiões e dialoga com as associações locais.



ATUAÇÃO | REGIONAL



31/7/2019

Manifestação em redes sociais

É entregue pela AMB ao presidente do STF e do CNJ, ministro Dias Toffoli, e ao conselheiro Aloysio Corrêa, nota técnica sobre a proposta de regulamentação do uso de redes sociais por membros do Poder Judiciário. Também participam da reunião a Ajufe e a Anamatra. A AMB transmite o posicionamento de suas entidades filiadas, contrário à medida, uma vez que a Loman e o Código de Ética regulam a matéria.

PROCESSO	TRIBUNAL	OBJETO	TRAMITAÇÃO
PROCESSO 319/2014	TRE-MA	DEFESA DE DIREITOS E DE PRERROGATIVAS DE MAGISTRADO	ARQUIVADO
PROCESSO CRIMINAL 05000-38.2015.8.02.0000	TJAL	DEFESA DE DIREITOS E DE PRERROGATIVAS DE MAGISTRADO	EM ANDAMENTO
PAD 823/2015	TRT DA 22ª REGIÃO	DEFESA DE DIREITOS E DE PRERROGATIVAS DE MAGISTRADO	ARQUIVADO
PROCESSO CRIMINAL 0013030-24.2016.4.03.0000	TRF DA 3ª REGIÃO	DEFESA DE DIREITOS E DE PRERROGATIVAS DE MAGISTRADO	ARQUIVADO
PAD 0004125-19.2016.5.04.0000	TRT DA 4ª REGIÃO	DEFESA DE DIREITOS E DE PRERROGATIVAS DE MAGISTRADO	ARQUIVADO
PAD 419086-07.2016.8.09.0000	TJGO	DEFESA DE DIREITOS E DE PRERROGATIVAS DE MAGISTRADO	EM ANDAMENTO
PAD 447/2016-CGJ (TRAMITAÇÃO 00464/2016)	TJPE	DEFESA DE DIREITOS E DE PRERROGATIVAS DE MAGISTRADO	EM ANDAMENTO

ATUAÇÃO | REGIONAL

PAD 150-51.2017.6.19.0000	TRE-RJ	DEFESA DE DIREITOS E DE PRERROGATIVAS DE MAGISTRADO	ARQUIVADO
RA 0000288-45.2017.8.19.0810	TJRJ	DEFESA DE DIREITOS E DE PRERROGATIVAS DE MAGISTRADO	ARQUIVADO
PAD 0008286-10.2017.8.23.60301-380	TJRR	DEFESA DE DIREITOS E DE PRERROGATIVAS DE MAGISTRADO	ARQUIVADO
PAD 0003847-94.2016.8.23.8000	TJRR	DEFESA DE DIREITOS E DE PRERROGATIVAS DE MAGISTRADO	ARQUIVADO
PROCESSO CRIMINAL 2018.01.1.013406-7	TJDFT	DEFESA DE DIREITOS E DE PRERROGATIVAS DE MAGISTRADO	EM ANDAMENTO
AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA 1002536-36.2018.4.01.3600	8ª VARA FEDERAL CÍVEL DA SJMT	DEFESA DE DIREITOS E DE PRERROGATIVAS DE MAGISTRADO	EM ANDAMENTO
PROCEDIMENTO EM CURSO NO MPGO - OFÍCIO 378/2018-20PJ	TJGO	SIGILOSO	ARQUIVADO
RECURSO ADMINISTRATIVO AO ÓRGÃO ESPECIAL 00332-2018-000-03-00-5	TRT DA 3ª REGIÃO	DEFESA DE DIREITOS E DE PRERROGATIVAS DE MAGISTRADO	EM ANDAMENTO
PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 9000090-05.2019.8.21.0105	TJRS	SIGILOSO	PROCESSO EXTINTO POR DESISTÊNCIA
MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL 0019565-90.2019.8.21.9000	TJRS	SIGILOSO	BAIXA DEFINITIVA
PAD EM FACE DE MAGISTRADO 0010321-09.2019.827.0000	TJTO	DEFESA DE DIREITOS E DE PRERROGATIVAS DE MAGISTRADO	EM ANDAMENTO
PROCESSO DAP 18.360/2017	TRIBUNAL DE ÉTICA E DISCIPLINA – OAB / SEÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	DESAGRAVO PÚBLICO	EM ANDAMENTO


JUSTIÇA FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO

PROCESSO	JUIZ(A) E /OU DESEMBARGADOR(A)	OBJETO	TRAMITAÇÃO
AO 0001098-88.2010.4.01.3400	FRANCISCO RIBEIRO (8ª VARA) / WILSON DE SOUZA (1ª TURMA)	DEFESA DE DIREITOS E DE PRERROGATIVAS DE MAGISTRADO	EM ANDAMENTO
AO 0067508-55.2015.4.01.3400	DIANA MARIA DA SILVA (5ª VARA)	DEFESA DE DIREITOS E DE PRERROGATIVAS DE MAGISTRADO	EM ANDAMENTO
AI 0025355-22.2015.4.01.0000	KASSIO MARQUES (6ª TURMA)	DEFESA DE DIREITOS E DE PRERROGATIVAS DE MAGISTRADO	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
AO 22832-22.2015.4.01.3400	WALDEMAR CARVALHO (14ª VARA) / JOÃO BATISTA MOREIRA (6ª TURMA)	DEFESA DE DIREITOS E DE PRERROGATIVAS DE MAGISTRADO	EM ANDAMENTO
AO 0006653-42.2017.4.01.3400	RODRIGO BENTEMULLER (6ª VARA)	DEFESA DE DIREITOS E DE PRERROGATIVAS DE MAGISTRADO	EM ANDAMENTO
AO 1014117-03.2017.4.01.3400	JUIZ TITULAR DA 5ª VARA	DEFESA DE DIREITOS E DE PRERROGATIVAS DE MAGISTRADO	EM ANDAMENTO
AP 1003257-40.2017.4.01.3400	GILDA SIGMARINGA SEIXAS	DEFESA DE DIREITOS E DE PRERROGATIVAS DE MAGISTRADO	EM ANDAMENTO
AO 1013499-58.2017.4.01.3400	JUIZ TITULAR DA 8ª VARA	DEFESA DE DIREITOS E DE PRERROGATIVAS DE MAGISTRADO	BAIXA DEFINITIVA
AO 1013114-76.2018.4.01.3400	JUIZ TITULAR DA 20ª VARA	DEFESA DE DIREITOS E DE PRERROGATIVAS DE MAGISTRADO	EM ANDAMENTO
AI 1025050-16.2018.4.01.0000	GILDA SIGMARINGA SEIXAS	DEFESA DE DIREITOS E DE PRERROGATIVAS DE MAGISTRADO	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE
PROORD 5000681-38.2019.4.03.6000	JUIZ SUBSTITUTO (3ª REGIÃO)	DEFESA DE DIREITOS E DE PRERROGATIVAS DE MAGISTRADO	EM ANDAMENTO
AI 5004372-18.2019.4.03.0000	TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO – PEIXOTO JÚNIOR	DEFESA DE DIREITOS E DE PRERROGATIVAS DE MAGISTRADO	EM ANDAMENTO

RELATÓRIO DE GESTÃO

JURÍDICO E PRERROGATIVAS



-  www.amb.com.br
-  www.flickr.com/magistradosbrasileiros
-  www.twitter.com/Magistrados
-  www.youtube.com/AMBMagistrados
-  [@magistradosbrasileiros](https://www.instagram.com/magistradosbrasileiros)
-  www.facebook.com/magistradosbrasileiros
-  Aplicativo: AMB Magistrados